



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)
Nº 05/2007¹

Dispõe sobre o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso de Pedagogia do *Campus* de Arraias.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 04 de abril de 2007, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar as normas referentes ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Curso de Pedagogia do *Campus* de Arraias.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 04 de abril de 2007.

Prof. Alan Barbiero
Presidente

Cps

¹ **Atualizado pela Resolução Consepe nº 26/2018, de 29-06-2018.**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 26/2018)

Projeto Político-Pedagógico
Curso de Pedagogia
Campus de Arraias

Comissão de Elaboração:

Prof. Msc. Antonivaldo de Jesus
Prof. Msc. José Lauro Martins
Prof^a. Msc Magda Suely Pereira Costa
Prof^a. Dr^a Maria Luiza de Freitas Konrad
Prof^a. Dr^a Sandra Maria Faleiros Lima
Prof^a. Msc Sonia Maria de Sousa Fabrício Neiva
Prof^a. Msc Valdirene Gomes dos Santos de Jesus

Abril -2007



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 26/2018)

REITOR
PROF. DR. ALAN BARBIERO

VICE-REITORA
PROF^a. DRA. FLÁVIA LUCILA TONANI

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO
PROF^a. DRA. KÁTIA MAIA FLORES

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROF. DR. MÁRCIO ANTONIO DA SILVEIRA

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS
PROF^a. MSC. ANA LÚCIA PEREIRA

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROF^a. MSC. ANA LÚCIA DE MEDEIROS

COORDENADOR DO *CAMPUS*
PROF. MSC. SÉRGIO JACINTHO LEONOR

Abril / 2007

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 26/2018)

SUMÁRIO

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL.....	05
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	08
3. CORPO DOCENTE.....	30
4. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	32
5. MATRIZ CURRICULAR.....	42
6. REGIMENTO INTERNO DO CURSO DE PEDAGOGIA.....	44
7. MANUAL DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	51
8. REGIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC.....	66
9. NÚCLEO DE APREDIZAGEM DIGITAL.....	70
10. GRUPO INTRDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, AMBIENTE E CULTURA – GIEAC.....	78
11. EMENTÁRIO DO NÚCLEO BÁSICO.....	85
12. EMENTÁRIO DO NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO.....	97

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA

1. Contexto Institucional

Com a criação do Estado do Tocantins pela Constituição Federal de 1988, seguiu-se o processo de criação de uma Universidade para o estado, com projeto elaborado por uma equipe de professores da Universidade Federal de Goiás em fevereiro de 1990. No ano seguinte, pelo decreto nº 252/90 de 21 de fevereiro de 1990, criou-se a Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS, por conta da Lei nº 136/90. Posteriormente autorizada a funcionar como universidade pelo Decreto Estadual nº 2021/90, e transformada em autarquia em 24 de outubro de 1991, pela Lei nº 326/91, integrando o Sistema Estadual de Ensino.

Inicialmente constituía-se em 10 Campi espalhados pelo estado, agregando Centros de Extensão criados pelo Decreto nº 253 de 27 de dezembro de 1990, nas cidades de Arraias, Tocantinópolis e Gurupí, absorvendo as faculdades isoladas de Porto Nacional e de Araguaína, e implantando Centros em Palmas, Paraíso e Miracema e Gurupi.

No final de 1990 foi criado o curso de Pedagogia em Arraias. Em 15 de março de 1991 foram iniciadas as atividades pedagógicas. Em 1992 teve a sua estrutura curricular aprovada pelo Conselho Estadual do Tocantins.

Os Centros de extensão atendiam unicamente a formação de quadros para o magistérios dos demais níveis de ensino, dos quais o estado apresentava índices alarmantes. Com a medida provisória nº 106/91 de 22 de agosto passam a funcionar como Centros integrados, ficando subordinados ao Centro Universitário de Porto Nacional (antes a sede estava em Miracema). Com a Resolução nº 019/93 da Comissão Diretora da UNITINS, os Centros Integrados foram transformados em Centros Universitários.

Em 1996, adequando-se à nova Lei de Diretrizes e Bases, as Medidas Provisórias nº 872/96, 873/96 e 874/96 extinguiram a autarquia, criando a Fundação Universidade do Tocantins, instituição pública não estatal de direito privado, mas não particular, que teve sua implantação em 1997.

O Campus Universitário de Arraias então criado como Centro de Extensão atendia, como os demais, à formação de profissionais para atender a demanda estadual em melhoria dos níveis educacionais. Inicialmente com o curso de Pedagogia, somente em 1995 foi implantando o curso de Licenciatura em Matemática e em 2001 o curso Normal Superior habilitando para as séries iniciais do ensino Fundamental e instituiu-se o curso de Pedagogia, habilitando para a administração escolar.

Atendendo uma região de abrangência direta de 28.291 km², com cerca de 17.461 habitantes, tendo sua área de influência num raio de 200km com os municípios do estado: Paranã (125km), Combinado (59km), Ponte Alta do Bom Jesus (173km), Taguatinga (129km), Conceição do Tocantins (100km) e Dianópolis (160km); além de abranger o nordeste goiano e sudeste baiano.

Pela Lei nº 10.032 de 23 de outubro de 2000 institui-se a criação da Universidade Federal do Tocantins - UFT, através do processo de encampação dos curso da Universidade do Tocantins - UNITINS. O decreto nº 4.279 de 21 de junho de 2002, fica a cargo da Fundação Universidade de Brasília a responsabilidade de no prazo de um ano organizar a implantação da UFT. Através de um acordo firmado em 17 de julho de 2002, entre UFT, o Estado do Tocantins e a UNITINS, o processo de federalização começa-se a ser efetivado. O *Campus* de Arraias passa então a agregar a UFT.

Em agosto de 2003 o Decreto nº 1.811 reconhece o Curso Normal Superior e o decreto nº 1813 de 18 de julho de 2003 renova por cinco anos o reconhecimento do Curso de Pedagogia, habilitação em Administração Educacional no Campus Universitário de Arraias.

Por ocasião do ingresso dos primeiros professores concursados da Fundação Universidade Federal do Tocantins-UFT, o *Campus* Universitário de Arraias iniciou os debates acerca do curso que tinha, a partir do segundo semestre de 2003, em reuniões de congregação, planejamento do semestre e nos seminários promovidos pelos alunos e professores.

Em 22 e 23 de abril de 2004 ocorre a primeira reunião convocada pela Pró-Reitoria de Graduação-PROGRAD para reformulação dos cursos Normal Superior e Pedagogia. Neste encontro alguns pontos ficaram definidos: a docência(educação infantil ou anos iniciais do ensino fundamental) como base da formação; unificação dos curso Normal Superior e Pedagogia mediante transferência e garantia da terminalidade do curso Normal Superior na respectiva habilitação aos alunos que queriam permanecer. Também foram formados grupos de trabalhos para estudos e produção de documentos referentes: Currículo Modular, Estágio, Avaliação, Trabalho de Conclusão de Curso e Linhas de Pesquisa. A segunda reunião aconteceu nos dias 3 e 4 de junho tendo a participação de alunos, professores e coordenadores. Neste encontro discutiu-se a definição dos termos de documentos necessários à adesão dos alunos de Normal Superior para Pedagogia; proposta de estágio e descrição por *campus* da solução encontrada acerca da migração do Curso Normal Superior para Pedagogia. No dia 1º de julho a PROGRAD convocou outra reunião contando com a participação de alunos, professores e coordenadores para apreciação e aprovação das estruturas curriculares(fusão Normal Superior e Pedagogia) e apreciação e aprovação do estágio curricular.

Aos nove dias do mês de julho de 2004 em reunião no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão-CONSEPE, o Processo nº 23101000480/2004-68 e Parecer nº CONSEPE/CP/001/2004 aprovam a reformulação do Curso de Pedagogia - Administração Educacional dos *Campi* Arraias, Miracema e Tocantinópolis.

Em 2004 contava com três cursos (passando nesse mesmo ano , através da junção dos cursos de Pedagogia e Normal Superior, a contar com dois cursos), com oito docentes efetivos e 477 discentes matriculados. Atualmente o *Campus* Universitário de Arraias conta com dois Cursos Matemática e Pedagogia, com 15 docentes efetivos e 659 discentes distribuídos nos turnos matutino e noturno.

1.1 Missão Institucional

A criação da Universidade Federal do Tocantins - UFT como universidade multicampi, ocorrida em 23 de outubro de 2000, significou uma grande conquista da sociedade civil e política tocantinense. Porém, essa conquista veio a efetivar-se a partir do ano de 2003 quando as medidas e ações efetivas foram implementadas: realização do primeiro concurso público para docentes, eleição direta para reitor e vice-reitor e a conseqüente instalação dos órgãos da gestão administrativa (Pró-Reitorias).

Em 2004 tivemos a aprovação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins que possibilitou a instalação dos conselhos deliberativos; o Conselho Universitário - CONSUNI e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE bem como, a legalização de atos acadêmicos e administrativos que permitiram a absorção dos cursos de graduação em regime presencial dos sete *campi* da UFT ao sistema federal de educação.

Diante da necessidade de adequar a UFT aos parâmetros de gestão acadêmica praticada pelo sistema federal de educação, a Administração Superior(Reitoria) por meio do CONSUNI e CONSEPE desencadeou algumas ações visando estimular os colegiados de curso para que iniciassem uma reformulação de seus projetos políticos pedagógicos. A aprovação da Resolução do CONSEPE, de nº 05/2005 que trata do processo de elaboração e reformulação do Projeto Político-Pedagógico dos cursos de graduação da UFT representou um passo importante na redefinição da estrutura acadêmica da universidade.

Do ponto de vista administrativo, a Reitoria juntamente com os *campi* universitários realizaram durante o ano de 2005 três oficinas de trabalho para elaboração do Plano Estratégico da Universidade. O plano aponta como Missão da UFT “a produção e difusão do conhecimento para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento da Amazônia”, tendo ainda como um dos objetivos estratégicos na área do ensino a ampliação do número de cursos de graduação e pós-graduação.

1.2. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da Universidade Federal do Tocantins obedece ao que está definido no seu Estatuto. Segundo o mesmo, fazem parte da administração superior:

I Conselho Universitário - CONSUNI: órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária que funciona como instância de deliberação superior e de recurso. Participam desse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante de alunos, professores e funcionários;

II Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE: órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Fazem parte do mesmo Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários;

III .Reitoria: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Possui a seguinte composição: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.

Considerando a estrutura multicampi foram criadas sete unidades universitárias denominadas de *campi* universitários. São *campi* da UFT: *Campus* Universitário de Araias: dois cursos de graduação; *Campus* Universitário de Araguaína: seis cursos de graduação; *Campus* Universitário de Gurupi: um curso de graduação; *Campus* Universitário de Miracema: um curso de graduação; *Campus* Universitário de Palmas: dez cursos de graduação; *Campus* Universitário de Porto Nacional: quatro cursos de graduação e o *Campus* Universitário de Tocantinópolis: um curso de graduação;

1.3. Gestão Acadêmica

1.3.1 Coordenação de *Campus*

Prof. Msc. Sérgio Jacintho Leonor

1.3.2 Coordenação de Curso

Profª Sonia Maria de Sousa Fabricio Neiva

1.3.3 Relação nominal dos membros do Colegiado

Prof. Msc. Antonivaldo de Jesus

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 26/2018)

Prof. Msc José Lauro Martins;
Profª. Msc. Magda Suely Pereira Costa;
Profª Drª Maria Luiza Freitas Konrad;
Profª. Msc. Marilene Andrade Ferreira Borges;
Profª. Msc. Mirian Elizabeth H. Collares Elpo;
Profª Drª. Sandra Maria Faleiros Lima;
Profª Msc Sonia Maria de Sousa Fabricio Neiva;
Profª. Msc. Valdirene Gomes dos Santos de Jesus;
Aluna Claudemira de Santana Silva,
Aluna Clariza Alves da Costa.

1.3.4 Relação nominal dos membros do Colegiado

Prof. Msc. Antonivaldo de Jesus
Prof. Msc José Lauro Martins;
Profª. Msc. Magda Suely Pereira Costa;
Profª Drª Maria Luiza Freitas Konrad;
Profª Drª. Sandra Maria Faleiros Lima;
Profª Msc Sonia Maria de Sousa Fabricio Neiva,
Profª. Msc. Valdirene Gomes dos Santos de Jesus

2 Organização Didático-Pedagógica

2.1 Administração Acadêmica

O curso tem gestão colegiada composta por todos os professores que trabalham no curso e a representação estudantil. O coordenador do Curso é escolhido por meio de processo eletivo, com mandato de dois anos, sendo a função assumida por docente efetivo, com titulação mínima de mestre na área de aderência do curso.

2.1.1.Coordenação acadêmica

A coordenação acadêmica do curso será exercida em consonância com os artigos 36, 37 e 38 do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins em vigor. A coordenação do curso desempenha **funções políticas** de liderança, de articulação e diálogo entre docentes e discentes, de representação do curso junto aos órgãos competentes. Também é responsável pelas **funções de gerência** do curso, ou seja, supervisão das instalações físicas, laboratórios e equipamentos, aquisição de livros e materiais necessários ao desenvolvimento do curso; pelas **funções acadêmicas** gestão, elaboração e execução do projeto político-pedagógico juntamente com os docentes e discentes, orientação e execução dos processos acadêmicos junto a secretaria, pelo engajamento dos professores e alunos em programas e projetos de pesquisa, ensino e extensão. **Funções institucionais**, análise das condições de oferta do curso; acompanhamento dos alunos egressos do curso, orientação quanto a participação no ENADE, na avaliação institucional, pelo reconhecimento do curso e renovação periódica desse reconhecimento junto ao Ministério da Educação e Cultura-MEC

2.2 Projeto Acadêmico do Curso

2.2.1 Histórico e concepção do Curso

No Brasil, o curso de Pedagogia foi regulamentado pela primeira vez através do decreto-Lei nº 1.190/1939, foi definido como lugar de formação de técnicos em educação.

Em 1961 fixa-se o currículo mínimo do curso de bacharelado em Pedagogia, composto por sete disciplinas indicadas pelo Conselho Federal de Educação e mais duas escolhidas pela instituição. Tal mecanismo objetivava definir a especificidade do bacharel em Pedagogia e visava manter uma unidade de conteúdo, aplicável como critério para transferência de alunos, em todo território nacional.

A licenciatura foi regulamentada pelo Parecer CFE nº 291/1962 e previa o estudo de três disciplinas: Psicologia da Educação, Elementos de Administração Escolar, Didática e Prática de Ensino, esta última em forma de Estágio Supervisionado. Estava clara a dualidade entre o bacharelado e a licenciatura em Pedagogia. Através da Reforma Universitária (Lei 5.540/68) facultava a graduação em Pedagogia às habilitações: Supervisão, Orientação, Administração e Inspeção Educacional, presentes até hoje nos cursos de Pedagogia.

No ano de 1969 o Parecer CFE nº 252 e a Resolução CFE nº 2 que tratavam da organização do curso de pedagogia apontavam como finalidade: preparar profissionais da educação assegurando possibilidade de obtenção do título de especialista, mediante complementação de estudos. A Resolução CFE nº 2 determinava que a formação de professores para o ensino normal e de especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção, fosse feita no curso de graduação em Pedagogia, que conferia o grau de licenciado.

O desenvolvimento social e econômico do país exige a ampliação do acesso ao ensino superior e melhor qualificação docente para o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem das crianças. Atentas as exigências no início da década de 1980 as várias universidades realizaram reformas curriculares com o intuito de formar no curso de Pedagogia professores para atuar na pré-escola e nas séries iniciais do ensino fundamental. A preocupação centrava-se no processo ensino-aprendizagem e na gestão das escolas.

Na medida em que o curso de Pedagogia tornava-se lugar preferencial para formação de docentes crescia o número de estudantes sem experiência docente e formação prévia para o exercício do magistério. Com isso, os cursos enfrentavam o desafio da formação e exercício profissional, além da acusação de que dicotomizavam teoria e prática. Passou então a ser objeto de severas críticas. Alguns críticos do curso de Pedagogia e das licenciaturas entendiam que a prática teria menor valor, outros estudiosos de práticas e de processos educativos fundamentavam-se na concepção de Pedagogia como práxis, em face do entendimento que tem a sua razão de ser na articulação dialética da teoria e da prática. Nessa perspectiva firmou-se a compreensão da Pedagogia tratar do campo teórico investigativo da educação, do ensino e do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social.

Com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, através da Resolução CNE/CP nº 01 em 15/05/2006, os cursos de Pedagogia têm se empenhado na reestruturação dos projetos políticos pedagógicos, tendo a docência como base de sua formação, fundamentadas nas transformações pelas quais passa a escola superando a dicotomia professor versus especialista. Neste contexto, o Colegiado do Curso de Pedagogia de Arraias após reuniões durante o 2º semestre de 2006, entendeu que o perfil exigido pelo alunado é o de licenciatura, em concordância com as referidas diretrizes dos arts. 2 e 3 que atendem a demanda local/regional, estando ainda em consonância com a missão institucional e o planejamento estratégico da UFT.

A Fundação Universidade Federal do Tocantins no intuito de aprimorar a sua prática acadêmica tem percebido a necessidade de refletir acerca dos cursos que mantém, de modo a rever os currículos, princípios políticos-pedagógicos que sustentam às práticas educativas.

A formação de professores é pensada na Fundação Universidade Federal do Tocantins a partir da exigência de melhoria das condições de vida de crianças, adolescentes, pessoas

jovens e adultas, na perspectiva das discussões contemporâneas, além da leitura de mundo sobre a especificidade do trabalho profissional do professor, que conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) - LDBEN, “a educação(...) tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando”, abrangendo portanto toda a vida coletiva, social e política e que nisso tudo reside uma dimensão pessoal.

O Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia do *Campus* Universitário de Arraias tem como objetivo maior atender as demandas profissionais do entorno de Arraias, resgatando os múltiplos significados do processo ensino-aprendizagem, valorizando o diálogo com as escolas públicas, ambientes educativos escolares e não escolares e a comunidade, para difundir o saber aqui produzido e assim efetivar melhorias concretas no processo educacional local e regional.

O colegiado do Curso de Pedagogia do *Campus* Universitário de Arraias compreende a Pedagogia enquanto articulação dialética entre a teoria e a prática e que o curso trata do campo teórico-investigativo da educação, do ensino e do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social. A docência, como a percebemos, aborda dois sentidos: um de caráter amplo compreendido como uma ação educativa e processo pedagógico sistemático e intencionalmente construído nas relações sociais envolvendo os processos de gestão e organização do trabalho pedagógico, e em sentido restrito, que a toma como expressão articulada do conhecimento, do ensino, da aprendizagem, ou concretização dos procedimentos didáticos-pedagógicos em sala de aula. Na concepção ampliada, a docência, no processo formativo, deve ser asumida como trabalho pedagógico, como objeto de estudo e como prática sócio-histórica (FORUMDIR, 1998, Anteprojeto de Resolução das DCNCP-Versão 18 do CNE, 2005). Em setembro de 2006 foi instituída uma comissão com professores dos cursos de pedagogia dos *campi* de Arraias, Miracema, Palmas e Tocantinópolis, com o objetivo de definir a natureza do curso de pedagogia na instituição e elaboração das diretrizes curriculares dos cursos de pedagogia. Foram realizados encontros para discussão das propostas elaboradas por cada colegiado. Desde 2005 os coordenadores dos cursos de pedagogia tentavam estruturar tal comissão. A partir do momento em que a Pró-Reitoria de Ensino e Graduação-PROGRAD apoiou a organização dessa comissão os trabalhos avançaram. No *Campus* de Arraias, em 2005, tivemos a Semana Acadêmica que contou com a participação do Professor Marcelo Soares que debateu com professores e alunos sobre projeto político-pedagógico. Ainda em 2005 tivemos a “Semana da Pedagogia”, que analisou a proposta das diretrizes curriculares para a pedagogia e a elaboração do novo projeto político-pedagógico do curso. Em 2006 tivemos o Seminário para Reformulação dos Projetos-políticos pedagógicos com a participação da Prof. Dra. Ilma Passos Alencastro Veiga-UnB e a FEPEC em outubro/2006 que contribuíram com a discussão.

2.2.2 Justificativa

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, comprometido com a produção de conhecimentos, é concebido com uma construção interativa entre os conhecimentos discentes e docentes, articulados a um conjunto de informações, vivências, observações, reflexões, pesquisas e práticas. Dessa forma, o mesmo poderá repercutir no saber, no agir do profissional da pedagogia que será capaz de pensar, decidir, planejar e executar as atividades educacionais nos mais diversos níveis e instâncias dos sistemas educacionais.

O currículo de formação dos pedagogos deste curso, é constituído pelas relações entre a realidade dos contextos de trabalho educativo e as disciplinas e atividades desenvolvidas no curso mesmo. Tais relações devem ser explicitadas para os alunos nas disciplinas e outras atividades desenvolvidas como parte de seu processo de formação. Para que essa situação se concretize no projeto formativo, propõe-se que, do ponto de vista metodológico, o eixo

articulador do currículo seja a pesquisa, entendida como princípio educativo. A finalidade deste eixo é formar o aluno inquiridor, capaz de propor questões e não só de dar respostas às tarefas solicitadas; capaz de levantar hipóteses explicativas às situações educativas e de propor alternativas de ensino com vista à inclusão pedagógica e social, favorecendo a aprendizagem de todos os seus alunos.

O princípio básico da formação do Pedagogo contempla três dimensões organicamente relacionadas:

A **docência** confere a identidade do Pedagogo no campo específico de intervenção profissional na prática social. Para tanto, considera-se: os diferentes âmbitos e especialidades da prática educativa; o processo de construção do conhecimento no indivíduo inserido no seu contexto; a identificação de problemas educativos e a proposição de alternativas criativas e viáveis às questões da qualidade do ensino, assim como respostas que visem superar a exclusão social.

A **gestão democrática**, concebida como processo político-administrativo-pedagógico, através do qual a prática social da educação é organizada, orientada e viabilizada. Assim, pretende-se contemplar as atividades educativas nas diferentes formas de gestão e organização de processos educativos, no planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas.

A **pesquisa**, como princípio educativo e metodológico presente na graduação, trata de questões que emergem da vivência e da reflexão, configurando-se como um exercício de organização e produção de conhecimentos e permanentemente reelaborados.

Neste sentido, a pesquisa impõe a análise e compreensão da realidade na qual ocorrem processos educativos e, conseqüentemente, da produção de conhecimento sobre os mesmos, ao mesmo tempo em que possibilita a reflexão sobre a própria prática profissional, referenciada na perspectiva anterior e a tomada de decisões que permitam articular os níveis da teoria e da prática.

2.2.3 Objetivo do Curso

Formar o licenciado em Pedagogia a partir do objeto próprio de estudo da área, fundamentado na docência que compreende o ensino, a gestão, a formação e a difusão do conhecimento nos espaços escolares e não-escolares

2.2.3.1 Objetivos específicos do curso

Compreender o fenômeno da prática educativa na educação básica;

Identificar problemas sócio-culturais e educacionais, propondo respostas criativas às questões da qualidade de ensino e das medidas que visem superar a exclusão social;

Estabelecer diálogo entre a educação e as demais áreas do conhecimento;

Articular (ensino-pesquisa,) apropriação e produção do conhecimento/saberes na construção da prática pedagógica;

Desenvolver metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas;

Estimular o comprometimento com a ética na atuação profissional e com a organização democrática da sociedade;

Articular a atividade educacional nas diferentes formas de gestão educacional, na organização do trabalho pedagógico, no planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas da escola;

Compreender os pressupostos da avaliação institucional e da aprendizagem;

Compreender o processo de construção do conhecimento no indivíduo inserido em seu contexto social e cultural;

Utilizar as tecnologias de informação e comunicação para a formação de discentes capazes de inserir as tecnologias digitais como instrumentos da prática educacional .

2.2.4 Perfil Profissional

A identidade do Pedagogo define-se pelo exercício das atividades docentes que compreendem funções de magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas nos Cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal e em Cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas, nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos; de organização e gestão de sistemas, instituições de ensino e processos educativos e de produção e difusão de conhecimento do campo educacional.

O graduado pelo curso de Pedagogia da UFT- *Campus* Universitário de Arraias terá consistente formação teórica, diversidade de conhecimentos e de práticas que se articulam ao longo do curso e será capaz de atuar com eficiência na docência, na gestão e no apoio escolar.

2.2.5 Competências, atitudes e habilidades

Conhecimento da realidade em que se inserem os processos educativos e desenvolver formas de intervenção, com base na compreensão dos aspectos filosóficos, sociais, históricos, econômicos, políticos e culturais que a configuram e a condicionam;

Compreensão dos vários domínios do conhecimento pedagógico e os conteúdos disciplinares específicos e respectivas metodologias, numa perspectiva de formação contínua e auto-aperfeiçoamento;

Articulação das teorias pedagógicas e curriculares no processo ação-reflexão-ação, envolvendo a docência, elaboração e avaliação de projetos pedagógicos e o desenvolvimento da organização e gestão do trabalho educativo;

Desenvolver metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas;

Estimular o comprometimento com a ética na atuação profissional e com a organização democrática da sociedade;

Articular a atividade educacional nas diferentes formas de gestão educacional, na organização do trabalho pedagógico, no planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas da escola;

Trabalhar em espaços escolares e não-escolares na promoção da aprendizagem em diferentes fases do desenvolvimento humano e em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

Relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

Identificar problemas sócio culturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

Realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre seus alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre a organização do trabalho educativo e prática pedagógicas;

Utilizar com propriedade os instrumentos próprios para construção de conhecimentos

pedagógicos e científicos;

2.2.6 Campo de atuação profissional

A formação do Pedagogo não se restringe às necessidades imediatas do mercado de trabalho, embora não possa desconsiderá-las. A preocupação básica inclui e supera a qualificação técnica, e afirma como núcleo central a apropriação/construção de um referencial teórico-prático vigoroso, cientificamente consistente, que possibilite ao futuro profissional atuar com competência em espaços escolares (instituições de educação públicas e privadas) e não escolares.

Assim sendo, o licenciado em Pedagogia por este curso poderá atuar: na docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal. Poderá atuar também na Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos. Uma delas é na gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação; na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

2.2.7 Organização Curricular

O currículo do Curso de Pedagogia está estruturado com base na Resolução CNE/CP Nº01 de 15 de maio de 2006, cuja organização está constituída em três núcleos: Estudos Básicos, Aprofundamento e Diversificação de Estudos, Atividades Integradoras e complementares. O tempo mínimo de 9 (nove) semestres para integralização da carga horária de 3405 horas será distribuída da seguinte forma:

- 2.760h de Atividades Formativas,
- 300h de Estágio Supervisionado em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental articulados à Gestão de Processos Educativos Pedagógicos e à Pesquisa Educacional e;
- 105 horas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (atividades complementares);
- 240 horas de atividades integrantes ofertadas em turno diferente ao que o aluno estiver matriculado.
- As diretrizes apontam 3200 horas como carga horária mínima. A proposta do curso de Pedagogia de Arraias não fere o que prevê a Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006. Considerando que o CONSEPE aprovou diretriz para os cursos de Pedagogia, porém com ressalvas referente à autonomia e à estrutura curricular proposta na mesma. No entendimento do Colegiado, o objetivo da diretriz é facilitar a articulação entre os alunos pelos *campi* que oferecem o curso de Pedagogia. Tal situação está sendo respeitada pelo projeto ora apresentado. A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 determina que as instituições de ensino superior deverão elaborar seus currículos baseados em diretrizes curriculares. Os cursos gerados a partir de diretrizes curriculares podem ser dinâmicos e, portanto, evolutivos, situando-se sempre à frente do mercado de trabalho e não fixando grades obrigatórias e homogêneas.
- Serão disponibilizadas 80 vagas para processo seletivo via vestibular, sendo 40 vagas para o 1º semestre (ingresso no período matutino) e 40 vagas para o 2º semestre

(ingresso no período noturno).

- O curso de Pedagogia do *Campus* Universitário de Arraias fará uso progressivo das tecnologias digitais disponíveis para o apoio da docência e inserção dos discentes no uso das tecnologias dos ambientes virtuais de aprendizagem. Será analisada a metodologia adequada para aplicar o percentual de 20% nas atividades a distância, conforme previsto na PORTARIA Nº 4.059, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2004 do MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO e oportunamente pretende implantar o curso semipresencial.
- O colegiado do curso analisa a possibilidade de proporcionar aos alunos reprovados a oferta de disciplinas a distância.
- Reconhecemos a importância da definição de diretrizes no âmbito da UFT, não discordando do processo encaminhado pela PROGRAD para definição destas para os cursos de pedagogia da UFT, todavia reafirmamos a importância do respeito a natureza de cada curso em suas unidades acadêmicas a ser discutido em cada curso e formalizado no projeto político pedagógico específico.

2.2.7.1 O Núcleo de Estudos Básicos

Concepção: Esse núcleo deve privilegiar a formação básica, isto é, contemplar os fundamentos teórico-metodológicos necessários à formação do pedagogo: conhecimento da sociedade, da educação, do homem, da escola, da sala de aula, da gestão educacional, do ensino-aprendizagem, da produção e apropriação de conhecimento.

O núcleo básico é composto por 3 dimensões:

a) Dimensão da reflexão sobre a sociedade, a educação, a formação humana e a escola composta pela seguinte estrutura:

DISCIPLINAS	CRED.	C.H.
1. Leitura e Prática de Produção de Texto	04	60
2. Introdução à Pedagogia	04	60
3. Sociologia da Educação	04	60
4. Teorias Pedagógicas	04	60
5. História da Educação Brasileira	04	60
6. Psicologia da Aprendizagem	04	60
7. Introdução à Filosofia	04	60
8. Filosofia da Educação	04	60
9. Antropologia e Educação	04	60
Sub-total de Horas do Núcleo	36	540

b) Dimensão da formação didático-pedagógica para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, composta pela seguinte estrutura:

DISCIPLINAS	CR.	C.H
1.Didática	04	60
2.Fundamentos e Metodologia do ensino de Geografia	04	60
3.Fundamentos e Metodologia do ensino e História	04	60
4.Fundamentos da ed. infantil e anos iniciais	04	60
5.Metodologia da ed. infantil e anos iniciais	04	60
6.Fundamentos e Metodologia do ensino de Ciências Naturais	04	60
7.Fundamentos e Metodologia do ensino de Matemática	04	60
8.Fundamentos e Metodologia do ensino de Linguagem	04	60
9.Alfabetização e Letramento	04	60
10.Educação de jovens e adultos	04	60
Sub-total de Horas do Núcleo	40	600

c) Dimensão da organização e gestão do trabalho pedagógico na educação escolar e não-escolar, composta pela seguinte estrutura:

DISCIPLINAS	CRED.	C.H
1. Políticas Públicas em Educação	04	60
2. Planejamento e Gestão da Educação	04	60
3. Organização do Trabalho Pedagógico	04	60
4. Teorias do Currículo	04	60
5. Avaliação da Educação Básica	04	60
Sub-total de Horas do Núcleo	20	300

2.2.7.2 Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos

Este Núcleo é composto por duas dimensões:

a) Dimensão Teórico-Prática da Docência: volta-se às áreas de atuação profissional e oportunizará o aprofundamento de estudos nas áreas de formação do pedagogo, através de disciplinas ou outros componentes curriculares, tais como: seminários de pesquisa, elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso e a vivência do estágio supervisionado nas áreas de educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental contemplando as dimensões do ensino, da gestão e da produção e difusão do conhecimento.

DISCIPLINAS	CR.	C.H
1. Projetos de Estágio	04	60
2. Estágio da Ed. Infantil (Creche e Pré-Escola)	08	120
3. Estágio dos Anos Iniciais da Ed. Fundamentos	08	120
4. Projeto de TCC	04	60
5. TCC	08	120
6. Seminário de Pesquisa I	04	60
7. Seminário de Pesquisa II	04	60
8. Seminário de Pesquisa III	04	60
Sub-total	44	660

b) Dimensão de Diversificação de Estudos: visa aprofundar os estudos do núcleo básico a serem desenvolvidos no semestre, de forma flexível. Isto é, o total de componentes curriculares disponibilizado que o compõe é superior ao total de créditos disponíveis no semestre. Sendo assim, o colegiado do curso de Pedagogia proporcionará semestralmente a oferta da componente curricular dessa dimensão considerando a natureza dos conhecimentos a serem complementados no semestre e a disponibilidade docente.

DISCIPLINAS	CR.	C.H
1. Sociedade, Cultura e Educação*	04	60
2. Educação Especial*	04	60
3. Psicologia do Desenvolvimento*	04	60
4. Infância, Cultura e Sociedade*	04	60
5. Ética e Educação*	04	60
6. Arte e Educação*	04	60
7. Educação e Tecnologias*	04	60
8. Educação Ambiental*	04	60
9. Literatura Infante-Juvenil*	04	60
Total de disponibilizado	36	540
Sub-total a ser ofertado	36	540

*Todas as (09) nove disciplinas da dimensão e diversificação de estudos serão ofertadas no decorrer do curso.

DISCIPLINAS	CR.	C.H
1. Educação e Movimentos Sociais	04	60
2. Educação a distancia	04	60
3. Educação rural	04	60
4. Diversidade Cultural	04	60
5. Tópicos Especiais I	04	60
6. Tópicos Especiais II	04	60
7. Fundamentos e Metodologia do Ensino de Arte e Movimento	04	60
8. Educação Não-Escolar	04	60
9. Educação e Cultura Afro-brasileira	04	60
Total disponibilizado	36	540
Sub-total a ser ofertado	28	420

Do total das (09) nove disciplinas do quadro acima, apenas (07) sete serão ministradas conforme a definição do Colegiado, considerando a natureza dos conhecimentos a serem complementados e a disponibilidade docente.

2.2.7.3 Núcleo de Estudos Integradores

As atividades desse núcleo devem proporcionar enriquecimento curricular por meio da participação em atividades integrantes (promovidas pela UFT ou em parceria) e orientadas pelo corpo docente da instituição em diferentes áreas do campo educacional, tais como: participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, estágios extracurriculares, atividades ou curso semi-presenciais ou a distância desde que validado pelo colegiado do curso, etc. Também por atividades complementares (promovidas por outras instituições) tais como: participação em simpósios, congressos, conferências, debates, colóquios, cursos, oficinas e outras atividades de comunicação e expressão nas áreas da cultura, da ciência e das artes. Disciplinas cursadas em outros cursos da UFT ou de outra IES e atividades ou curso semi-presenciais ou a distancia desde que validado pelo colegiado do curso.

COMPONENTES CURRICULARES	CR.	C.H
Atividades Complementares	7	105
Atividades Integrantes	16	240
Total	23	345

2.2.8 Interface pesquisa e extensão

O Ensino é uma dimensão que possibilita ao aluno uma visão científica da realidade social, com base nos fundamentos teórico-metodológicos, éticos-políticos e técnicos que permeiam a profissão.

Pela pesquisa é possível produzir conhecimentos sobre a realidade social mais ampla e em particular sobre os objetos da Pedagogia a partir do eixo teórico-metodológico. Neste processo, alunos e professores desenvolvem pesquisa, portanto produzem conhecimentos no espaço social e de sala de aula articulando os diferentes conteúdos, disciplinas e áreas do saber para a formação do profissional Pedagogo.

Na dimensão da extensão, é possível a inserção na realidade social, no confronto direto com as contradições sociais, o direito à educação pública e gratuita, a educação para todos, as políticas de acesso e permanência na escola, programas e projetos de alfabetização de adultos. Inserido nesta realidade o curso propõe a implementação de um Programa de Extensão capaz de fazer a interface com os cursos afins da Universidade e dos *campi*, onde professores e alunos possam criar e participar de programas e projetos de extensão, aplicando e construindo novas metodologias de abordagem da educação e realimentando os trabalhos de ensino e de pesquisa dos cursos.

Na implementação do Programa de Extensão privilegiar-se-ão temáticas próprias da formação do profissional Pedagogo.

A formação do Profissional da Educação na Universidade, tem como princípio interligar o Ensino a Pesquisa e a Extensão como forma de consolidar a produção do conhecimento no sentido da superação das desigualdades sociais bem como encontrar o equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Para tanto, nosso curso visa a formação do pesquisador pedagogo em intercâmbio com os vários setores da sociedade aos quais estes profissionais são chamados a atuar.

A concepção da formação do Pedagogo deve visar uma construção interativa entre os conhecimentos do aluno e os conhecimentos oportunizados pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão que o curso venha oferecer. Considera-se atividades de ensino, aquelas ministradas em sala de aula, com conteúdos programáticos a partir de uma dada estrutura curricular, que visem a produção do conhecimento. Dentre estes conteúdos diversas oportunidades de informações, vivências, observações reflexões e práticas devem permear o processo para que o profissional possa ser capaz de realizar várias atividades nos mais diversos níveis do âmbito da educação. Evidentemente que a construção destes saberes estão vinculados e fundamentados nas práticas da pesquisa e extensão; tripé indiscutível e indissociável dentro da Universidade.

Evidencia-se que o Ensino, a Pesquisa e a Extensão devem priorizar a construção e disseminação do conhecimento a partir de uma prática reflexiva do desenvolvimento da realidade educacional. Compreendendo, entretanto, a importância de que as atividades de Pesquisa e Extensão priorizem o desenvolvimento regional.

Na perspectiva da Pesquisa, vários são os questionamentos a respeito deste componente tão necessário à formação do professor-pesquisador, dentre elas a de Ludke (1994) como se dá a formação do professor pesquisador e do pesquisador professor? André (1993,1994,1995) também pergunta: É viável a integração da pesquisa no dia-a-dia do professor das escolas da rede básica? Que tipo de pesquisa seria essa e como se prepararia para ela o professor? Além de outras indagações de Demo (1991), que considera como indispensável o componente básico da pesquisa para o trabalho da docência, seja ele exercido em qualquer nível de ensino.

Considerando os pontos de vista dos estudiosos supra citados, o Curso de Pedagogia, do *Campus* de Arraias tem-se encaminhado em direção à orientação do D. Schon (1993), o qual nos sugere uma proposta da prática reflexiva, ou seja, orientar nossos alunos a aprenderem exercitar esta atitude de reflexão sobre a mesma prática, não apenas antes, em sua preparação, mas também durante e depois do desenrolar das ações. Para tanto, os projetos desenvolvidos e em desenvolvimento pelos professores têm buscado essa linha, compreendendo ainda que as reflexões sobre a escola, tem sido desenvolvidas por meio dos projetos de intervenção, Estágio Supervisionado, Planejamento Educacional, investigação na escola, que são elementos que ajudam a melhorá-la. O retorno a ela, deve ser encaminhado como forma de Extensão, fortificando assim o tripé já explicitado.

As relações entre ensino, pesquisa e extensão ocorrerão no cotidiano de todas as atividades acadêmicas mediadas pela busca do conhecimento acerca da realidade social. Além disso, os conhecimentos e experiências construídos e reconstruídos retornam aos espaços de sala de aula em fundamentação, assim, de novas relações de aprendizagem.

A construção dessas experiências se darão através do GIEAC (Grupo Interdisciplinar em Educação, Ambiente e Cultura) com projetos de pesquisa institucionalizados e em andamento coordenados por professores, tendo a participação de alunos do curso de pedagogia que participam do PIBIC/PIVIC. A partir do resultado das pesquisas em andamento e de novas pesquisas, na perspectiva do curso de pedagogia, será construído programa de pós-graduação, preferencialmente mestrado e doutorado.

Ressalta-se que já se encontram em funcionamento o curso Lato Sensu Escola de Gestores e Graduação em Biologia à Distância e também o projeto de extensão Mídias e Educação vinculados à linha de pesquisa Tecnologias da Aprendizagem. Na linha de pesquisa Patrimônio, Cultura e Ambiente estão sendo desenvolvidos os projetos: IPHAN/Remanescente de Quilombola e seu Patrimônio Imaterial no Tocantins; Instrução Técnica do Processo de Ourivesaria em Filigrana em Natividade/TO-Inventário; Estudos para o Registro da Ourivesaria no município de Natividade/TO.

O PQD (Plano de Qualificação Docente) está direcionado à qualificação dos docentes

atendendo a demanda dos projetos em andamento e o contexto no qual o curso está inserido.

2.2.9 Interface com programas de fortalecimento do ensino: Monitoria e PET

A Fundação Universidade Federal do Tocantins-UFT mantém um programa de fortalecimento do ensino de graduação, denominado PIM - Programa Institucional de Monitoria, no qual destina 02 vagas de monitor, com bolsa, para auxiliar nas atividades didático-pedagógicas dos docentes. É objetivo da monitoria aprimorar a relação pedagógica professor-aluno. O Programa de Educação Tutorial – PET foi instituído pela lei 11.180 de 23 de setembro de 2005 e será regido também pela portaria n 3.385 de 29 de setembro de 2005. Este programa é desenvolvido por grupos de estudantes com tutoria de um docente, organizados a partir de cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior do país, sendo um grupo por curso, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão e tem por objetivos: desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela ética, pela cidadania e pela função social da educação superior. Em relação ao Programa de Educação Tutorial - PET -, ainda não temos ações.

O Programa Institucional de Monitoria tem como objetivo incentivar a participação dos acadêmicos na assessoria aos professores nas atividades de planejamento, execução e avaliação das aulas ministradas, bem como das ações práticas a serem desenvolvidas pelos alunos. Tais medidas visam estimular no discente o interesse pela docência e pesquisa; propiciando a utilização de seu potencial, assegurando-lhe uma formação profissional completa.

2.2.10 Interface com atividades científico-acadêmicas e culturais

Em consonância com a proposta de uma boa formação teórico-prática, o curso de Pedagogia prevê, além do conjunto dos elementos teóricos obrigatórios presentes nos eixos estruturadores dos cursos, as atividades complementares, com carga horária de 105 horas, de caráter obrigatório e que integram o conjunto dos componentes obrigatórios para a formação dos acadêmicos. Para o enriquecimento curricular do alunado, são previstas pelo curso as seguintes atividades: semana acadêmica, palestras, oficinas pedagógicas e comunicações orais (apresentações de pesquisas finalizadas e em andamento) para a comunidade acadêmica.

Caberá ao colegiado do curso em conformidade com a legislação vigente e com a Resolução 004/2005 e 009/2005 do Conselho de Ensino e Pesquisa -CONSEPE efetivar o aproveitamento e convalidação das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais. Dentre as atividades complementares, além das previstas na referida legislação que regulamenta esta questão podem ser destacadas palestras, publicações, projetos de portadores de necessidades educacionais especiais, o indígena e os afro-descendentes. O curso realiza anualmente a semana acadêmica que apresenta: oficinas, mesas-redondas, palestras, minicursos e momento cultural envolvendo alunos e toda a comunidade de Arraias e seu entorno.

2.3. Prática e estágio curricular

O colegiado do curso de Pedagogia compreende que o estágio é um dos componentes do currículo do curso de formação de professores e profissionais da educação, que prepara para o exercício profissional. Sua finalidade é proporcionar um conhecimento da realidade educativa em espaços escolares e não escolares.

O estágio do curso de Pedagogia - *Campus* Universitário de Arraias têm como base a

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 26/2018)

docência e a gestão, propiciando o pensar a ação educativa tendo como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, o Decreto nº 87.497/82 que regulamenta a Lei nº 6494/77 que considera Estágio Curricular como:

Atividades de aprendizagem social, profissional e Cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situação de vida e de trabalho de seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito privado, sob a responsabilidade e coordenação de instituição de ensino (art. 2º)

Além da legislação acima citada o estágio curricular do curso de Pedagogia - *Campus* Universitário de Arrais está em consonância com a Resolução nº 003/2005 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CONSEPE que dispõe o regulamento do Estágio Curricular Obrigatório dos Cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Tocantins.

O estágio supervisionado será desenvolvido a partir do 5º período do Curso e constitui-se em um componente de caráter teórico-prático, visando:

- Criar condições para vivência de situações concretas e diversificadas relacionadas à profissão docente;
- Constituir a compreensão sobre a identidade profissional do professor e de sua importância no processo educativo;
- Promover a articulação teórico-prática;
- Possibilitar situações de ensino a partir das quais seja possível a experiência da intervenção pedagógica;
- Contribuir para a discussão e atualização dos conhecimentos do curso de formação.

Nesta perspectiva, o estágio assume caráter de pesquisa das condições de exercício da profissão e oportunidade de questionamento sobre as práticas em andamento. Nas suas intervenções, os estagiários se dirigem a seus possíveis campos de atuação profissional impulsionados pela necessidade de melhor conhecê-los, de buscar respostas às suas indagações sobre eles e de testar suas hipóteses.

2.3.1 Projeto de estágio

A estruturação da prática centrar-se-á nos problemas concretos, levantados e diagnosticados pelos licenciados na prática pedagógica, com vistas à reorganização do trabalho escolar, discutidos e tematizados a partir de diferentes referenciais teóricos com a participação articulada dos professores das disciplinas. Esta reorganização do trabalho escolar significa a intervenção do estagiário na prática pedagógica (diagnóstico da escola, participação em planejamentos, estudos com professores das escolas para reorientar os problemas de aprendizagem detectados, etc.)

Os dados levantados no diagnóstico pelos estagiários, a teorização destes problemas, o planejamento e os resultados da sua intervenção na prática, são dados coletados e acumulados dos processos de gestão, ensino e de aprendizagem que poderão ser sistematizados e elaborados como relatório de pesquisa no final do curso em forma de Trabalho de Conclusão de Curso.

Importante é firmar parceria com algumas escolas da rede pública, propondo o trabalho, possibilitando assim aos licenciados oportunidade de integração e comprometimento com a realidade escolar.

A ida dos licenciados às escolas-campo ocorrerá de forma planejada com as escolas, tendo objetivos e tarefas de observação claras nas situações de classe e extra-classe e momentos de discussão com os profissionais da área no ensino básico. É importante ter

presente o que observa Pimenta (1997, p.120) :“O conhecimento não se adquire “olhando”, “contemplando”, “ficando ali diante do objeto”, exige que se instrumentalize o olhar com teorias, estudos, olhares de outros sobre o objeto, que, por sua vez é fenômeno universal”.

A problemática levantada e teorizada para intervenção e avaliação deve estar inserida numa das áreas do conhecimento do objeto de estudo do curso, a partir dos planejamentos curriculares, das necessidades da comunidade, dos estudantes, dos PCN's, etc. e do que se propõe a escola.

Os grupos de licenciados de PEE (Prática de Ensino e Estágio) (COLOCAR SIGNIFICADO) terão o acompanhamento do orientador de estágio que se fará presente nas escolas-campo e terá encontros de orientação, discussão e avaliação com estagiários em grupos, do 5º ao 8º períodos. Todas as atividades didático-pedagógicas de aprendizagem profissional serão desenvolvidas sobre a responsabilidade e coordenação da Universidade. Como a pesquisa cotidiana gera necessidade de interpretação fundamentada em referenciais teóricos e práticos necessitarão de orientação dos professores da área correspondente ao seu tema de trabalho.

A partir do referencial acima, o curso de Pedagogia - *Campus* Universitário de Arraias propõe as seguintes etapas da Prática de Ensino e Estágio Supervisionado.

5º Período - Plano de ação

- Formulação de um projeto: Pesquisa descritiva com suporte teórico-metodológico.
- Reflexão sobre a problemática identidade;
- Fundamentação teórica (fichamento) de bibliografia básica quanto à metodologia, conteúdo da disciplina, habilidades e competências sob a orientação sistemática do professor do estágio;
- Proposição de ações a realizar, com vistas à superação da problemática;
- Observação em aula sobre o conteúdo que está sendo desenvolvido, para prepará-lo para o estágio do 6º período;
- Estas atividades terão uma carga horária de 60 horas (04 créditos);
- A prática pedagógica permeia todo o curso de seus componentes curriculares.

6º Período - Estágio na Educação Infantil (creche e Pré-Escola)

Estudo compartilhado com os professores.

- ✓ Planejamento dos encontros com os professores focalizando a proposta de atuação;
- ✓ Promover o diálogo, a discussão e a interação com os professores da escola-campo, da Educação Infantil;
- ✓ Indicação de bibliografias, metodologias e recursos possíveis para atuar com relação à preparação da sua atuação (livros, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil);
- ✓ Estas atividades terão uma carga horária prevista de 120 horas (08 créditos);
- ✓ A prática pedagógica permeia todo o curso através de seus componentes curriculares.

7º Período - Estágio no Ensino Fundamental

- Preparação e ministração de aulas, projetos ou outras atividades de atuação com alunos no contexto explicitado;
- Atuação na sala de aula da escola-campo, conjuntamente com o professor regente.
- Relatório e avaliação da atuação;
- Elaboração de um artigo sobre a experiência. Produção científica, em qualquer etapa, em conjunto com a instituição campo;
- Estas atividades serão realizadas em conjunto com: o professor orientador e os professores da escola-campo de estágio;
- Estas atividades terão uma carga horária prevista de 120 horas (08 créditos);
- Para estas atividades a turma será subdividida em dois grupos, sob a responsabilidade de um professor orientador para cada grupo, atribuindo-lhes uma carga horária de trabalho semanal de 08 horas;
- A prática pedagógica permeia todo o curso através de seus componentes curriculares.
- Observação: a participação do professor na escola-campo é contribuir com a avaliação formativa.

Destaca-se que é prevista uma carga horária de atividades práticas para algumas disciplinas do curso. Essas horas de atividades práticas também compõem o Projeto de Estágio e deverão estar articuladas com a proposta de Estágio do respectivo período ou semestre letivo e do curso como um todo.

Para tornar possível essa articulação entre todas as disciplinas do currículo, os professores deverão articular as atividades previstas em cada um dos semestres, discutindo e registrando antes de cada período letivo, com todas as disciplinas a serem ministradas, as orientações a serem implementadas para atendimento ao Projeto de Prática de Ensino e Estágio do Curso.

Como enfatizado anteriormente, as atividades do estágio deverão ser enriquecidos com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras e estudo de casos.

2.3.2 Proposta de avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do projeto acadêmico do curso

A avaliação no curso de Pedagogia se fundamenta na realidade institucional e nas concepções e práticas de avaliação contidas nas diretrizes da política de avaliação para a educação superior.

A prática avaliativa a ser desenvolvida no Curso de Pedagogia do *Campus* Universitário de Arraías visa possibilitar a vivência da avaliação formativa, processual e diagnóstica. Isso significa realizar, de fato, a avaliação em todos os momentos em que o professor convive com o estudante e não somente em momentos estanques e determinados.

Seu objetivo central é perceber os avanços e as fragilidades no aprendizado dos licenciandos para que o processo de ensino seja redirecionado e reorganizado. Com essa

compreensão o processo avaliativo fortalece as relações interpessoais que se constroem nos espaços educativos, sem as quais o diálogo não se estabelece. No diálogo, o processo de construção do conhecimento é enriquecido, facilitando a superação dos limites técnico-burocráticos que artificializam o ato de conhecer e de atribuir sentido àquilo que se apresenta como novo. Conseqüentemente, ao ser pensado e praticado dessa maneira, o processo avaliativo constitui-se como parte integrante do trabalho pedagógico.

A decisão por adotar este modo de conceber e praticar o ato de avaliar os processos de aprender e de ensinar leva, pois, a UFT a orientar os projetos pedagógicos dos Cursos de Licenciatura na implementação de propostas de avaliação do trabalho pedagógico em que:

- Os aspectos qualitativos e técnicos sejam igualmente considerados;
- O ato de avaliar seja compreendido como um processo contínuo e permanente com função diagnóstica;
- O processo avaliativo esteja aliado ao desenvolvimento pleno do estudante em suas múltiplas dimensões (humana, cognitiva, artística, política, ética etc.);
- A tarefa de avaliar leve em consideração o processo e as condições do aprendizado dos estudantes;
- A avaliação constitua-se num dos componentes do processo de ensinar e de aprender.

A decisão de avaliar o projeto pedagógico do Curso de Pedagogia - *Campus* Universitário de Arraías evidencia uma posição clara de interrogação e de abertura para críticas e sugestões, sempre orientada pelo objetivo de aperfeiçoar a proposta de um curso em seus diferentes momentos de implementação. Esta é uma condição indispensável para manter a qualidade do Curso e para possibilitar mudanças na realidade dos espaços de formação profissional. Para tanto, é necessário ultrapassar aquilo que é apenas aparente, mantendo viva a concepção de curso expressa no projeto pedagógico, construído coletivamente e, verdadeiramente, capaz de orientar o caminho teórico-prático adotado e as ações sócio-políticas e educacionais voltadas para o desenvolvimento do curso.

A avaliação, além de permitir um balanço dos rumos da formação de profissionais de educação na busca de sua qualidade, constitui-se numa prática de pensar os fundamentos, os princípios, os objetivos, a identidade profissional delineada, a organização curricular, as formas de implementação e as condições de infra-estrutura e de recursos humanos envolvidos no trabalho pedagógico.

O colegiado do curso de Pedagogia do *Campus* Universitário de Arraías entende que o processo avaliativo exige:

- ☐ Revisão do Projeto Pedagógico do curso numa periodicidade de, no máximo, dois anos;
- ☐ O envolvimento do conjunto dos docentes, estudantes que compõem a comunidade do curso, no processo de avaliação de seu Projeto Pedagógico;
- ☐ A análise da realidade de cada curso expressa pela condução metodológica na apresentação de conteúdos, nas diretrizes para o processo de avaliação do aprendizado, na organização curricular adotada, na distribuição de tempos curriculares, ou seja, a análise do projeto pedagógico como um todo;
- ☐ Articulação entre meios e fins, necessária à operacionalização do projeto;
- ☐ Análise das contribuições apresentadas por órgãos internos e externos à UFT,

que são envolvidos no processo de formação inicial e continuada de professores;

- ☐ Observar as contribuições da pesquisa e da extensão;
- ☐ A articulação com os egressos do curso e com a sociedade em geral;
- ☐ Considerar as contribuições das Comissões de Avaliação das Condições de Ensino para fins de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso.

No âmbito da avaliação do processo de aprendizagem o corpo docente do curso observará as seguintes orientações:

- Estabelecer diagnóstico das necessidades formativas do aluno tendo como ponto de partida sua inscrição no universo sócio-cultural do qual é membro;
- Readequar os objetivos e conteúdos programáticos propostos na disciplina ao contexto apresentado no diagnóstico;
- Discutir e propor alternativas de avaliação levando sempre em conta a avaliação diagnóstica e formativa;

No âmbito da avaliação do curso será criada uma Comissão Permanente de Avaliação com o objetivo de focar as seguintes dimensões:

- Avaliação semestral da disciplina pelo aluno e pelo professor;
- Avaliação do desempenho do professor e do aluno;
- Avaliação da gestão acadêmica do curso (colegiado e coordenação de curso).

2.3.3 Ementário

Leitura e produção de texto: Estudo de diferentes linguagens que se configuram no universo de significação e história do modo de viver contemporâneo, no intuito de analisar e produzir textos de diferentes modalidades, voltados à prática pedagógica.

Introdução a pedagogia: Investigação sobre as ciências da educação. O problema da unidade/partes, complexidade, especificidade e autonomia das ciências da educação. A educação como ponto de partida e de chegada dos estudos e reflexões dos grandes pensadores. A contribuição das ciências para a explicação e compreensão da educação.

Sociologia da educação: Estudo dos principais autores e das principais teorias clássicas e contemporâneas sobre ações coletivas dos homens na sociedade. Serão objetos de análise as teorias construídas pelas correntes históricas - segundo os paradigmas marxista, estrutural, funcional e reprodutivista. Destacando-se os principais aspectos metodológicos destas teorias.

Teorias pedagógicas: Análise das teorias pedagógicas, ressaltando a concepção de mundo, sociedade, homem e educação, tendo como referência a construção histórica do pensamento educacional

História da educação brasileira: O pensamento pedagógico brasileiro da colônia a contemporaneidade. A construção histórica da função social da educação e da escola. O papel dos intelectuais e organização da cultura escolar. A produção historiográfica da educação. Debate atual e perspectivas da educação no Brasil.

Psicologia da aprendizagem: Estudo dos processos de aprendizagem e do desenvolvimento da criança à fase adulta. A construção do conhecimento e a constituição dos sujeitos nas práticas sociais com destaque para prevenção e intervenção. Análise da interação professor e aluno.

Introdução a filosofia: Origens do pensamento filosófico. O modo de pensar filosófico. A relação homem-mundo-conhecimento. Conceitos e problemas fundamentais da filosofia. Educação para o pensar.

Filosofia da Educação: Elucidação conceitual da filosofia da educação. A filosofia na formação do educador. Abordagem filosófica de temas da educação contemporânea.

Antropologia e educação: Estudo do surgimento e formação do pensamento antropológico. Discussão de formas alternativas de culturas paralelas, diversidade e multiculturalidade que permeiam em diferentes espaços. A interface da pesquisa e do ensino no campo da pedagogia e da educação.

Didática: Fundamentos sócios-políticos-epistemológicos da Didática na formação do(a) profissional professor(a) e na construção da identidade docente. Relações dialéticas fundamentais do processo de trabalho docente: sujeito/objeto; teoria/prática; conteúdo/forma; ensino/aprendizagem; conhecimento/conhecer; sucesso/fracasso; professor/aluno; aluno/aluno. Competências do professor na articulação entre o ensino e a pesquisa na docência. Organização da dinâmica da Prática Pedagógica: o processo de planejamento. Fases da construção de um planejamento de ensino, considerando a concepção e prática na elaboração dos objetivos, seleção dos conteúdos, metodologia, relação-professor e aluno e avaliação.

Educação de Jovens e Adultos: Dimensões Educação de Jovens e Adultos. As bases sociais. A natureza dos estilos cognitivos na construção do conhecimento escolar e possibilidade de re-construção de conhecimento. Pedagogia de Projetos como alternativa para o ensino-aprendizagem. O legado de Paulo Freire.

Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia: A produção do conhecimento sobre o espaço e suas conseqüências para a educação infantil e o ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A construção do conceito de espaço geográfico na criança. O processo de produção, reprodução do espaço geográfico mediado pelo trabalho social do homem. Relação entre a teoria e prática direcionada para o equacionamento da práxis pedagógica.

Fundamentos e Metodologia do Ensino de História: Evolução e princípios da historiografia brasileira. Análise do processo histórico nacional, regional e local. Abordagens para um pensar histórico crítico dos eventos e estudos históricos. Análise sobre o sujeito social e sua relação com tempo e espaço histórico. Formas de aprendizagem, avaliação e auto-avaliação na prática pedagógica da história.

Fundamentos da educação infantil e anos iniciais: As políticas de atendimento à infância. Relações entre educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Organização da creches e pré-escolas. Saúde e nutrição. A importância do brincar no desenvolvimento infantil. A interação no desenvolvimento da criança-criança, adulto-criança e interações adulto-adulto em creche, pré-escola e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Metodologia da educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental: Análise de metodologias apropriadas organização de ambientes que promovam o desenvolvimento da criança e o conhecimento de si e do mundo. Rotina em instituições de educação infantil e o cuidado coletivo. Processos de inclusão e projetos de adaptação em creche, pré-escola e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Fundamentos e Metodologia do Ensino de ciências naturais: Concepção de Ciências, Ambiente e Educação. Objetivos do ensino de Ciências Naturais no ensino fundamental. Modalidades didáticas mais utilizadas no ensino de Ciências. O laboratório de Ciências na escola. Ciência e o método científico. Temas de pesquisa em ensino de Ciências; Análise das propostas oficiais para o Ensino de Ciências Naturais no ensino fundamental. Análise de livro didático.

Fundamentos e Metodologia do Ensino de matemática: Visão histórica e epistemológica do conhecimento matemático. A função social dos conteúdos matemáticos. O processo de ensino e de aprendizagem dos conteúdos matemáticos na educação infantil e no Ensino Fundamental. Elaboração de propostas. A avaliação da aprendizagem matemática.

Fundamentos e Metodologia do Ensino de Linguagem: A escola e o ensino de Língua Portuguesa. Práticas lingüístico-discursivas e formação do leitor e do escritor. Inter-relação entre linguagem, pensamento e grafismo. O método psicolingüístico: aspectos filosóficos, psíquicos e lingüísticos. Discussão dos PCNs e dos livros didáticos à luz das teorias da lingüística. Leitura das atividades artísticas e sua influência na alfabetização.

Alfabetização e Letramento: Conceituar o processo de alfabetização e Letramento. A construção do conhecimento e a classificação geral dos métodos de alfabetização. O ambiente como desencadeador do sucesso ou bloqueador da aprendizagem. Os diversos métodos do ensino da leitura e da escrita. Concepções teóricas de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita. As influências das teorias construtivista e sócio-interacionista. Leitura das atividades artísticas e sua influência na alfabetização.

Educação de Jovens e Adultos: Dimensões Educação de Jovens e Adultos. As bases sociais. A natureza dos estilos cognitivos na construção do conhecimento escolar e possibilidade de re-construção de conhecimento. Pedagogia de Projetos como alternativa para o ensino-aprendizagem. O legado de Paulo Freire.

Políticas públicas em educação: Organização e legislação dos sistemas de ensino. Estrutura e funcionamento da educação básica. Impasses e perspectivas das políticas atuais da educação. Estado, Políticas públicas educacionais: as ações, programas e projetos governamentais e o orçamento destinado às áreas sociais.

Planejamento e gestão da educação: Concepções de gestão e organização escolar e da cultura organizacional. Gestão dos processos educativos. Princípios e processo de planejamento participativo. Princípios e funções da avaliação institucional. A gestão democrática na organização e funcionamento da escola.

Organização do trabalho pedagógico: Organização e funções básicas das instituições formais de educação básica. A relação entre organização social e a organização do trabalho pedagógico. Natureza e especificidade das funções no trabalho pedagógico. Formas alternativas de organização do trabalho pedagógico. A profissionalização do magistério e suas implicações. A avaliação dos processos e resultados. Avaliação externas e seu impacto na organização do trabalho pedagógico.

Teorias do Currículo: A historicidade do currículo: epistemologia. O conceito do currículo escolar, a história das disciplinas escolares e as tendências curriculares no Brasil. Relação do currículo com a cultura e a sociedade. A política do conhecimento oficial e currículo escolar como política cultural; a cultura popular e a pedagogia radical crítica. Os parâmetros Curriculares como referência para o Currículo Nacional. O currículo nas modalidades da educação infantil, fundamental e outras modalidades da educação não formal.

Avaliação da educação básica: Noções gerais sobre a avaliação: informal e formal. A

função ideológica da avaliação no sistema educacional. A avaliação nas diferentes concepções pedagógicas. Metaavaliação dos processos de ensino e da aprendizagem em sala de aula. Propostas alternativas de avaliação da aprendizagem. Avaliação Institucional: Saeb e Enade.

Projeto de Estágio: Observação do trabalho pedagógico na docência e gestão escolar de forma articulada, em destaque das categorias do espaço e o tempo escolar. Observação da prática curricular como uma ação de orientação, acompanhamento e intervenção no cotidiano escolar, concretizando a integração entre a formação acadêmica e o exercício docente, ou seja, articulação entre a teoria e a prática pedagógica. Realização de atividades inerentes ao estágio: planejamento, registro, análise (avaliação) e relatório das ações.

Estágio da educação infantil (creche e pré-escola): Análise da relação teoria-prática no processo ensino-aprendizagem na educação infantil. Participação em atividades interdisciplinares. Análise do projeto pedagógico da escola de educação infantil com a proposição das do Referencial Curricular da Educação Infantil. Planejamento, execução, avaliação de atividades de docência na educação infantil. Participação em atividades interdisciplinares. Realização de atividades inerentes ao estágio: planejamento, registro, análise (avaliação) e relatório das ações.

Estágio dos anos iniciais do ensino fundamental: Vivência de processos e procedimentos pedagógicos. Investigação e problematização da realidade da educação, a partir dos aportes teóricos da Pedagogia. Realização de atividades conhecimentos, habilidades e compromissos, inerentes ao estágio: planejamento, registro, análise (avaliação) e relatório das ações.

Projeto de TCC: Construção do projeto de pesquisa fundamentado nas discussões teóricas desenvolvidas no decorrer curso, nas investigações bibliográficas e articulado com as situações problema do cotidiano escolar. Seminários de apresentação do projeto.

TCC: Produção dos instrumentos de pesquisa. Coleta e análise dos dados. Construção do relatório final e apresentação pública.

Seminário de Pesquisa: Introdução do aluno às linguagens de acesso às diferentes fontes de produção da pesquisa científica: trabalhar as ferramentas metodológicas de como se elaborar um trabalho científico. Teorias da Pesquisa. Tipos de Pesquisa: histórica, descritiva, experimental. Métodos e técnicas de coleta de dados quantitativos. Elaboração de projetos de pesquisa.

Seminário de Pesquisa II: Espaço de introdução do aluno às linguagens de acesso às diferentes fontes de produção da pesquisa educacional. Discussão sobre o papel do profissional da educação, frente aos desafios da realidade atual no campo da pesquisa educacional. Reflexão sobre os problemas contemporâneos da ciência, teorias e modos e linguagens da pesquisa. Introduzir o aluno no universo da pesquisa em educação, para que este possa apreender o processo de produção do conhecimento, ler, avaliar e criticar pesquisas e formular projetos. Contribuições da pesquisa qualitativa e quantitativa na produção de saberes. Organização da pesquisa nas instâncias de investigação. Elaboração de projeto de pesquisa.

Seminário de Pesquisa III : Aprofundamento do processo de produção do conhecimento em educação, Discussão sobre a problematização e recortes dos objetos nas Ciências da Educação, do conhecimento e da complexidade das questões com as quais o pesquisador confronta-se no campo educacional. A disciplina, sob a forma de seminários, privilegiará uma contribuição interdisciplinar. Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa.

Educação e cultura afro-brasileira: Discutir os conceitos de cultura, educação e

diversidade, e a situação do negro no Brasil e a implantação da Lei 10.639/03. Análise crítica das discussões sobre identidade, diferença e reconhecimento. O papel da educação e das políticas públicas (ações afirmativas) na construção das identidades, da cidadania e do combate à discriminação racial, no contexto local e nacional.

Educação Especial: Conceitos e histórico da educação especial. Etiologia das deficiências, especificidades, necessidades e potencialidades de portadores de deficiência, condutas típicas e altas habilidades. Diferenças individuais, conceitos de normalidade e anormalidade. Pedagogia da inclusão. Legislação e políticas públicas em educação especial. Modalidades de atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais. Planejamento e avaliação em educação especial.

Educação não-escolar: Concepção de educação não-escolar. Estudo dos princípios, das políticas e das práticas educativas formais para crianças, jovens e adultos (governamentais e não-governamentais) alternativas complementares à educação escolar. O caráter conservador, reformador ou transformador das diferentes experiências.

Sociedade, cultura e educação: Estudo dos fundamentos sócio-culturais contemporâneos da educação, destacando seus principais precursores e as experiências pedagógicas na sociedade contemporânea: sociedade em rede, sociedade do consumo, sociedade da informação e sociedade do espetáculo.

Psicologia do desenvolvimento: História e eixos epistemológicos da psicologia. Abordagens comportamental, psicanalítica, e cognitivista do desenvolvimento da criança a fase adulta.

Infância, cultura e sociedade: A concepção de infância. A construção histórica-social e cultural do conceito de infância, família e sociedade. Trabalho infantil, estatuto da criança e do adolescente e infância no Brasil.

Fundamentos e Metodologias do Ensino de Arte e do Movimento: Pressupostos teórico-metodológicos do ensino de arte e do movimento corporal. A construção do conhecimento no ensino de arte e do movimento corporal. Organização didático-pedagógica para o ensino de arte e do movimento corporal.

Ética e Educação: Fundamentos conceituais da ética e da moral relativos a atuação do educador. Ética e tolerância. Utilitarismo ético. Ética do dever e da responsabilidade. Ética do discurso.

Arte e Educação: Concepção de arte. História da arte. Cultura, arte e educação. Formas de expressão artística: música, cinema, artes plástica, teatro, etc. indústria cultural e mercantilização da arte. Produção artística regional.

Educação e Tecnologias: Leituras da tecnologia aplicada a educação. A função social dos recursos tecnológicos. Processos educativos mediados pelas tecnologias. As tecnologias analógicas e digitais e suas implicações na educação. Gestão da comunicação e das mídias no ambiente escolar.

Educação Ambiental: Tendências da Educação Ambiental; ecologia e ambientalismo; legislações ambientais; educação ambiental e o currículo escolar; abordagens metodológicas em educação ambiental; Desenvolvimento ecologicamente sustentável; Educação ambiental e interdisciplinaridade; desenvolvimento de Projetos de Educação Ambiental nas escolas; Espaços formais e não-formais da Educação Ambiental; cultura e meio ambiente.

Educação e Movimentos Sociais: Movimentos sociais populares do campo. Desafios

para uma escola do campo na ótica dos movimentos sociais populares de luta pela terra: Pedagogia da Terra, Escola Itinerante , Pedagogia da Alternância e Educação nas Comunidades Quilombolas.

Diversidade Cultural: Pesquisa sobre temas relativos aos conceitos de sociedade complexa, diversificada, desigual, multirracial e pluriétnica. Descontinuidades da modernidade e tensões sociais, políticas e culturais contemporâneas. A importância da cultura e a questão das identidades. Tradição, valores e ordem moral. Diversidade cultural e multiculturalismo. Globalização e cultura: conectividade, mediação e comunicação. Cidadania, expansão dos direitos (civís, sociais e políticos), movimentos sociais, ONGs e grupos minoritários.

Educação Rural: Estudo da questão agrária no Brasil: desenvolvimento do capitalismo, ocupação da terra e modelos de agricultura; ocupação da terra na Amazônia Legal. Modelo de educação rural produzido a partir das diferentes formas de penetração e consolidação do capitalismo no Brasil e conseqüente expropriação da terra no contexto local.

Literatura infanto-juvenil: Literatura Infantil e o Texto Literário no processo de alfabetização. Contos tradicionais. Folclore infantil brasileiro. Poesia e narrativa de autores contemporâneos. Função da Literatura Infantil: doutrinação/substituição/emancipação. Classes Sociais e Literatura Infantil.

Educação a Distância: Educação a Distância e as Novas Tecnologias: Análise conceitual e contextualização. Perspectivas e desafios da Educação a Distância. Elementos do processo educativo em sistemas de EAD. Implicações ao planejamento e avaliação do processo educativo.

Psicologia do desenvolvimento: Princípios de desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e psicomotor da criança até a fase adulta e suas implicações no processo ensino-aprendizagem .

Tópicos Especiais I: Estudos integradores entre os conhecimentos relativos da realidade educacional, como subsídio a compreensão do campo profissional estabelecendo a relação entre teoria e prática.

Tópicos Especiais II: Estudos integradores entre os conhecimentos relativos da realidade educacional, como subsídio a compreensão do campo profissional estabelecendo a relação entre teoria e prática.

3 Corpo Docente

3.1 Formação acadêmica e profissional: titulação e experiência profissional.

Atualmente o Curso de Pedagogia conta com quinze (15) professores, dentre os quais nove (09) efetivos e seis (06) substitutos, conforme as tabelas abaixo.

Formação Básica e Titulação do Corpo Docente Efetivo

FORMAÇÃO BÁSICA	TITULAÇÃO	
	MESTRADO	DOUTORADO
Biologia		01
Geografia	01	
Ciências Sociais		01
Filosofia	01	
História	01	
Pedagogia	03	
Sociologia	01	
Total	07	02

Formação Básica e Titulação do Corpo Docente Temporário (Professor Substituto)

FORMAÇÃO BÁSICA	TITULAÇÃO	
	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO
Pedagogia	03	
Letras	01	
Psicologia	01	
Matemática	01	
Total	06	

3.2 Quadro docente efetivo em 2006

NOME	FORMAÇÃO		Experiência Docente
	Graduação	Pós-Graduação	
Antonivaldo de Jesus	Geografia	Mestre / eng Ambiental	05 anos
José Lauro Martins	Filosofia	Mestre/Educação	13 anos
Maria Luiza Freitas Konrad	Biologia	Doutora/Biologia	10 anos
Marilene Andrade Ferreira Borges	Pedagogia	Mestre/Educação	03 anos
Mirian Elizabet H.Collares.Elpo	Sociologia	Mestre/Sociologia Política	07 anos
Sandra Maria Faleiros Lima	Ciências Sociais	Doutora/Educação	07 anos
Magda Suely Pereira Costa	Pedagogia	Mestre/Educação	15 anos
Sonia Maria de Sousa F.Neiva	Pedagogia	Mestre/Educação	05 anos
Valdirene Gomes dos Santos de Jesus	História	Mestre/Educação	04 anos

3.3 Condições de trabalho: regime de trabalho e dedicação aos cursos

O regime de trabalho dos docentes que atuam no Curso de pedagogia será o mesmo que é praticado para a contratação de docentes na IFES. Os docentes efetivos desse curso atuarão em regime de dedicação exclusiva.

<i>QUADRO DE DOCENTES EFETIVOS</i>	<i>REGIME DE TRABALHO</i>
Antonivaldo de Jesus	DE
José Lauro Martins	DE
Magda Suely Pereira Costa	DE
Maria Luiza de Freitas Konrad	DE
Marilene Andrade Ferreira Borges	DE
Mirian Elizabeth H. Collares Elpo	DE
Sandra Maria Faleiros Lima	DE
Sonia Maria de Sousa Fabrício Neiva	DE
Valdirene Gomes dos Santos de Jesus	DE
<i>QUADRO DE PROFESSORES SUBSTITUTOS</i>	<i>REGIME DE TRABALHO</i>
Adriana Demite Stephani Carvalho	20 horas
Cássia Auxiliadora P. S. de Azevedo	20 horas
Fabiano Rodrigues de Souza	20 horas
Geraldo Magela de Paula	20 horas
Márcia Moreira de Souza	20 horas
Vamberto dos Santos	20 horas

3.4 Corpo de servidores Técnico-Administrativo do *Campus*

O *Campus* Universitário de Arraias conta com um quadro de 21 servidores Técnico-Administrativo concursados, assim distribuídos nos setores do *Campus*: 17 assistentes administrativos, 1 pedagogo, 1 administrador, e 2 bibliotecários. A distribuição dos servidores técnico-administrativos concursados está apresentada na tabela abaixo:

CARGO	QUANTIDADE	SETOR DE LOTAÇÃO
Assistente Administrativo	17	Biblioteca, Secretaria Acadêmica, Laboratório de Informática, DAF, Coordenações de curso e de <i>campus</i> , Almoxarifado, Patrimônio, Comissão de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, Comissão de Avaliação Institucional.
Pedagogo	01	Secretaria Acadêmica
Administrador	01	DAF-Divisão Administrativa e Financeira
Bibliotecário-Documentalista	02	Biblioteca

Além dos servidores concursados o *Campus* conta com: 4 funcionários cedidos e 2 funcionários a disposição e 14 funcionários terceirizados que atuam na limpeza e conservação do prédio do *campus*.

CARGO	QUANTIDADE	SETOR DE LOTAÇÃO
Funcionários cedidos	04	
Funcionários a disposição	02	
Limpeza e conservação	14	

4 Instalações e equipamentos

4.1 Salas de Aula

O *Campus* dispõe de 07 (sete) salas de aula com tamanho, iluminação, ventilação, mobiliário adequados. Essas salas estão disponíveis nos períodos matutino, vespertino e noturno. Os cursos de pedagogia e matemática funcionam nos turnos: matutino e noturno. No segundo semestre de 2006 o curso de pedagogia contava com 03 (três) turmas no matutino e 03 (três) turmas no noturno. A partir do primeiro semestre de 2007 os cursos ocuparão 04 (quatro) salas no bloco do *campus* novo (que está em construção) no período matutino, pois no *campus* onde a universidade funciona não há espaço disponível para atender a demanda de alunos matriculados. Teremos 04 (quatro) turmas da pedagogia e 05 (cinco) turmas da matemática.

4.1.1 Salas de trabalho dos docentes

O *campus* possui 08 (oito) salas adequadas ao trabalho acadêmico dos docentes, equipadas com móveis e equipamentos de informática e com acesso a internet, necessária ao trabalho docente. Cada sala comporta 02 (dois) docentes.

4.1.2 Sala de reunião

Sala destinada as reuniões do Colegiado de Curso e do Conselho Diretor, com cerca de 20m² necessita de alterações para se adequar para realização de reuniões.

4.1.3 Auditório

Com 64m², com boa ventilação e iluminação, o auditório dispõe de 50 (cinquenta) cadeiras. Porém, seu espaço físico é insuficiente para o atendimento da demanda de 02 (dois) cursos. No espaço atual o auditório encontra-se instalado o equipamento de videoconferência e recursos audiovisuais e multimídia.

4.1.4 Secretaria acadêmica

A Secretaria Acadêmica – SAC é a instância da Pró-Reitoria de Graduação que, em conformidade com as normas acadêmicas, possui como atividades primordiais o processamento dos dados sobre o ensino e o acompanhamento da vida acadêmica dos discentes desde a entrada na instituição, até o momento da conclusão do curso. A Secretaria Acadêmica tem como objetivo geral cumprir e fazer cumprir o Regimento Acadêmico da instituição, e por objetivos específicos controlar, arquivar e zelar pela manutenção dos registros acadêmicos no seu campo operacional.

Com 20,98m² de dimensão espacial, a Secretaria Acadêmica comporta satisfatoriamente os equipamentos, mobiliários e funcionários. Está em local de fácil acesso aos alunos.

4.1.5 Sala da Coordenação Administrativa e Finanças

Um sala com cerca de 25m², devidamente equipada com móveis e equipamentos necessários. Há um administrador e 07 (sete) assistentes administrativos que prestam assessoria à coordenação e demais departamentos do campus. A reprografia funciona nesta mesma sala.

4.1.6 Copa

A copa, com espaço adequado e funciona com pessoal terceirizado.

4.1.7 Sala do Centro Acadêmico de Pedagogia e DCE

Com espaço físico de 12m², destinado aos estudantes para realizar as atividades próprias do movimento estudantil.

4.1.8 Instalações sanitárias

Existem 10 (dez) banheiros sendo que destes apenas 07(sete) em condições adequadas ao atendimento da comunidade universitária. Os banheiros existentes atendem aos acadêmicos, aos técnico-administrativos e aos docentes. Com a utilização de duas turmas no prédio novo a situação persiste pois o bloco apresenta uma série de problemas de infraestrutura tampouco prevê o atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais.

4.1.9 Laboratórios

Laboratório de informática, com espaço físico de 48m², atualmente dispõe de 11 máquinas que funcionam em rede atendendo alunos nos três turnos.

SETOR DO CAMPUS	COMPUTADORES	IMPRESSORAS
Laboratório / Alunos	11	0
Professores	08	02
Biblioteca	03	01
Serviços Administrativos	07	02
TOTAL	29	05

O Laboratório de Informática funciona em três turnos, das 7:00 às 22:40 horas, com acesso a internet e servidores habilitados para auxiliar aos acadêmicos e aos serviços administrativos. Todos os setores do Campus estão em rede e com internet em funcionamento.

4.2 Biblioteca

4.2.1 Política de atualização e informatização do acervo

A atualização e informatização do acervo são coordenados pela PROGRAD (Pró-reitoria de Graduação), a biblioteca do *Campus* tem a responsabilidade de indicar as obras para serem adquiridas por meio de listas produzidas em conjunto com os professores considerando a bibliografia básica de cada curso.

A informatização da biblioteca e automação de seus serviços estão em processo de implantação do Sistema SIE, enquanto o mesmo não está instalado a biblioteca utiliza um Banco de Dados desenvolvido na própria biblioteca.

A atualização do acervo é coordenado pela PROGRAD(Pró-reitoria de Graduação),da seguinte forma: as bibliotecas setoriais têm a responsabilidade de organizar e enviar a PROGRAD listas bibliográficas para compras. Estas listas são produzidas pelo Corpo Docente da Instituição; cuja solicitação é baseada nas bibliografias básicas de cada disciplina que consta nas ementas dos cursos de cada Campus.

4.2.2 Descrição do acervo de livros e periódicos

O acervo básico é composto das bibliografias que constam nas ementas disciplinares dos cursos de graduação (Matemática e Pedagogia) e das sugestões bibliográficas do Corpo Docente.

Não podemos desconsiderar que o acervo da biblioteca é variado, possuindo áreas diferentes entre si, como mostra o quadro a seguir:

CLASSIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	QUANT.
570	BIOLOGIA	66
580	BOTÂNICA	08
590	ZOOLOGIA	04
610	MEDICINA	46
613	NUTRIÇÃO	03
001.642	CIÊNCIA DOS COMPUTADORES	94
500	CIÊNCIAS	43
510	MATEMÁTICA	257
510	MATEMÁTICA(ensino médio)	43
510.7	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	349
510.9	HISTÓRIA DA MATEMÁTICA	71
512.5	ALGEBRA	18

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 26/2018)

512-513	ARITMÉTICA E TEORIA DOS NÚMEROS	25
513.93	MATEMÁTICA COMERCIAL E FINANCEIRA	18
515	CALCULO	240
515.35	EQUAÇÕES	35
516	GEOMETRIA	90
517	ANÁLISE	69
519.4	CÁLCULO NUMÉRICO	28
519.5	ESTATISTICA	91
520	ASTRONOMIA	03
530	FISICA	374
540	QUIMICA	27
604	DESENHO	27
100	FILOSOFIA	132
150	PSICOLOGIA	218
170	ÉTICA	16
301	SOCIOLOGIA	139
301.2	ANTROPOLOGIA	45
303	INFORMÁTICA SOCIAL	06
304.2	MEIO AMBIENTE	17
320	CIÊNCIA POLÍTICA	60
335.4	KARL MARX	20
370	EDUCAÇÃO	469
370	PAULO FREIRE	86
370	PESQUISA EDUCACIONAL	45
370	EDUCAÇÃO SEXUAL	11
370	LEITURA	95
370.1	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	70
370.7	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	114
370.15	PSICOLOGIA EDUCACIONAL	155
370.19	SOCIOLOGIA EDUCACIONAL	133
370.71	FORMAÇÃO DE PROFESSORES	40
370.116	EDUCAÇÃO-RECREAÇÃO	10
370.2681	EDUCAÇÃO-LEIS E LEGISLAÇÃO	66
371	DIDÁTICA GERAL	182
371.2	GESTÃO	60
371.26	AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO E CURRÍCULO	128
371.928	EDUCAÇÃO ESPECIAL	48
371.3358	TECNOLOGIA EDUCACIONAL	29
372	EDUCAÇÃO INFANTIL	74
374.012	ALFABETIZAÇÃO	56
378	EDUCAÇÃO SUPERIOR	54
379	POLITICA EDUCACIONAL	52
900	HISTÓRIA	74
900	HISTÓRIA DO TOCANTINS	16
907	METODOLOGIA DE HISTÓRIA	25
910	GEOGRAFIA	15

910	GEOGRAFIA DO TOCANTINS	11
910.7	METODOLOGIA DE GEOGRAFIA	12
918.1	GEOGRAFIA DO BRASIL	15
981	HISTORIA DO BRASIL	79
300	CIÊNCIAS SOCIAIS	31
330	ECONOMIA	50
341	DIREITO	09
657	CONTABILIDADE	11
658	ADMINISTRAÇÃO	46
400-415	LINGUISTICA	72
420	LINGUA INGLESA	60
469.5	GRAMATICA E REDAÇÃO	38
469.7	LINGUA PORTUGUESA	41
700	ARTE	45
707	ARTE E EDUCAÇÃO	20
800	LITERATURA	385
TOTAL		

Os periódicos impressos que fazem parte do acervo bibliográfico não são correntes e foram incorporados ao acervo através de doações e compras, são na maioria da área de educação, visto que o curso de pedagogia é a graduação mais antiga do *Campus* de Arraias. Consta também no nosso acervo, periódicos na área de matemática.

CURSO	NACIONAIS	ESTRANGEIRO	TOTAL
MATEMÁTICA	74	-	74
PEDAGOGIA	444	-	444
DIVERSOS	243	-	243
TOTAL	761	-	761

4.2.3 Acervo de livros por área do conhecimento

CLASSIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	QUANT.
570	BIOLOGIA	66
580	BOTÂNICA	08
590	ZOOLOGIA	04
610	MEDICINA	46
613	NUTRIÇÃO	03
TOTAL		127

CLASSIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA	CIÊNCIAS EXATAS	QUANT.
001.642	CIÊNCIA DOS COMPUTADORES	94
500	CIÊNCIAS	43
510	MATEMÁTICA	257
510	MATEMÁTICA(ensino médio)	43
510.7	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	349

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 26/2018)

510.9	HISTÓRIA DA MATEMÁTICA	71
512.5	ALGEBRA	18
512-513	ARITMÉTICA E TEORIA DOS NÚMEROS	25
513.93	MATEMÁTICA COMERCIAL E FINANCEIRA	18
515	CALCULO	240
515.35	EQUAÇÕES	35
516	GEOMETRIA	90
517	ANÁLISE	69
519.4	CÁLCULO NUMÉRICO	28
519.5	ESTATISTICA	91
520	ASTRONOMIA	03
530	FISICA	374
540	QUIMICA	27
604	DESENHO	27
TOTAL		1632

CLASSIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA	CIÊNCIAS HUMANAS	QUANT
100	FILOSOFIA	132
150	PSICOLOGIA	218
170	ÉTICA	16
301	SOCIOLOGIA	139
301.2	ANTROPOLOGIA	45
303	INFORMÁTICA SOCIAL	06
304.2	MEIO AMBIENTE	17
320	CIÊNCIA POLÍTICA	60
335.4	KARL MARX	20
370	EDUCAÇÃO	469
370	PAULO FREIRE	86
370	PESQUISA EDUCACIONAL	45
370	EDUCAÇÃO SEXUAL	11
370	LEITURA	95
370.1	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	70
370.7	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	114
370.15	PSICOLOGIA EDUCACIONAL	155
370.19	SOCIOLOGIA EDUCACIONAL	133
370.71	FORMAÇÃO DE PROFESSORES	40
370.116	EDUCAÇÃO-RECREAÇÃO	10
370.2681	EDUCAÇÃO-LEIS E LEGISLAÇÃO	66
371	DIDÁTICA GERAL	182
371.2	GESTÃO	60
371.26	AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO E	128

	CURRÍCULO	
371.928	EDUCAÇÃO ESPECIAL	48
371.3358	TECNOLOGIA EDUCACIONAL	29
372	EDUCAÇÃO INFANTIL	74
374.012	ALFABETIZAÇÃO	56
378	EDUCAÇÃO SUPERIOR	54
379	POLÍTICA EDUCACIONAL	52
900	HISTÓRIA	74
900	HISTÓRIA DO TOCANTINS	16
907	METODOLOGIA DE HISTÓRIA	25
910	GEOGRAFIA	15
910	GEOGRAFIA DO TOCANTINS	11
910.7	METODOLOGIA DE GEOGRAFIA	12
918.1	GEOGRAFIA DO BRASIL	15
981	HISTÓRIA DO BRASIL	79
TOTAL		2877

CLASSIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	QUANT.
300	CIÊNCIAS SOCIAIS	31
330	ECONOMIA	50
341	DIREITO	09
657	CONTABILIDADE	11
658	ADMINISTRAÇÃO	46
TOTAL		147

CLASSIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA	LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	QUANT.
400-415	LINGÜÍSTICA	72
420	LÍNGUA INGLESA	60
469.5	GRAMÁTICA E REDAÇÃO	38
469.7	LÍNGUA PORTUGUESA	41
700	ARTE	45
707	ARTE E EDUCAÇÃO	20
800	LITERATURA	385
TOTAL		661

4.2.4 Acervo de periódico

Os periódicos impressos que fazem parte do acervo bibliográfico não são correntes e foram incorporados ao acervo através de doações e compras, são na maioria da área de educação, visto que o curso de pedagogia é a graduação mais antiga do Campus de Arraias. Consta também no nosso acervo, periódicos na área de matemática.

CURSO	NACIONAIS	ESTRANGEIRO	TOTAL
MATEMÁTICA	74	-	74
PEDAGOGIA	444	-	444

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 26/2018)

DIVERSOS	243	-	243
TOTAL	761	-	76

4.2.5 Periódico eletrônico

O Portal da CAPES oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 9.640 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e, há mais de 90 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informações acadêmicas com acesso gratuito na Internet, pode ser acessado nos terminais do CUA, através do Laboratório de Informática.

4.2.6 Periódicos Nacionais do curso de Pedagogia

- ✓ Amae Educando
- ✓ Ande
- ✓ Avaliação
- ✓ Cadernos Andes
- ✓ Cadernos Cedes
- ✓ Coleção Albano Franco
- ✓ Documenta
- ✓ Educação e Desenvolvimento Municipal
- ✓ Educação e Seleção
- ✓ Educação e Sociedade
- ✓ Em Aberto
- ✓ Inter-Ação
- ✓ Nova Escola
- ✓ Presença Pedagógica
- ✓ Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
- ✓ Revista do Professor
- ✓ Sala de Aula
- ✓ Série Documental
- ✓ Tecnologia Educacional
- ✓ TV Escola
- ✓ Universidade e Sociedade

4.2.7 Periódicos Diversos

- ✓ Diogenes
- ✓ Estudos da Integração
- ✓ Globo Ciência
- ✓ Mundo Jovem
- ✓ Pau Brasil
- ✓ Princípios
- ✓ Psicologia
- ✓ Revista Brasileira de Ciência Política
- ✓ Revista Adusp
- ✓ Revista do Instituto de Estudos Brasileiros
- ✓ Revista Geográfica Universal
- ✓ Revista do Provão

- ✓ Tempo Social
- ✓ Teoria e Praxis

4.2.8 Serviços da Biblioteca

- ✓ Empréstimo domiciliar de material;
- ✓ Levantamento bibliográfico ;
- ✓ Orientação para normalização de trabalhos científicos;
- ✓ Manual para elaboração de trabalhos científicos;
- ✓ Programa de conservação e expansão do acervo;
- ✓ Orientação quanto ao uso do Portal da Capes;
- ✓ Orientação aos acadêmicos quanto ao uso da biblioteca .

4.3 Instalações e equipamentos complementares

4.3.1 Área de lazer e circulação

Atualmente o *campus* universitário de Arraias dispõe somente de um estacionamento na parte externa, uma área verde(jardim) na entrada do campus e bancos nos corredores parte interna do *campus*.

4.3.2 Recursos Audiovisuais

As nossas condições atuais em relação ao uso de equipamento por professores e alunos, nas salas de aula e auditório do Campus de Arraias estão articulados pelas experiências profissionais de cada docente e limitadas pelos equipamentos constantes do quadro a seguir:

QUANTIDADES	ESPECIFICAÇÃO
03	TV EM CORES
01	VÍDEO CASSETE
01	DATA SHOW
14	RETROPROJETOR
06	MÁQUINA FOTOGRÁFICA DIGITAL
0	FILMADORA
01	DVD
01	APARELHO DE SOM MICRO-SISTEM/CD
01	PROJETOR DE SLAIDS
08	TELA BRANCA PARA PROJEÇÃO
0	FLIP CHART
01	MICROFONE
01	MESA/COMANDO DE SOM
03	QUADRO BRANCO PARA PINCEL

4.3.3 Acessibilidade para portadores de necessidade especiais

No momento o acesso ao *Campus* de Arraias não apresenta as condições adequadas que permitam a locomoção de pessoas com necessidades especiais, pois o acesso de cadeirantes só é possível pela entrada lateral. Quanto à adequação, dependerá do setor responsável pelas obras.

4.3.4 Salas de Coordenação de Campus e de Curso

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 26/2018)

4.3.4.1 Sala de coordenação de curso

Atualmente existe uma sala para a coordenação do curso de Pedagogia e outra para a coordenação do curso de Matemática.

4.3.4.2 Sala de coordenação de *Campus*

Há uma sala devidamente equipada para atendimento à comunidade universitária.

Anexos

Matriz curricular

Regimento Interno do Curso de Pedagogia

Manual do Estágio Supervisionado

Regimento do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Núcleo de Aprendizagem Digital

GIEAC

Resoluções

Ementário

Curriculum Vitae do corpo docente

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA

REGIME DE OFERTA: Semestral
horas

CH TOTAL: 3405

DURAÇÃO: MÍNIMO: 09 sem (4,5 anos) MÁXIMO: 14 sem. (7 anos) VIGÊNCIA:
2007/1

Código	Disciplinas	Créditos	C/H Total
	1º Semestre		
x	Introdução a Pedagogia	04	60
x	Introdução a Filosofia	04	60
x	Teorias Pedagógicas	04	60
x	Sociologia da Educação	04	60
x	Leitura e Produção de texto	04	60
x	Disciplina núcleo de aprofundamento : Arte e Educação	04	60
	SUB - TOTAL	24	360
	2º Semestre		
	História da Educação Brasileira	04	60
x	Filosofia da educação	04	60
x	Seminário de Pesquisa I	04	60
x	Psicologia da Aprendizagem	04	60
x	Antropologia e Educação	04	60
	Disciplina núcleo de aprofundamento : Educação Ambiental	04	60
	SUB - TOTAL	24	360
	3º Semestre		
x	Educação de Jovens e Adultos	04	60
x	Organização do Trabalho Pedagógico	04	60
x	Seminário de Pesquisa II	04	60
x	Políticas públicas em Educação	04	60
x	Alfabetização e Letramento	04	60
	Disciplina núcleo de aprofundamento: Sociedade, Cultura e Educação	04	60
	SUB - TOTAL	24	360
	4º Semestre		
x	Avaliação da Educação Básica	04	60
x	Teorias do Currículo	04	60
x	Didática	04	60
x	Fund. e Met. do Ensino de História	04	60
x	Fundamentos e Met. do Ensino da Geografia	04	60
	Disciplina núcleo de aprofundamento: Educação e Tecnologias	04	60
	SUB - TOTAL	24	360

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 26/2018)

	5º Semestre		
x	Fundamentos da Educação Infantil	04	60
x	Fundamentos e Met. do Ensino da Matemática	04	60
x	Fundamentos e Met. do Ensino das Ciências	04	60
x	Planejamento e Gestão da Educação	04	60
x	Projeto de Estágio	04	60
	Disciplina núcleo de aprofundamento: Psicologia do Desenvolvimento	04	60
	SUB - TOTAL	24	360
	6º Semestre		
x	Metodologias da Educação Infantil	04	60
x	Educação Especial	04	60
x	Fund. e Met. do Ens. da Linguagem	04	60
	Disciplina núcleo de aprofundamento: Literatura Infanto-juvenil	04	60
	Disciplina núcleo de aprofundamento: Infância, Cultura e Sociedade	04	60
	Tópicos Especiais I	04	60
	SUB - TOTAL	24	360
	7º Semestre		
x	Seminário de Pesquisa III	04	60
x	Estágio da Ed. Infantil (Creche e Pré-Escola)	08	120
	Disciplina núcleo de aprofundamento: Educação e Cultura Afro-brasileira	04	60
	Disciplina núcleo de aprofundamento: Ética e Educação	04	60
	Disciplina núcleo de aprofundamento:	04	60
	SUB - TOTAL	24	360
	8º Semestre		
x	Projeto de TCC	04	60
x	Estágio dos Anos Iniciais da Ens. Fund.	08	120
	Disciplina nucleo de aprofundamento:	04	60
	Disciplina nucleo de aprofundamento:	04	60
	Disciplina nucleo de aprofundamento:	04	60
	SUB - TOTAL	24	360
	9 Semestre		
x	TCC	08	120
	Atividades Integrantes	16	240
	Atividades Complementares	07	105
	Tópicos Especiais II	04	60
	SUB-TOTAL	35	525
	TOTAL DE CRÉDITOS	227	3405
	CARGA HORARIA TOTAL DO CURSO		

REGIMENTO INTERNO DO CURSO DE PEDAGOGIA

CAPÍTULO I

Da Natureza e Finalidade

Art. 1º. O Colegiado do Curso de Pedagogia, criado pelo Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins, constitui órgão consultivo, normativo, administrativo e deliberativo do nível de sua competência, de acordo com o que estabelece o Regimento Acadêmico, o Regimento Geral e o Estatuto da UFT, devendo contribuir para organização, funcionamento, expansão e aperfeiçoamento do curso de Pedagogia.

CAPÍTULO II

Da Composição

Art. 2º. O Colegiado do Curso de Pedagogia é composto de todos os docentes efetivos e substitutos de áreas específicas, de docentes de áreas afins em exercício no curso e de representantes discentes, eleitos pela totalidade do corpo discente do respectivo curso, até o máximo de 20% (trinta por cento), do total dos integrantes.

Art. 3º. O Presidente do Colegiado exercerá, cumulativamente, a função de coordenador do curso.

§ 1º. O Presidente será auxiliado por um(a) secretário(a) ou, na falta deste(a), por um integrante do colegiado escolhido em datas alternadas pelos membros do colegiado.

§ 2º. Na falta ou impedimento do titular, a presidência será assumida pelo coordenador substituto do curso, eleito pelos membros do colegiado, conforme consta no art. 38, § 2º do Regimento Geral da UFT.

CAPÍTULO III

Das Atribuições

SEÇÃO I

Das Atribuições do Colegiado

Art. 4º Compete ao Colegiado, em conformidade com o art. 37 do Regimento Geral da UFT:

·Promover a estrutura didático-pedagógica e a organização administrativa do respectivo curso, nos termos deste Regimento.

·Constituir comissões e subcomissões de avaliação e acompanhamento para a

análise de temas pertinentes à área, se entender necessário, nos termos deste Regimento.

- Propor as disciplinas que serão disponibilizadas em Edital para concurso público, tendo em vista necessidades didático-pedagógicas e administrativas do curso.
- Estimular a qualificação docente em consonância com Plano de Qualificação Docente do Curso de Pedagogia do *Campus* de Arraias.
- Recomendar a liberação de docentes do curso para participarem de programas de aperfeiçoamento e pós-graduação, bem como para eventos técnico-científicos, desde que suas propostas de trabalho contemplem as diretrizes norteadas pelo Curso de Pedagogia, expressas em seu Projeto Político Pedagógico.
- Aprovar alterações curriculares, ementas e programas de disciplinas, no nível de suas competências, obedecendo as normas educacionais em vigor no país.
- Realizar formulação, atualização e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico do Curso, encaminhando-o, por meio do Conselho de Campus, à Câmara de Graduação, ao CONSEPE e à Pró-Reitoria de Graduação, para fins de homologação junto ao Conselho Universitário.
- Propor, discutir e aprovar projetos de pesquisa e extensão que estão sendo ou serão desenvolvidos pelos docentes do Colegiado.
- Distribuir carga horária entre docentes do curso, contemplando atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Elaborar calendário de reuniões ordinárias do colegiado.

Art. 5º. Professores de uma mesma área de conhecimento do curso ou de vários cursos em áreas afins poderão reunir-se periodicamente para analisar assuntos referentes às respectivas áreas de conhecimento, identificar problemas, propor soluções e prestar auxílio mútuo.

Parágrafo Único. As propostas, oriundas de discussões a que se referem o caput do artigo anterior, que afetarem natureza, finalidade e competência do curso, deverão ser objeto de apreciação e deliberação do respectivo colegiado.

SEÇÃO II

Das Atribuições do Presidente do Colegiado

Art. 6º. Compete ao Presidente do Colegiado, em conformidade com o art. 38 do Regimento Geral da UFT:

- Coordenar elaboração de propostas de reestruturação e organização do curso.
- Promover, no início de cada semestre, planejamento de atividades acadêmicas envolvendo ensino, pesquisa e extensão.
- Auxiliar o Coordenador de *Campus* na compatibilização da programação de atividades acadêmicas, avaliando seus resultados, junto ao Colegiado.
- Comunicar ao Colegiado decisões emanadas das Câmaras deliberativas da UFT, assim como fornecer todas as informações pertinentes ao curso e aos membros do Colegiado, em reuniões ordinárias e extraordinárias.
- Convocar membros do Colegiado para reuniões ordinárias e extraordinárias.
- Desempenhar suas funções em articulação com os outros colegiados e com a Coordenação de Campus.
- Convocar docentes da mesma área de conhecimento do respectivo curso para

- integração de disciplinas e conteúdos afins, presidindo suas reuniões.
- Zelar pela disciplina nas atividades acadêmicas do curso, podendo, se for o caso, intervir, de acordo com as disposições dos artigos 128 a 133 e parágrafo único e 135 do Regimento Geral da UFT.
 - A carga horária máxima, exercida pelo Presidente do Colegiado, em sala de aula, deverá ser de 8 (oito) horas-aula semanais, o que não o impedirá de desenvolver projetos de pesquisa e extensão, conforme o art. 38, § 1.º do Regimento Geral da UFT.

SEÇÃO III

Das Atribuições dos Membros do Colegiado

Art. 7º. Aos membros do Colegiado compete:

- Zelar pelo cumprimento deste Regimento.
- Analisar, discutir, relatar e deliberar, nos prazos estabelecidos na sessão, os encaminhamentos que lhe forem distribuídos pelo Presidente.
- Emitir parecer sobre transferência ou permuta dos docentes de seu colegiado, em consonância com o artigo 112 do Regimento Geral da UFT.
- Compor comissões e subcomissões, indicadas ou eleitas pelo colegiado, para contribuir com as necessidades do curso.
- Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias.
- Estabelecer um calendário semanal de atendimento para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Manter um comportamento ético em relação à comunidade acadêmica.
- O Colegiado poderá, dentro de sua especialidade, viabilizar criação de comissões compostas por outras entidades, empresas ou instituições com finalidade de subsidiar o Curso de Pedagogia em discussão sobre temas pertinentes.

Parágrafo Único. Compete aos docentes substitutos o que reza a lei n.º 8.745/93.

CAPÍTULO IV

Do Funcionamento do Colegiado

Art. 8º. O Colegiado reunir-se-á uma vez por mês, em caráter ordinário, sendo uma reunião para deliberar sobre questões administrativas e pedagógicas.

§ 1º. O Colegiado reunir-se-á extraordinariamente quando convocado pelo presidente ou por 2/3 de seus membros.

§. 2º. Caso o/a docente desenvolva atividades acadêmicas no curso de Pedagogia, sem fazer parte do respectivo colegiado, poderá participar das reuniões apenas com direito a voz.

§. 3º. Para efeito deliberativo, o Colegiado funcionará sempre com a presença de metade, mais um de seus membros.

§ 4º. Não havendo *quorum* deliberativo, nova convocação será promovida nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes pelo Presidente.

§. 5º. As reuniões do Colegiado serão convocadas por escrito, por telefone e/ou e-mail, e os editais de convocação fixados em locais visíveis, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mencionando-se a pauta.

§ 6º. Em caso de urgência, o prazo de convocação poderá ser reduzido, sendo que, neste caso, o edital justificará as razões, bem como, estabelecerá condições específicas para sua realização.

§ 7º. Feita a segunda convocação, e não havendo *quorum*, o Presidente instalará a sessão e deliberará com qualquer número de presentes.

§ 8º. O tempo máximo de duração das reuniões não poderá exceder a três horas. Caso a pauta não seja esgotada, proceder-se-á a uma nova reunião.

Art. 9º. As reuniões compreenderão uma parte de expediente à discussão e aprovação da Ata da reunião anterior e assuntos diversos, e outra dedicada à ordem do dia, na qual serão considerados assuntos em pauta, adotando-se o seguinte procedimento:

Abertura da sessão pelo Presidente
Aprovação da ordem do dia.
Leitura e discussão da Ata da reunião anterior.
Informes.
Debates, encaminhamentos e deliberações.
Encerramento da sessão.

Parágrafo Único. A convite do Presidente do Colegiado ou da maioria dos membros presentes, pessoas dele não integrantes poderão participar de suas sessões, com direito apenas a voz.

Art. 10º. O comparecimento dos membros do Colegiado às sessões será comprovado mediante lista de frequência e Ata.

Art. 11º. Debates e informes realizados devem primar por objetividade, bom senso e respeito entre os presentes à reunião.

§ 1º. O tempo máximo para informes não deverá ultrapassar 30 (trinta) minutos.

§ 2º. Os debates terão os seguintes encaminhamentos:

- ✓ Falas devem respeitar a ordem de inscrição, com um tempo máximo de 3 (três) minutos.
- ✓ Questões de ordem, encaminhamento, esclarecimento e regime de votação devem ser obedecidos.
- ✓ Falas não poderão sofrer interferência argumentativa, salvo exclamações e pedidos de apartes que poderão ou não ser concedidos.
- ✓ Réplicas, trélicas ou respostas somente serão permitidas em casos extremos.
- ✓ Será advertido pelo Presidente, em conformidade com o artigo 129 do Regimento Geral da UFT, o membro do Colegiado ou participante da reunião, que incorrer nas seguintes circunstâncias:
 - (a). Desrespeitar membros do Colegiado com ofensa ética, moral, racial ou sexual.
 - (b). Abandonar reuniões sem justificativa expressa.

Art. 12º. As deliberações serão adotadas pelo voto da maioria dos membros presentes do Colegiado.

§ 1º. A votação será simbólica, nominal ou secreta, adotando-se a primeira forma, sempre que uma das duas outras não seja requerida ou aprovada pelo plenário ou expressamente prevista nas normas pertinentes.

§ 2º. Além do voto comum, o Presidente do Colegiado terá, em caso de empate, Voto de Qualidade.

Art. 13º. As deliberações do Colegiado serão baixadas pelo seu Presidente, sob forma de resolução, homologação ou outra forma compatível com a espécie.

Art. 14º. O Comparecimento às reuniões do Colegiado é obrigatório e preferencial em relação a qualquer outra atividade do curso de Pedagogia.

§ 1º. Caso de três ausências consecutivas de quaisquer membros do Colegiado às reuniões, sem justificativas, acarretará comunicação escrita pelo Presidente do Colegiado.

§ 2º. Caso o docente falte a quatro ou mais reuniões, de forma injustificada, o fato implicará encaminhamento do caso à instância superior. Se o faltoso for um representante discente, o mesmo será substituído por outro membro, segundo a diretoria do C.A.

§ 3º. Em caso de justificativa relativa à execução de trabalho acadêmico, o docente não terá as ausências contabilizadas.

CAPÍTULO V

Das Atividades Acadêmicas do Curso de Pedagogia

Art. 15º. A Organização Curricular do Curso de Pedagogia deve atender ao número de horas e às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, Resolução CNE-CP 01 de 15 de maio de 2006.

Art. 16º. O ensino deve fornecer embasamento histórico, ético, epistemológico e metodológico ao discente, em nível de graduação e pós-graduação e, para o bom andamento das atividades acadêmicas e acompanhamento das mesmas pelo Colegiado, fica estabelecido que:

- ✓ Todos os docentes que ministram aulas no curso de Pedagogia terão que apresentar programas de disciplinas em reunião com os seus pares, na semana de planejamento que antecede ao início das aulas.
- ✓ Na primeira semana de aula, os programas das disciplinas deverão ser apresentados e discutidos com as turmas.

Art. 17º. A avaliação segue as normas do Regimento Acadêmico da UFT e do Projeto Político Pedagógico do curso. Porém, a avaliação de segunda chamada de prova obedecerá aos seguintes critérios específicos do Curso de Pedagogia:

- A solicitação de segunda chamada de prova poderá ser feita por meio de requerimento, em até 3 (três) dias úteis após a realização da avaliação.
- Após o deferimento, o aluno realizará a avaliação em até 7 (sete) dias letivos.
- O conteúdo da segunda chamada de prova deverá contemplar o conteúdo da avaliação realizada e a avaliação deverá ser em forma de prova escrita.

Art. 18º. A revisão de prova é um direito do discente, em conformidade com o artigo 93 do Regimento Geral da UFT:

- ✓ O discente, ao se sentir prejudicado em sua avaliação, terá direito

de solicitar revisão da mesma. Essa solicitação deverá ocorrer no prazo estabelecido pelo calendário da UFT vigente no semestre, para tanto, o discente encaminhará o processo às instâncias competentes.

CAPÍTULO VI

Da Eleição para Presidente do Colegiado

Art. 19°. O Presidente do Colegiado será eleito entre os docentes do curso de Pedagogia, em conformidade com o Regimento Eleitoral.

Art. 20°. Poderá concorrer para o cargo de Presidente do Colegiado o membro do corpo docente que possua, preferencialmente, formação específica na área de Pedagogia, que seja efetivo e esteja em pleno exercício em suas atividades acadêmicas.

Parágrafo Único. Os docentes que almejem participar do processo sucessório deverão ter dedicação exclusiva à Universidade.

Art. 21°. No momento do processo eleitoral, será formada uma comissão escrutinadora, em conformidade com o Regimento Eleitoral vigente.

Art. 22°. Será considerado eleito o candidato que obtiver o maior número de votos, em conformidade com o Regimento Eleitoral.

Parágrafo único. Havendo empate entre os concorrentes, o critério de desempate obedecerá ao estabelecido no Regimento Eleitoral vigente.

Art. 23°. O Presidente será eleito por um prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de sua posse, permitida apenas uma recondução consecutiva.

Parágrafo Único. A posse do Presidente eleito dar-se-á em conformidade com as normas vigentes.

Art. 24°. Perderá o mandato o membro eleito ou indicado que, sem causa justificada, faltar a mais de três reuniões ordinárias ou extraordinárias consecutivas, ou a 6 (seis) alternadas, do respectivo Órgão Colegiado, ou que tenha sofrido penalidades por infração incompatível com a vida universitária, constantes no Estatuto e no Regimento Geral da UFT.

§ 1°. Havendo impedimento à permanência do Presidente do Colegiado no cargo até a realização de um novo pleito, ocupará o lugar do mesmo um coordenador substituto, interinamente, como reza o § 2°. do Artigo 3°. deste Regimento.

§ 2°. Na hipótese de ocorrer a situação prevista no parágrafo anterior, o Colegiado do Curso, em comum acordo com a Coordenação do *Campus*, adotará, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de assunção do cargo pelo coordenador interino, medidas necessárias à realização de nova eleição, observando-se o disposto neste Regimento, no Regimento Eleitoral e demais normas pertinentes.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 25°. As propostas de alteração deste Regimento deverão ser encaminhadas ao Colegiado para a devida apreciação e votação, pela maioria absoluta, ou seja, 2/3 dos seus membros.

Art. 26°. O Presidente e o Colegiado sujeitar-se-ão às normas constantes neste Regimento, sendo o mandato integral do Presidente exercido na forma deste Regimento e demais normas que regem a Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Art. 27°. Os casos omissos neste Regimento serão apreciados pelo Colegiado, respeitadas as normas gerais que regem a UFT, especialmente disposições constantes no Regimento Geral, no Estatuto e no Regimento Acadêmico.

Art. 28°. Este Regimento será homologação pelas instâncias superiores da UFT, e entrará em vigor na data de sua publicação.

Arraias (TO), _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
Campus Universitário de Arraias
Colegiado do Curso de Pedagogia

Manual do Estágio Supervisionado

Arraias / 2007

APRESENTAÇÃO

Prezado(a) aluno(a)

Este manual tem como objetivo orientá-lo em relação à prática de Estágio Supervisionado, bem como, auxiliá-lo na compreensão da organização do trabalho pedagógico junto as escolas da educação infantil e ensino fundamental (anos iniciais), assim como as atividades relativas à elaboração dos relatórios. Neste manual estão contidas as normas relacionadas às atribuições das pessoas envolvidas no processo educativo do estágio supervisionado, além da divulgação das fases a serem cumpridas a partir do quinto semestre, nas linhas de formação específica:

- Projeto de Estágio;
- Estágio da Educação Infantil (Creche e pré-escola);
- Estágio dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

1. Objetivos da Prática de Estágio Supervisionado

O estágio é um momento privilegiado, pois permite ao aluno mergulhar na realidade da escola para exercitar o olhar investigativo, visando a formação do profissional reflexivo, crítico e capaz de elaborar e desenvolver propostas de ação. Além disso, permite ao estagiário, vivenciar estágio enquanto laboratório, oportunidade concreta de “passar a limpo” as teorias estudadas. O estágio pode ainda propiciar oportunidades de intervenções pedagógicas, de acordo com as circunstâncias que o definem.

No Decreto nº 87.497 de agosto de 1982, que regulamenta a Lei nº 6494 de 07 de dezembro de 1977, a qual dispõe sobre estágio de estudantes de estabelecimento de Ensino Superior e de Ensino Profissionalizante, constituem estágio curricular “as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e de trabalho em seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação das instituições de ensino (art. 2)”. O objetivo deste estágio é capacitar os alunos para desempenharem todas as atividades relacionadas com a vida escolar, desde aquelas relacionadas com a gestão até a efetiva regência, desenvolvendo sua autonomia e iniciativa profissional através de intervenções práticas.

A constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 preconizam a valorização do magistério em um padrão de qualidade, cujo teor de excelência deve dar consistência à formação dos profissionais do ensino. Assim o Estágio Curricular Supervisionado supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido, em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário.

Considerando este parecer, o estágio se constitui como ambiente de formação profissional, seja pelo exercício in loco, seja pela presença participativa em ambientes próprios de atividades da área profissional.

Até o presente momento, os estágios realizados pelos estudantes do curso de Pedagogia, têm-se desenvolvido preferencialmente sem remuneração em instituições educativas oficiais. Todas as práticas têm sido estruturadas, vislumbrando obedecer a legislação vigente, assim como à Resolução nº 003/2005 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CONSEPE, que dispõe sobre o regulamento do Estágio Curricular Obrigatório dos Cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Tocantins.

Pode-se dizer que Estágio Curricular Supervisionado pretende oferecer ao futuro profissional um conhecimento real da situação de trabalho-escola, desenvolvido preferencialmente em unidades escolares dos sistemas de ensino público. Também objetiva

acompanhar alguns aspectos da vida escolar que não acontecem diretamente em sala de aula.

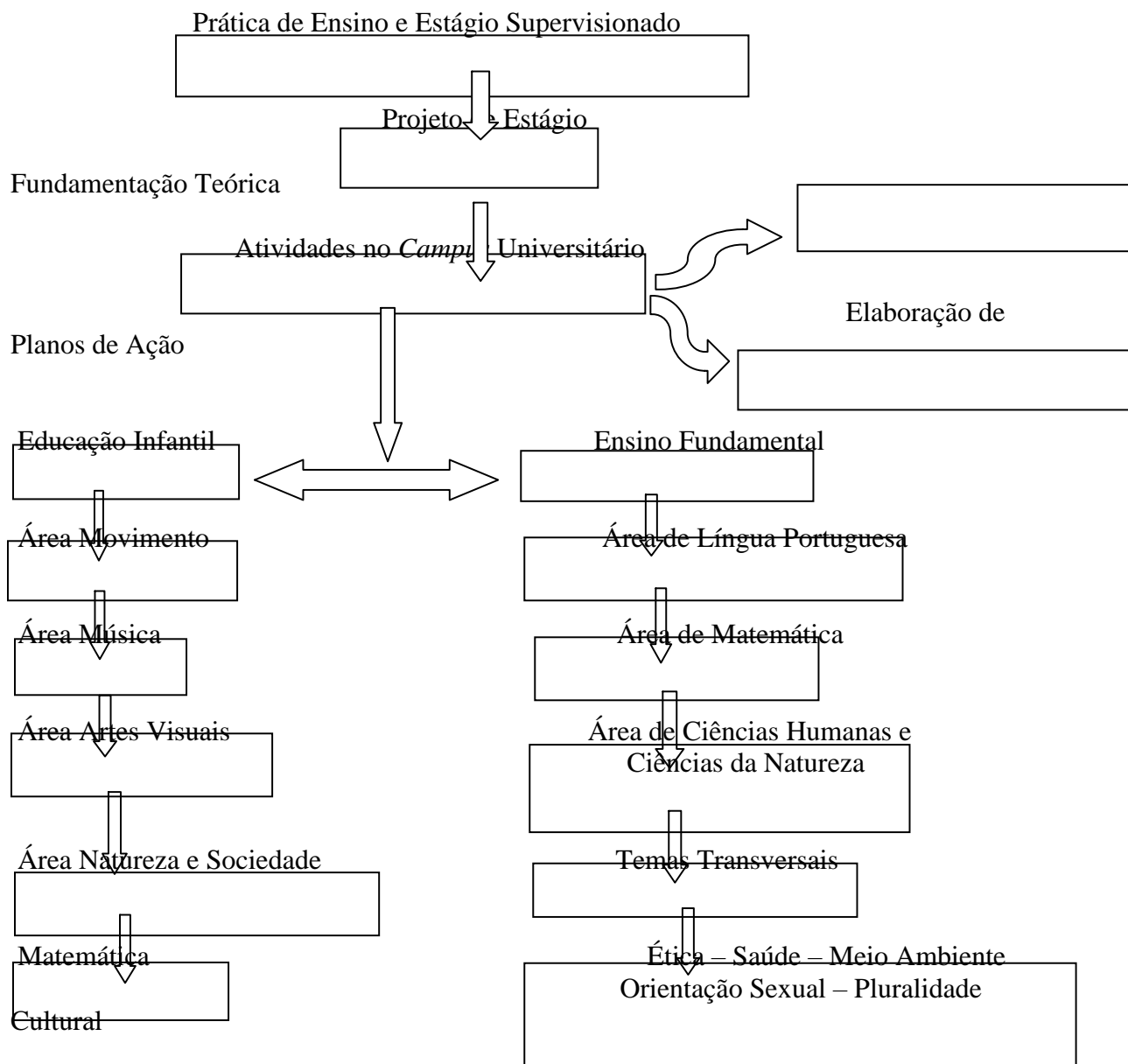
2. Fundamentação Legal

As orientações para o cumprimento da prática de ensino e estágio supervisionado estão expressos na seguinte legislação:

- ✓ Decreto nº 87.497 de 08/1982
- ✓ Lei nº 6494 de 07 de 12/1977
- ✓ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96
- ✓ A Legislação que motiva o trabalho dos estagiários:
- ✓ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
- ✓ Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
- ✓ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- ✓ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnica Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- ✓ Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental Referencial Curricular para a Educação Infantil.
- ✓ Diretrizes Curriculares Nacionais para Curso de Pedagogia – Resolução CNE/CP Nº 1 de 15 de Maio de 2006.
- ✓ Resolução nº 3/2005 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CONSEPE – UFT.

3. Estrutura e Organização do Estágio Supervisionado

O estágio seguirá o seguinte fluxograma:



4. Serão Objetos de Estágios:

- A escola e a sua função social, gestão, o planejamento;
- Saberes da docência;
- O Projeto Político Pedagógico;
- A organização da escola campo de estágio quanto aos seus aspectos estruturais, funcionais e pedagógicos.
- A organização dos tempos e espaços educativos (seriação à construção dos ciclos);

(Atualizado pela Resolução Consep nº 26/2018)

- As práticas docentes da escola campo de estágio.
- Possibilidades de atuação pedagógica.
- Os projetos de docência para a educação e anos iniciais do Ensino Fundamental em ambientes escolares e não escolares.
- Projetos de atuação em ambientes não-escolares.
- Planos de ação para o período da regência de classe.
- Atividade de semi-regência.
- Atividade de regência.
- Participação da comunidade na gestão democrática da escola;
- O colegiado com órgão de gestão democrática;
- Planejamento e orçamento participativo na gestão democrática;
- Conselhos de classe, ciclos e séries;
- Sistemas de avaliação e análise de dados.

5. Operacionalização Do Estágio

1ª fase: Projeto de Estágio – Investiga, reflete e problematiza a prática

Carga Horária Total: 60h

Teórica - 30h

Observação -30h

20h – Observação direta.

10h – Elaboração do relatório.

Analisar o PPPE e PDE, quanto a:

- Missão da Escola;
- Diagnóstico;
- Elaboração do Plano de Ação do PDE;
- Cronograma e Distribuição de Tarefas do PDE;
- Avaliação do PDE

Identificar, analisar, e avaliar projetos inovadores destinados ao I segmento do Ensino Fundamental nas Áreas de:

Língua Portuguesa;
Matemática;
Ciências Humanas;
Ciências da Natureza;
Temas Transversais do Currículo

Organização da escola quantos aos aspectos;

Estruturais;
Funcionais

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 26/2018)

Pedagógicos.

Compreender a organização dos tempos escolares :

Ciclos;
Anos;

Observar, analisar e avaliar a prática docente:

Língua Portuguesa
Matemática;
Ciência Humanas
Ciências da Natureza
Temas Transversais do Currículo

Identificar possibilidades de atuação e intervenção pedagógica .

As 30h teóricas serão utilizadas para elaboração do projeto de estágio. As disciplinas de Metodologias propiciarão aos estagiários reflexões para elaboração de planos de intervenção organizados com a assistência do professor da disciplina.

2ª fase: Estágio na Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) - Propõe ações para a prática, avaliar e sugerir novas ações

Carga Horária total: 120h

Teórica: 60h

Prática: Regência – 60h 10h – diagnóstico da realidade da escola campo
e elaboração de plano de ação

40h – regência

10h – elaboração do relatório

Atividades: contato com professor da escola campo para estudo dos planos de curso e análise dos livros didáticos adotados.

Observação e co-participação nas atividades de ensino desenvolvidas pela escola-campo.(semi-regência)

- Participação do planejamento – elaborar o plano das atividades a serem desenvolvidas no período da regência.

Atuação na sala de aula sob o acompanhamento do professor regente da sala em que está estagiando e do professor de projetos da prática pedagógica da UFT.

Avaliação da competência técnico-científica do estagiário, das áreas da educação infantil e da competência técnico prática desenvolvida no decorrer da prática de ensino.

Relatório analítico reflexivo.

3ª Fase: Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Propõe ações para a prática, avalia e sugere novas ações

Carga Horária total: 120h

Teórica: 60h

Prática: Regência – 60h 10h – diagnóstico da realidade da escola campo
e elaboração de plano de ação

40h – regência

10h – elaboração do relatório

Observação e co-participação nas atividades de ensino desenvolvidas pela escola-campo.(semi-regência)

- Participação do planejamento – elaborar o plano das atividades a serem desenvolvidas no período da regência.

Atuação na sala de aula sob o acompanhamento do professor regente da sala em que está estagiando e do professor de projetos da prática pedagógica da UFT.

Avaliação da competência técnico-científica do estagiário, das áreas da educação infantil e da competência técnico prática desenvolvida no decorrer da prática de ensino.

Relatório analítico reflexivo.

O estágio supervisionado do Curso de Pedagogia Campus Universitário de Arraias estrutura-se a partir da articulação docência e gestão. Portanto necessariamente nas três fases as atividades trabalhadas envolverão a docência e a gestão. Cabe destacar os seguintes objetivos:

1. Identificar a concepção de Prática Educacional a partir dos valores da natureza humana “o homem social”, sob a ótica dos quatro pilares da educação do futuro Jaques Delors(UNESCO);
2. Conhecer a visão e o direcionamento pedagógico da instituição educacional;
3. Conhecer a missão da escola;
4. Identificar e caracterizar a instituição educacional e seus dados históricos;
5. Conhecer os meios audiovisuais usados na ação docente como meio facilitador da aprendizagem;
6. conhecer a função social da instituição educacional;
7. Identificar os saberes da docência;
8. Analisar através de prospectos, o Projeto Político Pedagógico;
9. Compreender a organização educacional em seus aspectos:
 - Estruturais;
 - Funcionais;
 - Pedagógicos.

Compreender a organização educacional no tempo e espaço (seriação a construção dos ciclos);

Construção do organograma de estruturação e funcionamento da instituição educacional;

Conhecer a informatização da instituição educacional com direcionamento, para aprendizagem dos alunos;

Identificar e buscar novos paradigmas pedagógicos que favoreçam a aprendizagem do aluno;

Relacionar ações pedagógicas/sociais, que a instituição educacional promove;

- ✓ Focalizar o perfil do docente da instituição educacional dentro do contexto teoria/prática;
- ✓ Conhecer o quadro funcional dos alunos e suas divisões por faixa etária, por série ou ciclos;
- ✓ Conhecer a participação dos pais na construção da aprendizagem do aluno;
- ✓ Conhecer os sistemas de avaliação pedagógica da instituição educacional;
- ✓ Conhecer as ações sociais que a instituição educacional promove para subsidiar a ação docente;
- ✓ Conhecer o calendário educacional, na visão de “facilitador da aprendizagem”;
- ✓ Conhecer e avaliar o tempo de permanência do discente dentro da instituição educacional;
- ✓ Analisar o funcionamento da instituição educacional no cotidiano de sua prática pedagógica;
- ✓ Conhecer o pensar e posicionar do docente frente à proposta curricular da instituição educacional;
- ✓ Conhecer a inter-relação docente/discente, como fator mediador para que ocorra aprendizagem;
- ✓ Conhecer os procedimentos atitudinais da auto-imagem da instituição educacional;
- ✓ Conhecer as condutas internas e motivação externa da ação pedagógica;
- ✓ Conhecer os conceitos de auto-eficácia, competência e autodeterminação da ação docente;
- ✓ Conhecer o uso do tempo na sala de aula – ação pedagógica;
- ✓ Conhecer a relação entre dever de casa e os monitoramentos das ações pedagógicas;
- ✓ Conhecer os problemas disciplinares que afetam a aprendizagem mais frequentemente;
- ✓ Conhecer as estratégias pedagógicas usadas em sala de aula para trabalhar com ritmo e aprendizagem;
- ✓ Conhecer os meios usados para a inclusão pedagógica da instituição educacional;
- ✓ Redigir e estruturar os dados coletados;
- ✓ Conhecer os sistemas de avaliação e análise de dados;
- ✓ Escolher e definir o tema para a elaboração do projeto (fenômeno educacional);
- ✓ Elaborar e racionalizar projetos de docência para as séries iniciais do Ensino Fundamental em ambientes escolares e não escolares.
- ✓ As atividades a serem desenvolvidas no *Campus* e campo envolvem planejamento e investigação da prática.

As atividades de campo

Ensino
Pesquisa
Extensão

6. Áreas de Formação previstas para a realização do Estágio Supervisionado

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia o Estágio terá uma carga horária de 300hs distribuídas entre o Projeto de Estágio, o Estágio da Educação Infantil (Creche e Pré-escola e o Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Problematizar questões vinculadas aos elementos constitutivos da ação do educador da Escola Básica, enfocando aspectos relacionados à políticas públicas e financiamento da educação, práticas pedagógicas, uso de tecnologias da informação e comunicação, inclusão, legislação, entre outros.

Organizar e conduzir, juntamente com os gestores da escola, espaços de reflexão sobre a organização escolar brasileira e da escola, conforme demandas identificadas.

A Prática Docente e Organização do Processo Pedagógico inicia-se com o estágio na educação infantil e no ensino fundamental, e tem como propósito garantir a interface com o trabalho em sala de aula em suas diferentes instâncias, na modalidade de observação, regência, reforço e estudo de caso. Os alunos ainda serão estimulados neste eixo em parceria com os professores organizarem e desenvolverem projetos e oficinas, conforme sua área de atuação e campo de interesse e necessidade manifestado pela escola.

Um ensino assim contextualizado, facilitará aos alunos o emprego e a mobilização dos conceitos teóricos e as habilidades, dos conhecimentos adquiridos e construídos em situações-problema do contexto da escola ou outras práticas educativas. A construção desses conhecimentos envolve o estudo, a análise, a problematização, a reflexão e a proposição de soluções às situações de ensinar, aprender, elaborar, gerir, executar e avaliar projetos de ensino em realidades educativas.

Por isso, é importante desenvolver nos alunos, futuros professores, habilidades para o conhecimento e a análise das escolas, espaço institucional onde ocorre o ensino e a aprendizagem, bem como das comunidades onde se inserem. Da mesma forma, a utilização e a avaliação de técnicas, métodos e estratégias de ensinar em situações diversas, a habilidade de leitura/reconhecimento das teorias presentes nas práticas pedagógicas escolares, são conhecimentos que se concretizam na vivência da realidade escolar. Enquanto reflexão sobre as práticas pedagógicas, o estágio não se faz por si. É preparado por todas as disciplinas do currículo e pelas Metodologias de Ensino.(SEVERINO, 1999, p.8)

Na prática pedagógica observada pelos estagiários, futuros professores e profissionais da educação, serão levantados e diagnosticados problemas de aprendizagem e da prática educativa, para que a experiência seja teorizada. Os conhecimentos teóricos esclarecerão as situações vivenciadas. A formação deve prepará-los para se interrogarem, para identificarem e construir soluções e, ainda, recriarem formas de intervenção didático-pedagógica. Esta metodologia tornará o futuro profissional competente não só para ensinar ou gerir, mas para refletir sobre a prática, isto é, tematizá-la

A tematização da prática está diretamente vinculada à concepção de professor reflexivo que toma sua atuação como objeto reflexão. Grellet (1999, p. 45) categoriza a observação e reflexão da ação educativa em 4 níveis segundo Schon:

a) conhecimento na ação: conhecimento que o profissional demonstra na execução da ação, é dinâmico e resulta na reformulação da própria ação;

b) reflexão na ação ocorre durante a prática, quando há um diálogo com a situação e, com breves instantes de distanciamento, reformula-se o curso da ação;

c) reflexão sobre a ação, retrospectiva construtora da ação para analisá-la, presente nos diários de bordo, histórias de vida, e nos diários de classe, recurso frequentemente utilizado nos dias de hoje para a formação de professores;

d) reflexão sobre a reflexão na ação, processo meta-cognitivo que transcende os dois anteriores e leva o profissional a progredir e a construir a sua forma pessoal de conhecer.

A prática reflexiva nos cursos de formação de profissionais da educação no sentido apontado acima contribuirá para que tenha competência para lidar com oportunidades de análises, de avaliações processuais e ajustes pedagógicos, relacionando os conhecimentos, as representações e os problemas. Desta forma estarão confrontando continuamente seus conhecimentos com situações de trabalho, reformulando-os nas suas intervenções, construindo e reconstruindo teorias que sustentam o trabalho pedagógico. Logo, por um lado, a prática reflexiva no ensino é um processo que ocorre durante, antes e depois da ação, ou seja, os professores reflexivos examinam o seu ensino tanto na ação como sobre ela. Como preconiza Libâneo (1999, p.16) pressupõe-se estratégias de formação:

A fim de garantir a necessária articulação entre teoria e prática é necessário mobilizar estratégias de formação que garantam conhecimento in loco das escolas, a pesquisa da realidade escolar, a reflexão e a análise da prática docente observada, de modo a que os alunos sejam capazes de propor as formas de atuação, de conceber, construir e gerir situações de ensino e aprendizagem(...)”Por outro lado, a prática reflexiva do profissional da educação que atuará em espaços escolares e não escolares requer “um profissional especializado em estudos e ações relacionadas com a ciência pedagógica, pesquisa pedagógica e problemática educativa, abordando o fenômeno educativo em sua multidimensionalidade, ou seja, um profissional reflexivo (PIMENTA, 1998, p. 109)

Nesta perspectiva, os estágios assumem prevalente caráter de pesquisa das condições do exercício da profissão e oportunidade de questionamentos sobre as práticas em andamento. Nas suas intervenções, os estagiários se dirigem a seus possíveis campos de atuação profissional não com intuito de neles atuar para modificar algo, mas impulsionados pela necessidade de melhor conhecê-los, de buscar respostas às suas indagações sobre eles e de testar suas hipóteses.

O estágio da Educação Infantil está programado para o 6º semestre e configura-se como um espaço destinado ao estudo de problemáticas relacionadas ao cotidiano da escola de Educação Infantil, constituindo-se, portanto, como um momento privilegiado no processo de construção da identidade do docente da Educação infantil e favorecendo uma articulação reflexiva entre os estágios e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou ensino. O aluno é orientado a assumir uma postura de professor que investiga metodicamente a sua prática e socializa o conhecimento produzido em forma de artigo científico.

Nesta perspectiva, o estágio deixa de ser um apêndice na formação do futuro profissional e se torna um eixo condutor da aprendizagem no decorrer do processo de formação, ou seja, é possível pensar um curso de graduação em Pedagogia voltado para a formação do educador, articulado tanto do ponto de vista da apropriação dos conteúdos quanto de uma prática também fundamentada pela capacidade reflexiva e investigativa do sujeito.

Os graduados são orientados a problematizar a prática pedagógica escolar de maneira individual, sendo admitida a realização de propostas em pequenas equipes. A avaliação dos relatos de estágio é de responsabilidade do professor da disciplina.

Desta maneira, o estágio apresenta dois aspectos fundamentais: um pedagógico, quando se constitui numa experiência diferente de se aproximar e conhecer a escola: de se exercitar nas tarefas de como se construir um projeto pedagógico, dentre outros, e um aspecto de formação administrativa quando o aluno decide em que instância deseja atuar e investigar. Enfim: exercita a tomada de decisões, a qualidade do processo, dos resultados e a integração de seu trabalho com a vida da escola e dos profissionais que lá trabalham. (Barbosa, 2001, p.2)

Aqui se encontra um aspecto importante de todo este processo que é desenvolver no aluno sua capacidade reflexiva e principalmente interpretativa no sentido de ao relacionar a prática aprendida e as teorias estudadas possam elaborar para si uma interpretação de como apresentar novos encaminhamentos para sua futura prática o que já seria nos referir a uma práxis e não a pura repetição da prática pela prática.

O Estágio nos anos iniciais do ensino fundamental observará a vivência de processos de investigação e problematização da realidade educacional, a partir do campo de estágio e dos apontes teóricos da Pedagogia, tendo em vista o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e compromisso inerente à profissão docente. Ênfase na coleta sistemática de dados e elaboração do projeto de ensino – aprendizagem. Cabe a análise dos conteúdos que compõem o currículo dos anos iniciais do ensino fundamental devendo contemplar as especificidades e particularidades para o ensino da criança a partir de 06 anos, 10 anos, conteúdos e respectivas metodologias da língua portuguesa, da matemática, do mundo físico e natural, do meio-ambiente, da realidade social e política, arte, educação física, etc.

7. Atribuições do Professor – Supervisor de Estágio

- ✓ Articular-se como o Coordenador Geral da Pró-reitoria Acadêmica.
- ✓ Responsabilizar-se pelos aspectos administrativos internos e externos do Estágio.
- ✓ Levantar as possibilidades de campos de Estágio e definir os locais a serem oportunizados.
- ✓ Supervisionar os locais de Estágios em funcionamento.
- ✓ Coordenar as atividades de recursos humanos envolvidos na execução do Estágio Curricular Supervisionado.
- ✓ Propor Convênio e/ou Termos de Cooperação e campos de Estágio, que facilitem as atividades dos estagiários.
- ✓ Assinar as correspondências oficiais a serem expedidas.
- ✓ Informar ao(s) Professor (es) o nome do Supervisor Externo do Estagiário,
- ✓ Encaminhar à Congregação dos Cursos os resultados do Estágio e discutir sistematicamente com seus membros o andamento das atividades.

Quando o Estágio for vinculado ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou ainda quando houver a disciplina de Monografia no currículo, será previsto um Professor-Orientador para atendimento aos alunos, na proporção abaixo explicitada:

A carga horária do professor-orientador será computada obedecendo às diretrizes emanadas do MEC, quando houver, articuladas com as orientações da Pró-reitoria Acadêmica que terá como critério básico a proporção de hora/aula semanal para cada 4 (quatro) alunos

(em conformidade com o limite máximo estabelecido pela Pró-reitoria Acadêmica), quando se tratar de projetos independentes.

Quando o trabalho for em grupo ou coletivo, uma nova relação de carga/horária deverá ser discutida e deferida pela Congregação do curso e encaminhada à Pró-reitoria Acadêmica, para análise.

8. Professor-Orientador do Estágio Supervisionado

Docente do curso, com perfil adequado para orientar as atividades do aluno estagiário, conforme campo de saber definido pelo aluno para realização do estagiário.

Atribuições:

1. Elaborar o plano de Trabalho a ser desenvolvido.
2. Elaborar com o estagiário e Projeto de Estágio.
3. Orientar e acompanhar o aluno estagiário no planejamento, execução e avaliação do Estágio, prestando-lhe assistência didática e técnica, em conjunto com o Professor do Estágio do Curso.
4. Orientar o estagiário na confecção dos instrumentos finais de avaliação do Estágio.
5. Avaliar o desempenho de cada estagiário de acordo com as normas do Curso, levando em conta parecer avaliativo do Supervisor Externo.
6. Controlar a frequência dos estagiários em conjunto com os Supervisores de Estágio.
7. Participar das atividades programadas pela Coordenação geral da Pró-Reitoria Acadêmica, quando for o caso.
8. Apresentar ao Professor de Estágio do Curso, através de relatórios ou outros mecanismos sistematizados informações sobre o andamento das atividades.
9. Elaborar relatório das atividades e avaliações ao final de cada semestre letivo e encaminhar ao Professor de Estágio do Curso.
10. Executar outras atividades inerentes ao desempenho da função, omissas nestas diretrizes.

9. Supervisão Externo de Estágio

Profissional externo a UFT, pertencente à instituição concedente do Estágio devidamente habilitado e responsável pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do estagiário, no local de desenvolvimento das atividades de Estágio.

Atribuições:

- Elaborar em conjunto com o estagiário e com o Professor-Orientador uma programação para atendimento do Projeto de Estágio, respeitadas as orientações legais da UFT para o estágio.
- Fornecer ao professor-Orientador e ao estagiário, informações sobre as características da entidade campo no que diz respeito aos horários, clientela, instalações, materiais, normas internas da mesma e outras informações que se fizerem necessárias.
- Orientar, acompanhar e avaliar a execução do Estágio em sintonia com o Professor-Orientador.
- Emitir parecer avaliativo sobre o desempenho do estagiário, na forma dos instrumentos

fornecidos pelo Professor-Orientador.

- Executar outras atividades inerentes ao desempenho da função, omissa nestas diretrizes.

10. Atribuições do Estagiário

- ✓ Esforçar-se para atingir aproveitamento e rendimento compatíveis com a natureza do estágio.
- ✓ Dispor de horário para cumprir as atividades previstas para o estágio.
- ✓ Executar as atividades previstas no planejamento de estágio, observando forma e padrões estabelecidos, conjuntamente, pela UFT e a empresa.
- ✓ Resguardar o sigilo e a veiculação de informações a que tenha acesso em decorrência do estágio.
- ✓ Fornecer ao professor-supervisor, mediante o preenchimento de formulários próprios, informações pertinentes ao bom andamento do estágio.
- ✓ Informar ao professor-supervisor e à empresa, qualquer que seja o motivo, a impossibilidade de comparecer a qualquer atividade prevista no estágio/prática de ensino ou de permanecer vinculado à dinâmica exigida pela prática.

11. Direitos do Estagiário

- Realizar o seu estágio em seu local de trabalho (caso já atue como professor da disciplina), devendo ser orientado pelo professor supervisor.
- Ter acesso às instalações, aos recursos materiais e tecnológicos do estabelecimento de ensino, previstos no planejamento de atividades.
- Receber os documentos relativos ao estágio, ao término deste.
- Ser devidamente orientado e acompanhado durante a realização do seu estágio, pelo professor Supervisor de Estágio.

12. Desligamento

- Automaticamente, ao término do estágio.
- A qualquer tempo, no interesse da instituição.
- A pedido do estagiário.
- Em virtude da interrupção do curso na instituição de ensino a que pertença o estágio.
- Pelo não comparecimento do estagiário, sem motivo justificado, em 25% (vinte e cinco por cento) da duração estipulada para o estágio.

13. Roteiro para elaboração do relatório

Os alunos receberão orientações sobre como realizar o relatório de estágio referente aos módulos Gestão e de Docência. O número mínimo e máximo de páginas do relatório, datas de entrega e orientação e referências bibliográficas serão escolhidas pelo supervisor de estágio.

Ao esboçar uma organização textual para o relato da pesquisa, o estagiário depara-se frente ao seguinte desafio: como organizar, a partir dos materiais até então produzidos e

escritos, um texto que seja teórica e metodologicamente coerente e consistente e que tenha um fio condutor? Como a própria pergunta indica, a elaboração do relato final pressupõe que o estagiário, durante o processo de pesquisa, já tenha produzido uma série de registros e textos escritos contemplando discussões teóricas, descrições, análises e interpretações.

Relatórios são documentos em que se expõem os resultados de um trabalho de qualquer assunto e em que os dados são apresentados de forma altamente organizada, de modo que se possa lê-los em diferentes níveis.

Ao iniciar a redação do relatório, o autor deve sentir-se gratificado por ter conseguido chegar ao término de um processo que a maioria das vezes foi trabalhoso, cheio de dificuldades. Significa o ápice de um trabalho de pesquisa realizado, como pode também representar o surgimento de novos projetos, a partir de questionamentos não concluídos ou da descoberta de aspectos relevantes no estudo da problemática.

A preocupação do relator será a de poder deixar registrado todo o caminho percorrido, especificando os elementos que possam ser importantes para análise posterior do estudo realizado. Na sua apresentação é, em geral, dividido em seção, que podem ser ora acrescentadas, ora suprimidas, conforme convenha, dado seu caráter funcional e informativo.

É imprescindível a comunicação fiel, assim como uma redação precisa, clara e correta. Portanto, alguns aspectos devem ser observados, tais como o uso adequado da linguagem e da gramática, do vocabulário técnico-científico e estilo.

14. Como estruturar o relatório?

Ao se estruturar o relatório, além dos elementos pré e pós textuais, dá-se espaço adequado para as seguintes partes:

INTRODUÇÃO: Nesta parte, como introdutória ao corpo geral do relatório, deve-se apresentar o tema da atividade e descrever, em termos gerais os objetivos e a finalidade da prática realizada. Aqui é necessário clarear a definição do assunto e a delimitação do tema, situando-o no espaço e no tempo.

Caso utilize alguma fundamentação teórica no seu trabalho, isto deve ser indicado neste ponto do relatório. Lembre-se das leituras que realizou e das discussões feitas nas aulas durante todo o curso e aproveite para citá-los agora. Este tópico é opcional, porém seria um ótimo exercício para sua monografia. Cite, também, como e por que escolheu a escola e o(a) professor(a)/profissional com quem você realizou o estágio, as dificuldades e facilidades encontradas.

DESENVOLVIMENTO: Relato de todas as atividades realizadas. É o corpo do trabalho. Deve acompanhar cada etapa do projeto, as aulas observadas, sua participação em eventos na escola, as regências que realizou (se realizou), os trabalhos solicitados pelas disciplinas e os textos produzidos. Pode descrever de forma cronológica (como um diário) ou optar por tópicos. Aqui, os fatos são também analisados e interpretados na perspectiva de avaliar a contribuição dos mesmos para sua formação profissional.

Na constituição deste corpo central de estudo é imprescindível ter presente o fio condutor em torno do qual esta parte será tecida. É esse fio que dará unidade e consistência ao estudo.

CONCLUSÃO: A conclusão deve ser breve, clara e provavelmente não conterá respostas para todas as indagações que fizemos. Como fechamento do trabalho, a conclusão é expressa em termos de síntese dos elementos relevantes analisados.

A conclusão não consiste apenas em uma tentativa de síntese do trabalho

desenvolvido. Nela são apresentados, além das limitações e dificuldades encontradas durante o processo de estágio, os principais resultados obtidos, dando-se destaque especial ao que eles representam em relação:

- às contribuições para a re-significação da teoria ou para o desenvolvimento da área de conhecimento.
- ao desenvolvimento da prática profissional, apontando-se alguns indicativos de ação;
- à necessidade de desenvolvimento de outros estudos sobre a problemática investigada.

Nesta fase final, é importante que o estagiário avalie qual a importância do estágio do módulo em questão para sua formação, buscando um esforço de síntese.

15. Orientações para Elaboração do Relatório de Estágio Supervisionado

- ✓ adote uma redação impessoal
- ✓ observe as normas cultas da língua
- ✓ seja objetivo
- ✓ prefira orações simples e concisas
- ✓ conheça o significado de cada palavra que usar
- ✓ observe os aspectos ortográficos
- ✓ respeite, rigidamente, os sinais de pontuação
- ✓ elimine palavras desnecessárias
- ✓ não use gírias
- ✓ prefira palavras do nosso idioma às de línguas estrangeiras
- ✓ não faça afirmativas que não estejam acompanhadas da devida comprovação
- ✓ prefira qualificar os dados, sempre que puder dispor de informações exatas a usar palavras como “muitos”, “alguns”, “poucos”, “numerosos” etc., pois são vagas
- ✓ use papel branco
- ✓ ao imprimir o seu relatório, use apenas um lado da folha
- ✓ a folha de rosto, a introdução, o desenvolvimento e a conclusão vêm em folhas separadas
- ✓ a folha de rosto não é numerada
- ✓ se desejar, no início do trabalho, pode incluir agradecimentos no seu relatório
- ✓ observe a boa apresentação do seu trabalho.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
Campus Universitário de Arraias
Colegiado do Curso de Pedagogia

Regimento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Arraias – 2007

CAPÍTULO I

Da definição e finalidade

Art.1º- O trabalho de conclusão de curso, identificado por TCC, constitui em produção de projeto, pesquisa, relatório e apresentação pública de um trabalho monográfico de resultante do aprendizagem científica e sob a orientação docente.

Art. 2º - O tema do TCC deverá se relacionar com a educação e suas interfaces com áreas afins, produzidos conforme Normas Técnicas de Produção Científica.

§ 1. O TCC deve contribuir para a reflexão teórica, o desenvolvimento de práticas e metodologias, a análise de intervenções, a formulação e implementação de políticas públicas, na educação formal e não-formal.

§ 2. A entrega do TCC, para avaliação e aprovação, é requisito essencial para a integralização curricular do Curso e conseqüente participação em colação de grau.

Art. 3º. É requisito para matrícula no TCC I a apresentação do pré-projeto e indicação do possível orientador.

Art. 4º. É condição para ingresso na disciplina TCC II a apresentação do projeto de pesquisa elaborado na disciplina TCC I.

Parágrafo único: A aprovação na disciplina TCC I corresponde a aprovação do projeto de pesquisa.

CAPÍTULO II

Da inscrição, seleção e orientação

Secção I

Da inscrição e seleção

Art. 5º. A inscrição do aluno(a) para orientação se dará em conforme publicação de vagas para orientação e aceite do orientador.

§ 1º. A inscrição será feita através de formulário próprio junto ao professor(a) responsável pela disciplina de TCC I.

Secção II

Da orientação e co-orientação

Art. 6º. O TCC será elaborado pelo aluno sob a orientação de um professor do Curso de pedagogia ou, se de outro curso, em acordo com a coordenação de TCC e atendidas as exigências regulamentares.

§ 1º. É permitida a co-orientação desde que haja concordância entre orientador, co-orientador e orientado.

§ 2º. O aluno poderá ser orientado por um outro professor, de outro colegiado do *Campus*, resguardadas as exigência de formação e/ou experiência do orientador e o tema proposto pelo orientando.

§ 3º. É permitido a co-orientação por profissionais de outra instituição, desde que tenha qualificação na área da temática do aluno com aceite do colegiado do curso.

§ 4º. - Os TCCs serão distribuídos eqüitativamente entre os professores orientadores do curso.

Art. 7º. Compete ao professor orientador:

I - Orientar o(s) aluno(s) nas práticas investigativas e técnicas científicas de elaboração da pesquisa conforme as normas científicas da ABNT vigentes.

II - Estabelecer com o orientado o plano de estudos, o cronograma de ações, os locais e horários de atendimento.

III - Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos neste Regimento.

IV - Definir, ao final do processo de elaboração do TCC, se o mesmo está em condições de ser apreciado pela Banca Examinadora.

V - Oficializar por escrito, ao professor responsável pela disciplina, os casos não passíveis de

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 26/2018)

avaliação e aprovação do TCC.

CAPÍTULO III

Das Atribuições do Professor(a) da Disciplina TCC

Art. 8º. Compete ao professor(a) da Disciplina TCC:

§ 1º. Zelar e observar o rigoroso cumprimento deste Regimento.

§ 2º. Elaborar, com a cooperação dos membros do Colegiado, a publicação de vagas para a orientação de TCC's, em consonância com o Projeto Político Pedagógico do Curso.

§ 3º. Publicar o resultado final do processo de inscrição.

§ 4º. Solicitar dos professores(as) orientadores(as) o estabelecimento de um cronograma definido de orientação a cada semestre letivo para arquivamento.

§ 5º. Receber e protocolar os TCC's entregues na data, horário e local previamente estipulado, em 03 (três) vias digitadas e impressas, sendo 02 (duas) vias com encadernação em espiral e 01 (uma) via com encadernação em **capa dura e na cor azul**.

§ 6º Encaminhar as cópias dos TCC's às respectivas Bancas Examinadoras.

§ 7º. Informar e divulgar a composição das Bancas Examinadoras.

§ 8º. Relatar em Ata própria o resultado final dos exames dos TCC's, realizando o seu competente arquivamento.

§ 9º. Encaminhar cópias dos TCC's aprovados para a Biblioteca do Campus para incorporação no Acervo.

§ 10º. Preencher os Diários de Classe conforme as normas vigentes.

CAPÍTULO IV

Da elaboração e apresentação

Art. 9º. Todo TCC deverá trazer o nome do orientador, co-orientador (se houver) e do orientado.

Art. 10º. A apresentação do TCC deverá ser pública.

Art. 11. Compete ao orientando:

I - Desenvolver as atividades do TCC de acordo com o plano e agenda estabelecidos com o orientador.

II - Redigir o TCC com clareza, coerência de idéias, linguagem adequada, revisão ortográfica e apresentação de acordo com as normas da ABNT.

III - Observar rigorosamente os prazos estabelecidos para a entrega do TCC, após o aval do orientador e do professor responsável pela disciplina.

CAPÍTULO V

Da avaliação

Art. 12 - O TCC deverá ser avaliado respectivamente pelo orientador e por mais 01 (um) professor convidado para compor a banca.

Art. 13- A avaliação consistirá na atribuição de uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), resultante da média aritmética das avaliações individuais dos respectivos examinadores e respectivos pareceres.

§ 1. Na hipótese de reprovação por nota ou por não cumprimento dos prazos estabelecidos o aluno não colará grau.

§ 2. O aluno reprovado deve cursar novamente a disciplina TCC II, respeitadas o art. 45 do Regimento Acadêmico.

CAPÍTULO VI

Dos prazos

Art. 14 – Este Regimento estabelece os seguintes prazos para a inscrição, seleção, entrega e avaliação dos TCCs:

I - Para os alunos de 7º período, a inscrição no processo de seleção para orientação na Coordenação do Curso nas duas últimas semanas do semestre letivo, observando o calendário acadêmico da UFT.

II - Para os alunos do 8º período, a seleção dos alunos pelos orientadores até o primeira semana do semestre letivo e a publicação dos resultados da seleção no primeiro mês do semestre letivo.

III - Para alunos do 9º Período:

- a) Primeiro bimestre letivo será dedicado a seminários de apresentação de pesquisas em andamento;
- b) Terceiro mês deve ser entregue a versão final para revisão ao final;
- c) Quarto mês deverá acontecer a apresentação pública do TCC;
- d) 7 (sete) dias após a defesa deverá ser entregue do TCC corrigido de acordo com as sugestões da banca, com anuência do orientador.

CAPÍTULO VII

Das disposições gerais e transitórias

Art. 15. Caso haja aluno de 9º Período que no processo de elaboração do TCC II esteja sem orientador, cabe ao professor responsável pela disciplina encaminhar o caso ao Colegiado para que este designe um orientador.

Art. 16. Os alunos que reprovarem em qualquer disciplina de TCC II fica submetido a oferta regular da disciplina.

Art. 17. Ocorrendo o descumprimento dos prazos estabelecidos neste Regimento, o aluno não colará grau, devendo cursar novamente a disciplina TCC II.

Art. 18. Os casos omissos neste Regimento serão apreciados pelo Colegiado do Curso de Pedagogia.

Art. 19. Cabe ao Colegiado do Curso de Pedagogia fazer toda e qualquer alteração, adaptação ou atualização deste Regimento para atender a legislação educacional ou as demandas do funcionamento pleno do curso, quando se fizer necessário.

Art. 20. Este regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do curso de Pedagogia do *Campus* Universitário de Arraias.

Arraias, _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
Campus Universitário de Arraias
Curso de Pedagogia

·NÚCLEO DE APRENDIZAGEM DIGITAL

·NÚCLEO DE APRENDIZAGEM DIGITAL

Identificação:

- ✓ **Nome:** Núcleo de Estudos das Tecnologias da Aprendizagem e de Educação a Distância
- ✓ **Localização administrativa:** *Campus* Universitario de Arraias – UFT
- ✓ **Grupo de pesquisa:** GIEAC - Grupo Interdisciplinar em Educação Ambiente e Cultura
- ✓ **Linha de pesquisa:** Tecnologias da Aprendizagem

Objetivo:

Congregar pesquisadores das tecnologias da aprendizagem, com ênfase no uso didático e metodológico da tecnologia digital.

Justificativa:

O avanço exponencial das novas tecnologias de informação e comunicação influenciou na formação de grupos de pesquisa em educação. Esse processo se deve ao fato de que os equipamentos de acesso individual como tv, telefone celular, computador, internet, intranet, reprodutores sonoros de arquivos digitais etc, influencia no comportamento das pessoas e a pesquisa em educação não pode se alienar desse contexto.

A disponibilidade de novas tecnologias de informação e comunicação tornou-se uma referência para a crítica ao modelo tradicional de educação centrado nos professores e limitado a tecnologias consideradas rudimentares, como por exemplo o quadro negro e giz, em relação a tecnologia digital. Além disso, há necessidade de rever ou produzir novas metodologias que facilitem o processo de ensino e aprendizagem nesse universo de mudança incessantes.

Nesse contexto o Núcleo de Estudos das Tecnologias da Aprendizagem e de Educação a Distância, vinculado ao grupo (de pesquisa) Interdisciplinar em Educação Ambiente e Cultura do curso de pedagogia (GIEAC) coordenado pela professora dr^a Sandra Maria Faleiros Lima, se propõe a ser um *locus* de discussões e pesquisas, Sediado no curso de pedagogia do Campus Universitário de Arraias, com a perspectiva de ser ampliado para a todos os pesquisadores de educação com interesse em pesquisas sobre as tecnologias da aprendizagem e nas atividades relativas a Educação a Distância (EaD). Para os pesquisadores do Núcleo de Aprendizagem Digital a EaD não se restringe a uma modalidade de oferta de cursos, mas em estratégias de oferta de atividades de educação de interesse da Universidade que podem agregar qualidade aos cursos presenciais, ampliando sua participação social através de atividades a distância tanto no ensino, como na pesquisa e na extensão. Para isso, o Núcleo é aberto a pesquisadores/professores que atuam em todos cursos e *campi* da UFT.

Coordenação responsável pela implantação do Núcleo de Aprendizagem Digital:

10. Coordenação geral: prof. msc. José Lauro Martins
11. Coordenação científica: prof^a dr^a Sandra Maria Faleiros Lima
12. Secretaria administrativa: Edillene Barbosa Malheiros Aguiar

Membros fundadores do Núcleo de Núcleo de Aprendizagem Digital:

Conforme proposto no artigo 15 do Regimento em anexo, os membros do Núcleo de Aprendizagem Digital docentes/pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins lotados em qualquer *Campus* ou na Reitoria. Para se tornar membro do docente/pesquisador deve solicitar sua participação acompanhada de um plano de trabalho de acordo com os objetivos

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 26/2018)

do Núcleo.

Para a criação do Núcleo conta-se com os seguintes membros fundadores:

NOME	TITULAÇÃO	AREA DE INTERESSE
José Lauro Martins	✓ Grad.: Filosofia ✓ Esp.: Educação a distancia ✓ Msc.: Educação	✓ Didática da EaD ✓ Produção de projetos de EaD
Sandra Maria Faleiros Lima	✓ Grad.: Ciências Sociais ✓ Msc: Educação ✓ Dr.: Educação	✓ Educação e Multiculturalismo ✓ Movimentos Sociais ✓
Sonia Maria de Sousa Fabrício Neiva	✓ Grad.: Pedagogia ✓ Msc: Educação/Avaliação	✓ Avaliação da Aprendizagem em Ead ✓ Currículos em Ead ✓ Tecnologia da Aprendizagem ✓ Educação e Movimentos Sociais
Maria Luiza de Freitas Konrad	✓ Grad.:Pedagogia, Fisiológicas e Biológicas , Ciências Agrárias ✓ Msc: Biologia Vegetal ✓ Dr. Biologia Vegetal	✓ Educação em Ciências ✓ Biologia ✓ Produção em projetos em EaD
Valdirene Gomes dos Santos de Jesus	✓ Grad.: História ✓ Msc: Educação	✓ Educação a Distância ✓ Educação e Movimentos Sociais ✓ Educação do Campo Ead
Marilene Andrade Ferreira Borges	✓ Grad.: Pedagogia, Educação Física ✓ Msc: Educação ✓ Doutoranda: Tecnologias em Educação	✓ Tecnologias da Aprendizagem ✓ Avaliação de Projetos de EaD
Magda Suely Pereira Costa	✓ Grad.: Pedagogia ✓ Msc: Educação ✓ Doutoranda: Sociologia	✓ Metodologias da EaD
Mirian Elizabeth H. Collares Elpo	✓ Grad.: Ciências Sociais ✓ Msc: Sociologia Política ✓ Doutoranda: Ciências Sociais na Educação	✓ Políticas de Ead

Atividades em andamento com envolvimento direto dos membros

- Curso de licenciatura em biologia a distancia (primeira fase) – 75 alunos.
- Curso em Mídias na Educação (primeira fase como extensão e segunda fase com especialização) para docentes da rede pública – 150 alunos.
- Programa Nacional Escola de Gestores: Curso de especialização em Gestão educacional (MEC/UFT/UNDIME) para gestores da rede pública municipal (início previsto para dez/2006) – 400 alunos.
- CAPMEM - Curso de aperfeiçoamento para 60 professores de matemática
- Promoção do uso do ambiente virtual Moodle como estratégia para os cursos presenciais .
- Projeto em andamento para doutoramento de professora Marilene Andrade Ferreira Borges : Apropriação das tecnologias da informação e da comunicação a partir do “Projeto Gestão Escolar e Tecnologias”.
- Participação na construção da proposta de criação do curso de Ciências a distância através do Programa PróLicenciatura/UAB .

Recursos disponíveis

O Núcleo de Aprendizagem Digital foi planejado para congregar as professores que tem atividades em andamento na área das tecnologias da aprendizagem. Inicialmente não há necessidade de

(Atualizado pela Resolução Consep nº 26/2018)

recursos físicos específico para o Núcleo, conforme as ações requerem condições específicas os projetos deverão custear tais condições.

Resultados esperados:

- ✓ Produção de pesquisas em tecnologia da aprendizagem;
- ✓ Assessoramento em novos projetos de educação a distância;
- ✓ Assessoramento aos cursos presenciais na implantação de estratégias de EaD;
- ✓ Avaliação dos cursos a distância em andamento;
- ✓ Difundir as estratégias de EaD compatíveis com o ensino presencial.

REGIMENTO DO NÚCLEO DE APRENDIZAGEM DIGITAL

CAPÍTULO I

Da Natureza, das Finalidades e dos Objetivos do Núcleo de Aprendizagem Digital

Art. 1º - O Núcleo de Estudos das Tecnologias da Aprendizagem e de Educação a Distância será identificado como Núcleo de Aprendizagem Digital, situado no Campus de Arraías.

Art. 2º – O Núcleo de Aprendizagem Digital está vinculado ao grupo de pesquisa GIEAC - Grupo Interdisciplinar em Educação Ambiente e Cultura do curso de pedagogia.

Parágrafo único: o Núcleo é aberto pesquisadores/professores que atuam em todos cursos e *campi* da UFT.

Art. 3º - Congregar pesquisadores das tecnologias da aprendizagem, com ênfase no uso didático e metodológico da tecnologia digital.

Art. 4º - São atribuições do Núcleo de Aprendizagem Digital quando solicitado ou por iniciativa própria:

- pesquisar e difundir tecnologias da aprendizagem;
- pesquisar e difundir estratégias e metodologias de EAD;
- propor às instâncias superiores alternativas para a política de uso de novas tecnologias de informação e comunicação para fins pedagógicos na Universidade;
- participar da qualificação de docentes e técnicos administrativos para atuarem na educação a distância e para o uso pedagógico das tecnologias digitais;
- assessorar a implementação de iniciativas e experiências em EAD;
- desenvolver projetos, atividades e programas em EAD, inclusive parceria com outras instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, governamentais e não governamentais;
- propor formas de organização, gestão e avaliação da EAD no âmbito da UFT;
- avaliar projetos e experiências na área de EAD.

CAPÍTULO II

Da Estrutura Organizacional do Núcleo de Aprendizagem Digital

Art. 5º – A coordenação do Núcleo de Aprendizagem Digital será constituído por:

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 26/2018)

13. Coordenação geral;
14. Coordenação científica;
15. Secretaria administrativa;
16. Conselho consultivo.

Parágrafo único: os docentes participantes efetivos do Núcleo de Aprendizagem Digital serão denominados de membros.

Art. 6º - A Coordenação Geral será exercida por um membro do Núcleo.

§ 1 – o Coordenador Geral será eleito pelo conselho consultivo ;

§ 2 - o Coordenador Geral terá um mandato de 1 ano, podendo ser reconduzido por mais um ano;

§ 3 – A destituição e ou substituição do Coordenador geral ocorrerá em reunião com mais de 50% dos membros convocada para esse fim;

§ 4 - Na ausência do coordenador geral, a coordenação será exercida pelo coordenador científico.

Art. 7º - Ao Coordenador Geral compete:

Cumprir este regimento;

Convocar e presidir as reuniões;

Criar e convocar grupos de trabalho;

Fazer cumprir as decisões do tomadas nas reuniões;

Representar o Núcleo de Aprendizagem Digital em todas as instâncias ou delegar a representação a outro coordenador;

Comprometer-se no cumprimento das políticas e diretrizes da Educação a Distância estabelecida no âmbito da UFT, respeitando as leis e normas vigentes dos órgãos superiores;

Presidir o conselho consultivo

Convocar o Conselho Consultivo.

Art. 8º – O Coordenador Geral poderá convocar um grupo de trabalho para atividades consultivas ou de apoio ao planejamento e avaliação das ações desenvolvidas pelo Núcleo.

Parágrafo único – O Coordenador Geral, em caráter especial, poderá convidar, representantes dos Colegiados Superiores da UFT, representantes dos segmentos dos alunos, dos técnicos-administrativos, pessoas da comunidade empresarial e de trabalhadores para participarem de discussões relacionadas com projetos específicos para participar das reuniões de trabalho.

Da Coordenação Científica

Art. 9º - A Coordenação Científica será exercida por um membro Núcleo de Aprendizagem Digital, aprovado pelos membros.

Art. 10º - A Coordenação Científica compete:

- ✓ apreciar e implementar ações referentes às atribuições do Núcleo;
- ✓ mobilizar membros para emitir pareceres sobre a implementação de ações referente a finalidade do Núcleo;

- ✓ supervisionar a execução dos processos de implantação ou de otimização de uso das tecnologias digitais e de EAD;
- ✓ acompanhar através dos instrumentos disponíveis o desempenho acadêmico dos alunos em projetos ou programas de responsabilidade do Núcleo de Aprendizagem Digital;
- ✓ estimular formação de grupo de estudos e pesquisa sobre o uso das tecnologias digitais e da EAD;
- ✓ encaminhar registros acadêmicos para os órgãos competentes.

Da Secretaria Administrativa

Art. 11 - A Secretaria Administrativa será exercida por um servidor técnico administrativo, indicado pelo Coordenador do *Campus* em acordo com o Coordenador Geral.

Art. 12 - Ao Secretário compete:

- ✓ secretariar e lavrar as atas de reuniões;
- ✓ organizar os serviços da secretaria;
- ✓ manter e responder pelos arquivos, processos e documentos relativos às atividades desenvolvidas do Núcleo;
- ✓ responder pela gestão dos documentos de responsabilidade da secretaria.

Art. 13 - O Conselho é instância consultiva e de apoio atividade do núcleo tem por objetivo:

- propor normas de organização, gestão e avaliação do uso das tecnologias digitais para o ensino, a pesquisa e a extensão;
 - ✓ homologar os planos de trabalho dos membros;
- propor a adequação das tecnologias, recursos didático e pedagógicos que possam ser utilizados nas atividades de ensino presencial, semi-presencial e a distância;
- homologar as decisões dos processos pré-avaliados por membros do núcleo;
- avaliar propostas projetos de ensino a distancia, com outras Instituições;
- avaliar relatórios financeiro e acadêmico de atividades das coordenações do núcleo;
- eleger o coordenador geral.

Art. 14 – O Conselho Consultivo é composto por 5 (cinco) membros eleitos em reunião com a maioria dos membros do núcleo.

§ 1º - A presidência do Conselho caberá ao Coordenador Geral;

§ 2º - O Coordenador Geral, em caráter especial, poderá convidar para participar do conselho, sem direito a voto, representantes dos Colegiados Superiores da UFT, representantes dos segmentos dos alunos, dos técnicos-administrativos, pessoas da comunidade empresarial e de trabalhadores para participarem de discussões relacionadas com projetos específicos.

§ 3º - As votações do Conselho se farão por maioria simples, observado o quorum de maioria absoluta, e em caso de empates, caberá o voto de qualidade ao presidente do colegiado.

§ 4º – a substituição dos conselheiros se fará a pedido do mesmo, a pedido da maioria dos membros dos conselho ou por ausência em três reuniões consecutivas.

CAPÍTULO III

Da Manutenção do Núcleo de Aprendizagem Digital

Art. 15 - Os recursos para manutenção do Núcleo de Aprendizagem Digital virão das seguintes fontes:

- ✓ dotações que forem atribuídas ao Núcleo no orçamento da Universidade;
- ✓ convênios de cooperação, agências financiadoras, fundos, fundações, com instituições públicas e privadas, nacionais e/ou internacionais;
- ✓ serviços prestados a terceiros.

Parágrafo único: o Núcleo de Aprendizagem Digital tem como princípio a suficiência financeira.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Gerais do Núcleo de Aprendizagem Digital

Art. 16 – Os membros do Núcleo de Aprendizagem Digital docentes/pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins.

§ 1º - Para se tornar membro do núcleo o docente/pesquisador deve solicitar sua participação acompanhada de um plano de trabalho;

§ 2º - o plano de trabalho é apresentado a coordenação do Núcleo, que pode propor ajustes para adequar aos objetivos do Núcleo;

§ 3º - os planos de trabalhos são apresentado pelo docente ou por outro membro docente indicado por ele para homologação;

§ 4º - os membros do Núcleo de Aprendizagem Digital podem estar lotados em qualquer Campus ou na Reitoria, devendo, nesse caso, oferecer relatórios definidos no plano de trabalho e participar dos eventos do Núcleo, quando for solicitado.

Art. 17 - Os contratos de prestação de serviços, bem como qualquer forma de captação de recursos financeiros do Núcleo de Aprendizagem Digital, serão gerenciados administrativa e financeiramente por meio de convênios, devidamente aprovados nos órgãos competentes.

Parágrafo único – Nos convênios a serem celebrados estará prevista a apresentação dos relatórios financeiros e contábeis detalhados, semestralmente nas reuniões ordinária do Núcleo, ou quando solicitados, e obrigatoriamente ao seu término, os quais servirão de base para prestação de contas junto aos Conselhos Superiores da UFT.

Art. 18 – Serão promovidas reuniões ordinárias bimestrais com todos os membros, com convocação por e-mail com 5 dias úteis de antecedência.

§ 1º – As reuniões extraordinárias serão convocadas com no mínimo 48 horas de antecedência;

§ 2º – É de responsabilidade dos membros manter um endereço de e-mail ativo informado ao coordenador geral;

§ 3º - É obrigatória a participação dos membros nas reuniões ordinárias e extraordinárias, sendo que a falta não justificada por 3 (três) reuniões consecutivas, implicará no seu desligamento.

Art. 19 - Este Regimento poderá ser emendado através de proposta oficializada à Coordenação Geral por 2 membros, apreciado pelo Conselho Consultivo e aprovada pelos mais de 50% dos membros em reunião ordinária.

CAPÍTULO V

Das Disposições Transitórias e Finais do Núcleo de Aprendizagem Digital

Art. 20 – A diretoria responsável pela implantação do Núcleo de Aprendizagem Digital será instituída pelo instrumento de criação do Núcleo para mandato de 1 ano.

Art. 21 – A diretoria responsável pela implantação do núcleo terá 90 dias a partir da data da criação do núcleo para implantar o Conselho Consultivo.

Art. 22 – Os membros fundadores têm 90 dias para apresentar seu plano de trabalho.

Art. 23 - Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

José Lauro Martins
COORDENAÇÃO GERAL

Sandra Maria Faleiros Lima
Coordenação científica



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARRAIAS
CURSO DE PEDAGOGIA

GRUPO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, AMBIENTE E CULTURA - GIEAC

ARRAIAS
MARÇO/2007

GRUPO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, AMBIENTE E CULTURA - GIEAC

O GIEAC foi criado na Universidade Federal do Tocantins para abrigar as diferentes pesquisas que vem sendo desenvolvidas por professores e alunos do Campus de Arraias no curso de Pedagogia e em parceria com outros pesquisadores e instituições. É um grupo de pesquisa e construção de conhecimentos, numa perspectiva interdisciplinar, tendo como eixo a educação e a diversidade cultural, e como força motriz, os desafios da Amazônia Legal, articulados ao contexto nacional e internacional, priorizando: formação e práxis do educador; educação e construção de identidades amazônicas; educação, história e sociedade, educação, políticas públicas e desenvolvimento regional; apropriação ambiental, fauna, flora e recursos hídricos, bem como questões referentes ao patrimônio histórico, cultural e ambiental.

Seu objetivo é discutir de modo interdisciplinar questões que envolvam: os aspectos históricos, sociais, culturais e ambientais na formação das sociedades e as mediações da educação neste processo; as diferenças sócio-culturais -principalmente as de classe, etnia, idade, sexo, gênero, meio ambiente, patrimônio direitos humanos, carência de infraestrutura de equipamentos públicos, moradia, entre outros - e suas relações com os processos educacionais; as dinâmicas de uma educação multicultural enquanto forma de reconhecimento e valorização das diferenças em suas mediações emancipatórias e políticas públicas culturais, ambientais e educacionais; as ações educativas tanto formais quanto não formais no sentido de contribuir para a construção da cidadania; movimentos e expressões sócio-culturais que ocorram nos meios urbanos e rurais. Bem como discutir as tecnologias de aprendizagem, neste contexto.

Seus objetivos específicos: fortalecer a pesquisa junto aos acadêmicos, vinculando suas atividades, inicialmente a construção de monografias; criar condições para futura implantação de cursos de pós-graduação, mesmo que a princípio de *lato sensu* (especialização); criar condições para implantação de novos cursos de licenciatura no *Campus* de Arraias.

As duas grandes linhas de pesquisa: A) Educação, cultura e patrimônio histórico ambiental e B) Educação e tecnologias de aprendizagem.

Sandra Maria Faleiros Lima
Helena Miranda Mollo – UFOP
Juciene Ricarte Apolinário
Jocyléia Santana
Maria Luiza De Freitas Konrad
Sonia Maria de Sousa Fabrício Neiva
José Lauro Martins
Valdirene Gomes dos Santos de Jesus

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CONSEPE

Nº 003/2005

Dispõe sobre o Regulamento do Estágio
Curricular Obrigatório dos Cursos de Licenciatura
da Universidade Federal do Tocantins

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, da Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT, reunido em sessão no dia 18 de maio, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Normatizar a organização e o funcionamento do Estágio Curricular Obrigatório nos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

CAPÍTULO I **Das Disposições Preliminares**

Art. 2º - O presente Regulamento normatiza o Estágio Curricular Obrigatório dos cursos de Licenciatura da UFT, conforme o Parecer CNE/CP 09/2001 e as Resoluções CNE/CP 1/2002 e CNE/CP 2/2002.

CAPÍTULO II **Do Conceito e dos Objetivos**

Art. 3º - A UFT considera o Estágio Curricular Obrigatório dos cursos de licenciatura um conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas com a área de estudo e pesquisa capaz de construir e reconstruir experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional.

Parágrafo único - Constitui-se num momento de articulação entre as teorias e práticas abordadas durante os cursos de graduação.

Art. 4º - O Estágio Curricular Obrigatório das licenciaturas tem por objetivo oportunizar o contato do aluno com questões inerentes ao processo pedagógico, por intermédio do conhecer, interpretar e agir consciente, e do desenvolvimento da capacidade científica do estagiário.

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 26/2018)

Parágrafo único - A proposta do Estágio Curricular Obrigatório de cada curso de licenciatura será explicitada nos respectivos Projetos Político-Pedagógicos.

CAPÍTULO III

Dos Espaços de Estágio

Art. 5º - Constituem espaços de Estágio Curricular Obrigatório (unidades concedentes) as instituições de educação básica da rede pública e particular de ensino, organizações governamentais e não governamentais cujas ações tenham propósitos educacionais.

Parágrafo único - No mínimo, 70% (setenta por cento) da carga horária total do Estágio deverão ser realizadas em instituições de educação básica, preferencialmente em escolas públicas.

Art. 6º - O Estágio Curricular Obrigatório deverá acontecer em instituições de educação básica e/ou organizações localizadas no município onde o curso de licenciatura estiver sediado.

Parágrafo único - Excepcionalmente, a unidade escolar concedente poderá estar fora da sede, desde que aprovado pelo Colegiado do curso.

CAPÍTULO IV

Das Atividades e da Avaliação do Estágio

Art. 7º - O Estágio Curricular Obrigatório deverá ser planejado de forma a contemplar, além de ações relativas a planejamento, análise e avaliação do processo pedagógico, atividades de observação e docência.

Parágrafo único - O estagiário deverá cumprir, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária total prevista no Art. 4º, parágrafo único, desta Resolução, em aulas efetivamente ministradas.

Art. 8º - A frequência do estagiário deverá ser de 100% (cem por cento) nas atividades realizadas na Unidade Concedente, e de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades realizadas na Universidade.

Art. 9º - A avaliação do Estágio Curricular Obrigatório será realizada:

I - pelo professor de estágio da Universidade e

II - pelo supervisor de estágio na Unidade Concedente.

Art. 10 - A avaliação abrangerá obrigatoriamente os itens contidos no projeto políticopedagógico de cada curso.

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 26/2018)

CAPÍTULO V

Da Operacionalização do Estágio

Art. 11 - O Estágio Curricular Obrigatório terá carga horária mínima de 400 (quatrocentas) horas e deverá começar a partir do início da segunda metade do curso.

Parágrafo Único - A carga horária por período será definida na matriz curricular de cada curso de licenciatura.

Art. 12 - O estagiário que exerça e comprove exercício de atividade docente regular em sua área de formação e/ou área afim, poderá requerer a redução de até o máximo de 200 (duzentas) horas da carga horária total mínima a ser cumprida no Estágio Curricular Obrigatório (Resolução CNE/CP 02/2002).

Parágrafo único - A regulamentação dos critérios para redução dessa carga horária será definida pelo Colegiado do Curso.

Art. 13 - Para requerer a redução da carga horária do Estágio Curricular Obrigatório, o estagiário deverá encaminhar a seguinte documentação comprobatória:

I - requerimento solicitando a redução da carga horária proporcional à sua experiência, na educação básica, em sua área de formação e/ou área afim, no semestre de início do Estágio Curricular Obrigatório;

II - comprovação oficial de tempo de serviço em sua área de formação e/ou afim.

Art. 14 - Caberá ao Colegiado de cada curso homologar as atividades do Estágio Curricular Obrigatório, a partir do parecer do(s) professor(es) de estágio.

Art. 15 - O Estágio Curricular Obrigatório será formalizado por intermédio do Termo de Convênio, Termo de Compromisso e Seguro contra Acidentes Pessoais, de acordo com o Decreto 87.497/82 que regulamenta a Lei 6.494/77 e dispõe sobre os estágios. O estágio terá início após a assinatura do Termo de Convênio e de Compromisso.

Parágrafo único - Para efeito da consolidação da proposta de Estágio Curricular Obrigatório junto às Unidades Concedentes, deverão ser observadas as exigências específicas das respectivas instituições.

CAPÍTULO VI

Da Administração e Supervisão do Estágio

Art. 16 - O Estágio Curricular Obrigatório das Licenciaturas será desenvolvido sob a coordenação, orientação, supervisão e avaliação dos seguintes profissionais:

I – Coordenador de Estágio das Licenciaturas - docente responsável pela coordenação, administração e supervisão de forma global dos estágios das licenciaturas, por *campus*, vinculado ao Setor de Assistência Técnica ao Ensino da Pró-Reitoria de Graduação.

II – Professor de Estágio - docente da UFT responsável pela disciplina de Estágio Curricular Obrigatório, na área da docência e pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do estágio e do estagiário.

III – Supervisor de Estágio - profissional na área da docência indicado pela Unidade Concedente do Estágio, que acompanhará, orientará e supervisionará o estagiário no

desenvolvimento de suas atividades de estágio na Unidade Concedente.

Parágrafo único: Nos *campi* onde haja mais de uma licenciatura, a Coordenação de Estágio será exercida por um único profissional.

Art. 17 - O Coordenador de Estágio das Licenciaturas será eleito, pelos professores de estágio, dentre os professores da(s) licenciatura(s) do respectivo *campus*, por um período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período.

Parágrafo Único - O Coordenador de Estágio das Licenciaturas poderá ser substituído por sugestão da maioria dos professores de estágio, ou por solicitação própria, antes do período definido no *caput* deste artigo.

Art. 18 - A alocação da carga horária para o Coordenador de Estágio e para o Professor de Estágio terá como referência a seguinte orientação:

I – Coordenador de Estágio das Licenciaturas: até 04 (quatro) horas/aula semanais em sala de aula;

II – Professor de Estágio:

a) o número de horas/aula semanais do professor para os períodos em que o aluno não estiver em exercício de regência e/ou demais atividades de ensino, corresponderá ao número de horas/aula semanais da respectiva disciplina de Estágio. Nesses períodos, os alunos, no limite permitido para a disciplina, deverão ser mantidos em uma única turma;

b) o número de horas/aula semanais do professor para os períodos em que o aluno estiver em exercício de regência e/ou demais atividades de ensino, corresponderá ao número de horas/aula semanais da respectiva disciplina de Estágio. Nesses períodos, as turmas poderão ser divididas em até 22 (vinte e dois) alunos por turma.

Art. 19 - Caberá ao Coordenador de Estágio das Licenciaturas, no âmbito do Estágio Curricular Obrigatório:

I - articular e coordenar o intercâmbio entre entidades e escolas de educação básica para ampliação de campos e oportunidades para o desenvolvimento de projetos integrados de Estágio Curricular Obrigatório das Licenciaturas;

II - coordenar e supervisionar, de forma global, a execução do Estágio Curricular Obrigatório, intermediando o contato entre as Unidades Concedentes, o curso, o *campus* e as demais instâncias da Universidade;

III - organizar reuniões periódicas com os professores de estágio para avaliação das atividades e socialização das experiências;

IV - emitir parecer a partir da análise do relatório de campo de estágio dos professores de estágio e encaminhá-lo ao Colegiado de Curso e à PROGRAD.

V - cumprir as normas do presente regulamento.

Art. 20 - Compete ao Professor de Estágio:

I - elaborar e executar o Plano de Ensino-Aprendizagem de sua área ou habilitação;

II - orientar os estagiários, acompanhar e supervisionar a elaboração e execução de seus projetos de estágio;

III - avaliar o desempenho do estagiário em todas as etapas do estágio mediante instrumentos e critérios pré-estabelecidos pelo plano de ensino da disciplina;

IV - coordenar e organizar todas as etapas de socialização, cujo formato e diretrizes deverão ser estabelecidas no plano de ensino da disciplina consoante com o PPP de cada curso;

V - participar como membro da banca examinadora, quando houver apresentação de

trabalho de conclusão de estágio;

VI - participar das reuniões periódicas propostas pelo Coordenador de Estágio;

VII - emitir Relatório de Campo do Estágio ao final de cada período letivo e encaminhá-lo ao Coordenador de Estágio;

VIII - divulgar o conteúdo deste regulamento aos estagiários;

IX - cumprir as normas do presente regulamento.

Art. 21 - Compete ao Supervisor de Estágio:

I - acompanhar e orientar as atividades dos estagiários na Unidade Concedente;

II - avaliar o desempenho do estagiário na Unidade Concedente;

III - contatar o professor de estágio para solucionar possíveis dificuldades do estagiário.

Art. 22 - Compete ao estagiário:

I - comparecer e participar de encontros de orientação e cumprir todas as atividades previamente planejadas no respectivo plano e/ou projeto de Estágio Curricular Obrigatório;

II - elaborar, com a orientação do professor de estágio, o plano e ou projeto de estágio e apresentá-lo para sua aprovação antes da execução na Unidade Concedente;

III - ministrar, pontualmente, na fase de regência de classe, todas as aulas que lhe forem designadas, respeitando o horário determinado na Unidade Concedente;

IV - registrar e documentar as atividades realizadas no campo de estágio, de acordo com o plano de ensino da disciplina;

V - redigir os relatórios e encaminhar ao professor de estágio o número de vias definido pelo plano de ensino da disciplina;

VI - apresentar-se nas atividades de socialização;

VII - respeitar as normas da Unidade Concedente, mantendo postura ética;

VIII - cumprir as normas do presente regulamento.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais

Art. 23 - O Estágio Curricular Obrigatório, exposto neste regulamento, corresponde ao Estágio Curricular Supervisionado, constante das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

Art. 24 – Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palmas, 18 de maio de 2005.

Prof. Alan Barbiero
Presidente

EMENTARIO DO NUCLEO BASICO

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Leitura e produção de texto	60 horas/aula
EMENTA	
Estudo de diferentes linguagens que se configuram no universo de significação e história do modo de viver contemporâneo, no intuito de analisar e produzir textos de diferentes modalidades, voltados a prática pedagógica.	
OBJETIVO	
Analisar o desenvolvimento da prática da reflexão no tange o processo de produção de texto, proporcionando o aperfeiçoamento da prática pedagógica e a produção de texto de diferentes modalidades.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
GUIMARÃES, Elisa. A articulação do texto. 9. ed. 3. imp. São Paulo: Ática, 2006. PLATÃO & FIORIN. Para entender o texto. 16. ed. SP: Ática, 2002. KLEIMAN, Ângela. Texto & Leitor: aspectos cognitivos da leitura. 9.ed. Campinas: Pontes, 2004. FULGÊNCIO, Lúcia; LIBERATO, Yara . A leitura na escola. São Paulo: Contexto, 2001.	
Complementar	
SANDRONI, Laura C., MACHADO, Luiz Raul. A criança e o livro – guia prático de estímulo à leitura. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991. SMITH, Frank. Leitura Significativa. 3ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Introdução a pedagogia	60 horas/aula
EMENTA	
Investigação sobre as ciências da educação. O problema da unidade/partes, complexidade, especificidade e autonomia das ciências da educação. A educação como ponto de partida e de chegada dos estudos e reflexões dos grandes pensadores. A contribuição das ciências para a explicação e compreensão da educação	
OBJETIVO	
Conhecer os fundamentos etimológicos, políticos e sócio-culturais da Pedagogia, da antiguidade a contemporaneidade e a constituição da ciência da educação.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2001. FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia como ciência da educação. SP: Papirus, 2003. GADOTTI, Moacir. Pedagogia da práxis. 3ª ed., São Paulo, SP: Cortez e Instituto Paulo Freire, 2001. PIMENTA, Selma Garrido. Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas. São Paulo, SP: Cortez, 2002.	
Complementar	
BREZINSKI, Iria. Pedagogia, Pedagogos e Formação de professores; 2ª ed. Campinas,. SP: Papirus, 1996, (coleção Magistério: Formação e Trabalho pedagógico). GHIRALDELLI, Paulo Jr. O que é pedagogia? SP: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos) ASSMANN, Hugo. Reencantar a Educação: rumo à sociedade aprendente. Petropolis, RJ: Vozes.	

DISCIPLINA

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Sociologia da educação	60 horas/aula
EMENTA	
Estudo dos principais autores e das principais teorias clássicas e contemporâneas sobre ações coletivas dos homens na sociedade. Serão objetos de análise as teorias construídas pelas correntes históricas - segundo os paradigmas marxista, estrutural, funcional e reprodutivista. Destacando-se os principais aspectos metodológicos destas teorias.	
OBJETIVO	
Conhecer as teorias e concepções clássicas fundamentais das Ciências Sociais objetivando compreender a relação educação e sociedade, a fim de desenvolver a capacidade de identificar problemas sócio-culturais e educacionais.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
DURKHEIM, E. A divisão do trabalho social. Lisboa: Presença/Martins Fontes, TOMAZI, Nelson Dácio. Sociologia da Educação. SP: Atual, 1997. TOMAZI, Nelson Dácio. Iniciação à Sociologia. SP: Atual, 1998. WEBER, M. O homem ideal. Lisboa: Espectros/Martins Fontes. MARX, K. A miséria da Filosofia, SP: Dominus / Martins Fontes	
Complementar	
MARX, K, FRIEDRICH, Engels. Obras escolhidas. v.1 e v.2. São Paulo: Alfa-Omega, BERGUER, Peter I. A construção da realidade. 22. ed. Petrópolis, Vozes, 2002	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Teorias pedagógicas	60 horas/aula
EMENTA	
Análise das teorias pedagógicas, ressaltando a concepção de mundo, sociedade, homem e educação, tendo como referência a construção histórica do pensamento educacional.	
OBJETIVO	
Compreender a construção histórica do pensamento educacional da humanidade, a partir das teorias pedagógicas, tendo como fio condutor a Paidéia grega.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
ROSA, Mª da Glória. A história da educação através dos textos. SP: Cultrix, 1999. ROSSEAU, J. J. Emílio ou da Educação, SP: Martins Fontes, 1995. MANACORDA, Mario Alighiero. História da Educação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995 GADOTTI, Moacir. Pedagogia da práxis. 3 ed., São Paulo, Cortez, 2001. GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. (Org) Filosofia, educação e política. Rio de Janeiro, DP&A, 2002. JAEGER, Werner Wilhelm. Paidéia: a formação do homem grego. 4 ed., São Paulo, Martins Fontes, 2001. MARROU, Henri-Irénée. História da educação na Antiguidade. São Paulo: EPU, 1990.	
Complementar	
BITTENCOURT, Ciree. (org). O saber história na sala de aula, 2ª ed., SP: Contexto, 1998. COMENIUS, J. A . S. Didática Magna, SP: Martins Fontes, 1997. PONCE, Anibal. Educação e luta de classes. SP: Cortez, 1998. SAVIANI, Demerval. LOMBARDI, J. C; SANFENICE, J. H. (org) História e história da educação. <i>Campus</i> , SP: Autores Associados: HISTEDBER, 1998	

DISCIPLINA

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
História da educação brasileira	60 horas/aula
EMENTA	
O pensamento pedagógico brasileiro da colônia a contemporaneidade. A construção histórica da função social da educação e da escola. O papel dos intelectuais e organização da cultura escolar. A produção historiográfica da educação. Debate atual e perspectivas da educação no Brasil.	
OBJETIVO	
Compreender a evolução da educação no Brasil tendo como referencial as teorias pedagógicas.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
BITTENCOURT, Ciree. (org). O saber história na sala de aula, 2ª ed., SP: Contexto, 1998. RIBEIRO, Maria Luiza dos Santos. História da Educação Brasileira: a organização escolar. 18. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. ROMANELLI, O. de Oliveira. História da Educação no Brasil. RJ: Vozes, 2000. ROSA, Mª da Glória. A história da educação através dos textos. SP: Cultrix, 1999 GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005	
Complementar	
PONCE, Anibal. Educação e luta de classes. SP: Cortez, 1998. SAVIANI, Demerval. LOMBARDI, J. C; SANFENICE, J. H. (org) História e história da educação. Campus, SP: Autores Associados: HISTEDBER, 1998 STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara. Histórias e memórias da educação no Brasil, Vol. III – século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.] STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara. Histórias e memórias da educação no Brasil, Vol. II – século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.] STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara. Histórias e memórias da educação no Brasil, Vol. I – século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.]	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Psicologia da aprendizagem	60 horas/aula
EMENTA	
Estudo dos processos de aprendizagem e do desenvolvimento da criança à fase adulta. A construção do conhecimento e a constituição dos sujeitos nas práticas sociais com destaque para prevenção e intervenção. Análise da interação professor e aluno.	
OBJETIVO	
Propiciar ao aluno o conhecimento de conceitos e princípios fundamentais das principais teorias de aprendizagem, identificando-as na prática educacional e analisando suas decorrências no âmbito do aluno, do professor, da escola e da sociedade.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
CIASCA, Sylvia Maria. (Org.). Distúrbios da aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2003. ZORZI, Jaime Luiz. Aprendizagem e distúrbios da linguagem escrita. Porto Alegre, Artmed, 2003. GALVÃO, Izabel. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 8 ed., RJ: Vozes, 2000.	
Complementar	
ANTUNES, C. Jogos para estimulação das múltiplas inteligências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. BOCK, A M.B. ; FURTADO, O. ; TEIXEIRA, M.L. Psicologias. SP: Saraiva, 1993. SMITH, Corinne. STRIKE, Lise. Dificuldades de aprendizagem de A a Z. Porto Alegre, Artmed, 2001. MATUI, J. Construtivismo: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino. SP: Moderna, 1995.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Introdução a filosofia	60 horas/aula
EMENTA	
Origens do pensamento filosófico. O modo de pensar filosófico. A relação homem-mundo-conhecimento. Conceitos e problemas fundamentais da filosofia. Educação para o pensar.	
OBJETIVO	
Instrumentalizar estudante para o desenvolvimento da consciência crítica	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
BUZZI, Arcângelo. <i>Introdução ao Pensar</i> . 15ª ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 1986. CHAUÍ, Marilena. <i>Convite a à Filosofia</i> , 5ª ed., São Paulo: Ática, 1995. CORBISIER, Roland. <i>Introdução filosofia</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. NUNES, César Ap. <i>Aprendendo Filosofia</i> . Campinas-SP, Papirus, 1989. CORBISIER, Roland. <i>Introdução á filosofia</i> . 2ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, GILES, Thomas R. <i>Introdução á filosofia</i> . São Paulo: EPU, 1973.	
Complementar	
REALE, Giovanni & ANTISERI, <i>História da Filosofia</i> (3 vol.), São Paulo: Paulinas, 1990. DEMO, Pedro. <i>Pobreza Política</i> . Campinas-SP.: Autores Associados, 1994. OLIVEIRA, A. M. et all. <i>Primeira Filosofia: tópicos de filosofia geral</i> . SP: Brasiliense, 1996. JERPHAGNON, Lucien. <i>História das Grandes Filosofias</i> . São Paulo: Martins fontes, 1992.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Filosofia da Educação	60 horas/aula
EMENTA	
Elucidação conceitual da filosofia da educação. A filosofia na formação do educador. Abordagem filosófica de temas da educação contemporânea.	
OBJETIVO	
Propiciar o estudo conceitual para aprimorar a capacidade de análise de temas relativos a educação.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
SEVERINO, A. J. <i>Filosofia da educação: construindo a cidadania</i> . São Paulo: FTD, 1994. GHIRALDELLI, Paulo. <i>O que é filosofia da educação</i> . Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. LUCKESI, Cipriano C. <i>Filosofia da educação</i> . São Paulo: Cortez, 1991. BECKER, Fernando. <i>A epistemologia do professor: O cotidiano da escola</i> . Petrópolis-RJ: Vozes, 1993	
Complementar	
DEMO, Pedro. <i>Desafios modernos da educação</i> . Petrópolis: Vozes, 1993. DURKHEIM, Emile. <i>A evolução pedagógica</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia da autonomia</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. KNELLER, G. F. <i>Introdução à filosofia da educação</i> . 6.ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1981. KOHAN, Walter et alii. <i>Filosofia para crianças</i> . Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1999. _____. <i>Infância. Entre educação e filosofia</i> . São Paulo: Autêntica, 2003.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Antropologia e educação	60 horas/aula
EMENTA	
Estudo do surgimento e formação do pensamento antropológico. Discussão de formas alternativas de culturas paralelas, diversidade e multiculturalidade que permeiam em diferentes espaços. A interface da pesquisa e do ensino no campo da pedagogia e da educação.	
OBJETIVO	
Conhecer e entender as diferentes culturas e diferentes modos de pensar, atuar e sentir, enfocando a cultura como objeto de investigação científica, explorando conceitos tais como aculturação e etnocentrismo usando métodos próprios da antropologia. Fornecer ao discente subsídios teórico-científicos para análise dos fenômenos sócio-culturais em diferentes povos e diferentes períodos históricos.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
FELDMAN-BIANCO, Bela, CAPINHA, Graça. Identidades: estudos de cultura e poder. São Paulo: Hucitec, 2000.	
BENEDICT, Ruth. Os Padrões de Cultura. S/ed. Rio de Janeiro:Lisboa. 2000.	
LINTON,Ralph. <u>Uma Introdução à Antropologia</u> .12ª ed, São Paulo:Martins Fontes.2000	
Complementar	
GUSMÃO, Neusa M. M. Antropologia e educação: origens de um diálogo. Cadernos CEDES, V.18, Nº 43, Campinas, dez/1997.	
PEIRANO, Mariza.Uma antropologia no Plural. Brasília-DF:Editora Universidade de Brasília,1992.	
RIBEIRO. Darcy. O povo Brasileiro:a formação e o sentido de Brasil. São Paulo:Companhia das Letras.,1995.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Didática	60 horas/aula
EMENTA	
Fundamentos sócios-políticos-epistemológicos da Didática na formação do(a) profissional professor(a) e na construção da identidade docente. Relações dialéticas fundamentais do processo de trabalho docente: sujeito/objeto; teoria/prática; conteúdo/forma; ensino/aprendizagem; conhecimento/conhecer; sucesso/fracasso; professor/aluno; aluno/aluno. Competências do professor na articulação entre o ensino e a pesquisa na docência. Organização da dinâmica da Prática Pedagógica: o processo de planejamento. Fases da construção de um planejamento de ensino, considerando a concepção e prática na elaboração dos objetivos, seleção dos conteúdos, metodologia, relação-professor e aluno e avaliação.	
OBJETIVO	
Analisar os fundamentos e conhecimentos teóricos da didática, as várias funções e compromissos que a disciplina possui na formação multidimensional do educador, sejam elas, política, social e educacional, de tal forma que contribua efetivamente para a construção do conhecimento e cidadania do educando .	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
DALVA E.Gonçalves et.alli.Didáticas e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos.Rio de Janeiro:DP&A,2002.	
MARTINS, Pura Lúcia Oliver.As didáticas e as contradições da Prática. Prática. Campinas,SP:Papirus,1998	
_____.Didática teórica didática Prática para além do Confronto..6ª edição Loyola;São Paulo 1989.	
Moraes, M.C. O paradigma educacional eco-sistêmico: educação, aprendizagem e cidadania no século XXI. Petrópolis/RJ: Editora Vozes. . (2004).	

Moraes, M.C. O paradigma educacional emergente. Campinas/SP: Papirus. 8ª Ed. (1997).
Morin,E;Roger,E.&Motta,R.D.Educar na Era Planetária.O pensamento complexo como metodo de Aprendizagem pelo erro da Incerteza humana.São Paulo: Cortez Editora Unesco. (2003)
Complementar
CANDAU, Vera Maria. (Org.). Didática, currículo e saberes escolares. RJ: DP&A, 2000.
HAIDT, Regina Célia Cazaux. Curso de didática geral. 2 ed., São Paulo: Ática, 1995
LIBÂNEO. José Carlos. Didática. 12ª reimpressão, SP: Cortez, 1994.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.) Didática: o ensino e suas relações. São Paulo: Papirus, 1996

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Educação de Jovens e Adultos	60 horas/aula
EMENTA	
Dimensões Educação de Jovens e Adultos. As bases sociais. A natureza dos estilos cognitivos na construção do conhecimento escolar e possibilidade de re-construção de conhecimento. Pedagogia de Projetos como alternativa para o ensino-aprendizagem. O legado de Paulo Freire.	
OBJETIVO	
Compreender os níveis e processos pelos quais a educação de jovens e adultos se processam, proporcionando reflexões a cerca de sua importância na atual conjuntura	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é o método Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 1981	
FERREIRO, Emilia. Alfabetização em Processo. São Paulo: Cortez, 1996	
FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987	
Complementar	
BRASIL. Referenciais Curriculares sobre Educação de Jovens e Adultos. SEF/MEC, 1998.	
LEMLE, Miriam. Teorias do alfabetizador. São Paulo: Ática, 1995.	
RIBEIRO, V.M. Ensinar ou Aprender? São Paulo, Papirus, 1993	
FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre Alfabetização. São Paulo: autores Associados: Cortez, 1987	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia	60 horas/aula
EMENTA	
A produção do conhecimento sobre o espaço e suas consequências para a educação infantil e o ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A construção do conceito de espaço geográfico na criança. O processo de produção, reprodução do espaço geográfico mediado pelo trabalho social do homem. Relação entre a teoria e prática direcionada para o equacionamento da práxis pedagógica.	
OBJETIVO	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
ALMEIDA, Maria Geralda de. E JP RATTS, Alencastro. Geografia: leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003.	
BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.	
CALVACANTI, Lama de Sousa. Geografia, escola e construção de conhecimento. Campins: Papirus, 1998.	
OLIVEIRA, Ariovlado Umbelino de. Para onde vai o ensino de geografia. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2003	
Complementar	
KAERCHER, Nestor André. Desafios e utopias no ensino de geografia. 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.	
VESENTINI, José William. Geografia e ensino: textos críticos. Campinas: Papirus, 1998.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Fundamentos e Metodologia do Ensino de História	60 horas/aula
EMENTA	
Evolução e princípios da historiografia brasileira. Análise do processo histórico nacional, regional e local. Abordagens para um pensar histórico crítico dos eventos e estudos históricos. Análise sobre o sujeito social e sua relação com tempo e espaço histórico. Formas de aprendizagem, avaliação e auto-avaliação na prática pedagógica da história.	
OBJETIVO	
Analisar a sociedade, considerando o sujeito como ser histórico no seu contexto local e suas relações no tempo e no espaço.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.	
BITTENCOURT, C. O saber Histórico na Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 1997.	
FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da história ensinada. Campinas: Papirus, 1993.	
_____. Didática e prática de ensino de história. 3. ed. Campinas: Papirus, 2005	
Complementar	
MEIHY, José Carlos Sebe. Manual de História Oral. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1996.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Fundamentos da educação infantil e anos iniciais	60 horas/aula
EMENTA	
As políticas de atendimento à infância. Relações entre educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Organização da creches e pré-escolas. Saúde e nutrição. A importância do brincar no desenvolvimento infantil. A interação no desenvolvimento da criança-criança, adulto-criança e interações adulto-adulto em creche, pré-escola e anos iniciais do Ensino Fundamental.	
OBJETIVO	
Compreender o processo de construção do sujeito, considerando os fundamentos políticos, pedagógicos, econômicos e sociais da educação infantil e anos iniciais.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
ZABALZA, M. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.	
BONDIOLI, A. Manual de educação infantil de 0 a 3 anos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.	
BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. vols.I, II e III, Brasília: MEC-SEF, 1998.	
Complementar	
BRASIL. Estatuto da criança e do adolescentes. Lei 8.069/90. Rio de Janeiro: DP&a, 2001.	
BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Vols. I, II e III, Brasília: MEC – SEF, 1998.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Metodologia da educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental	60 horas/aula
EMENTA	
Análise de metodologias apropriadas organização de ambientes que promovam o desenvolvimento da criança e o conhecimento de si e do mundo. Rotina em instituições de educação infantil e o cuidado coletivo. Processos de inclusão e projetos de adaptação em creche, pré-escola e anos iniciais do Ensino Fundamental.	
OBJETIVO	
Compreender o fazer pedagógico na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental a partir do estudos teóricos e das práticas pedagógicas, desenvolvidas nas instituições que ministram estas modalidades de ensino.	

BIBLIOGRAFIA	
Básica	
OLIVEIRA, Zilma de M. Ramos (Org.). A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para discutir a educação infantil, 4 ed., SP: Cortez, 2001.	
ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde (Org.). Os fazeres na educação infantil. São Paulo: Cortez, 2000.	
Complementar	
OLIVEIRA, Zilma de M. Ramos. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.	
OLIVEIRA, Zilma de M. Ramos(Org.) A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para discutir a educação infantil, 4 ed., SP: Cortez, 2001.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Fundamentos e Metodologia do Ensino de ciências naturais	60 horas/aula
EMENTA	
Concepção de Ciências, Ambiente e Educação. Objetivos do ensino de Ciências Naturais no ensino fundamental. Modalidades didáticas mais utilizadas no ensino de Ciências. O laboratório de Ciências na escola. Ciência e o método científico. Temas de pesquisa em ensino de Ciências; Análise das propostas oficiais para o Ensino de Ciências Naturais no ensino fundamental. Análise de livro didático.	
OBJETIVO	
Compreender o fazer pedagógico no ensino das ciências naturais na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental a partir dos estudos teóricos e das práticas pedagógicas, desenvolvidas nas instituições que ministram estas modalidades de ensino.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências naturais. Brasília: MEC/SEF 1997.	
CANIATO, Rodolpho. Com ciências na educação. Campinas, SP: Papirus, 1989.	
FRACALANZA, Hilário. O ensino de ciências no 1º grau / Hilário Fracalanza, Ivan Amoroso do Amaral. São Paulo. São Paulo: Atual, 1996.	
HENNING, George. Metodologia do ensino de ciências. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.	
MORAES, Roque. Ciências nas Séries Iniciais e Alfabetização. Porto Alegre: Sagra. DC. Luzzato 1992.	
PRETTO, Nelson de Luca. A ciência nos livros didáticos. Campinas: Unicamp, 1985.	
DELIZOICOV e ANGOTTI, J. A . Metodologia do ensino de ciências. São Paulo : Cortez 1994.	
BEZZO, N. Ciências: fácil ou difícil? São Paulo: Editora Ática, 2000.	
Complementar	
RASILCHIK, M. Práticas de ensino de Biologia. São Paulo, SP. Editora Harbra, 1986.	
ROSA, D. E.; SOUZA, V. C. De (orgs) Didática e prática de ensino: interfaces em diferentes saberes e lugares formativos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.	
ASTOLFI, J.P. A didática das ciências/FONSECA M.S.S. Trad. Campinas SP: Papirus, 1990.	
MORAES, R. Unidades Experimentais: Uma contribuição para o ensino de ciências. Porto Alegre: Sagra, 1992.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Fundamentos e Metodologia do Ensino de matemática	60 horas/aula
EMENTA	
Visão histórica e epistemológica do conhecimento matemático. A função social dos conteúdos matemáticos. O processo de ensino e de aprendizagem dos conteúdos matemáticos na educação infantil e no Ensino Fundamental. Elaboração de propostas. A avaliação da aprendizagem matemática.	
OBJETIVO	
Compreender o fazer pedagógico no ensino da matemática na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental a partir dos estudos teóricos e das práticas pedagógicas, desenvolvidas nas instituições que ministram estas modalidades de ensino.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	

BRIZUELA, Bárbara M. Desenvolvimento matemático na criança: explorando notações. RS: Artmed, 2006.
CARVALHO, Dione. Metodologia do ensino de matemática. 2 ed., SP: Cortez, 2001.
ROSA NETO, Ernesto. Didática da matemática. SP: Ática, 2002.
Complementar
DUHALDE, M E. CUBERES, M T G. Encontros iniciais com a matemática: contribuições à educação infantil. RS: Artmed, 1998.
PANIZZA, Mabel. Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais. RS: Artmed, 1997.
SMOLE, K. A matemática na educação infantil: a teoria das inteligências múltiplas na prática. RS: Artmed, 2000.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Fundamentos e Metodologia do Ensino de Linguagem	60 horas/aula
EMENTA	
A escola e o ensino de Língua Portuguesa. Práticas lingüístico-discursivas e formação do leitor e do escritor. Inter-relação entre linguagem, pensamento e grafismo. O método psicolingüístico: aspectos filosóficos, psíquicos e lingüísticos. Discussão dos PCNs e dos livros didáticos à luz das teorias da lingüística. Leitura das atividades artísticas e sua influência na alfabetização.	
OBJETIVO	
Compreender o fazer pedagógico no ensino da língua portuguesa, observando as práticas lingüísticas discursivas trabalhadas na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental a partir do estudos teóricos e das práticas pedagógicas, desenvolvidas nas instituições que ministram estas modalidades de ensino.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
SOUSA, S. J. Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin. 3 ed.; Campinas, SP: Papirus, 1996.	
VIGOTSKY, Lev .S. Pensamento e linguagem. SP: Martins Fontes, 1991.	
LÚRIA A. e YODOVICH, F.I. Linguagem e desenvolvimento intelectual na criança. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1985.	
Complementar	
SMOLKA, A.L. e GÓES, C.A. A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento. Campinas, SP: Papirus, 1993.	
TEBEROSKY, Ana. e CARDOSO, B. (Orgs.). Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita. SP: Trajetória/UNICAMP, 1989.	
TEBEROSKY, Ana. Psicopedagogia da linguagem escrita. SP: Trajetória, 1989.	
TFOUNI, Leda Verdiani. Letramento e alfabetização. SP: Cortez, 1995..	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Alfabetização e Letramento	60 horas/aula
EMENTA	
Conceituar o processo de alfabetização e Letramento. A construção do conhecimento e a classificação geral dos métodos de alfabetização. O ambiente como desencadeador do sucesso ou bloqueador da aprendizagem. Os diversos métodos do ensino da leitura e da escrita. Concepções teóricas de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita. As influências das teorias construtivista e sócio-interacionista. Leitura das atividades artísticas e sua influência na alfabetização.	
OBJETIVO	
Analisar os conceitos referente a alfabetização e ao letramento	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
FERREIRO, Emília. Alfabetização em processo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2001	
GARCIA, Regina Letite. Novos olhares sobre a alfabetização. São Paulo, Cortez, 2001.	
KLEIMAN, Ângela B. Os significados do letramento. SP: Mercado de Letras, 1995.	
SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. SP: Autêntica, 1998.	
Complementar	

FERREIRO, Emilia.(Org.). Os filhos do analfabetismo. RS: Artes Médicas, 1990
 ROJO, R. (Org.). Alfabetização e letramento. SP: Mercado aberto, 1988.
 SMOLKA, A.L. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. Campinas, SP: Cortez, 1998.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Educação de Jovens e Adultos	60 horas/aula
EMENTA	
Dimensões Educação de Jovens e Adultos. As bases sociais. A natureza dos estilos cognitivos na construção do conhecimento escolar e possibilidade de re-construção de conhecimento. Pedagogia de Projetos como alternativa para o ensino-aprendizagem. O legado de Paulo Freire.	
OBJETIVO	
Compreender os níveis e processos pelos quais a educação de jovens e adultos se processam, proporcionando reflexões a cerca de sua importância na atual conjuntura	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é o método Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 1981	
FERREIRO, Emilia. Alfabetização em Processo. São Paulo: Cortez, 1996	
FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987	
Complementar	
BRASIL. Referenciais Curriculares sobre Educação de Jovens e Adultos. SEF/MEC, 1998.	
LEMLE, Miriam. Teorias do alfabetizador. São Paulo: Ática, 1995.	
RIBEIRO, V.M. Ensinar ou Aprender? São Paulo, Papirus, 1993	
FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre Alfabetização. São Paulo: autores Associados: Cortez, 1987	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Políticas públicas em educação	60 horas/aula
EMENTA	
Organização e legislação dos sistemas de ensino. Estrutura e funcionamento da educação básica. Impasses e perspectivas das políticas atuais da educação. Estado, Políticas públicas educacionais: as ações, programas e projetos governamentais e o orçamento destinado às áreas sociais.	
OBJETIVO	
Promover a análise da distância que separa a sociedade civil e a questão orçamentária destinados as políticas públicas sociais, a partir do entendimento de quem tem o poder de decidir sobre a aplicação de recursos públicos de um país, decide sobre a vida de sua população	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
ANTUNES, Ricardo. A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.	
LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.	
Complementar	
AZEVEDO, Janete M. L. de. A educação como política pública. São Paulo: Autores Associados, 2001.	
BIANCHETTI, Roberto Gerardo. Modelo neoliberal e políticas educacionais. 2. ed. SP: Cortez, 1999.	
PERONI, Vera. Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990. São Paulo, SP: Xamã, 2003.	
VIEIRA, Sofia Lerche. Gestão da escola: desafios a enfrentar. São Paulo: DP&A, 2002.	

DISCIPLINA

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Planejamento e gestão da educação	60 horas/aula
EMENTA	
Concepções de gestão e organização escolar e da cultura organizacional. Gestão dos processos educativos. Princípios e processo de planejamento participativo. Princípios e funções da avaliação institucional. A gestão democrática na organização e funcionamento da escola.	
BJETIVO	
Conhecer os fundamentos teóricos e os processos do planejamento educacional	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
GANDIM, D. A prática do planejamento participativo. RJ: Vozes, 1994 LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão: teoria e prática. 4 ed. Goiania-GO: Alternativa, 2001. VASCONCELOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 15 ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006.	
Complementar	
FERREIRA, Naura S. C. Gestão democrática: atuais tendências, novos desafios. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003. COLOMBO, Sonia simoes (org.) Gestão educacional: uma nova visão. Porto Alegre: Artmed, 2004. FERREIRA, F. W. Planejamento sim e não. SP: Paz e Terra, 1983. ALMEIDA, M ^a Elizabeth B e ALONSO, Myrtes (orgs). Gestão educacional e tecnologia. São paulo: Avercamp, 2003. VALERIEN, Jean. Gestão da escola fundamental: subsídios para análise e sugestões de aperfeiçoamento. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco - Mec, 1993. BECKER, Fernando. A epistemologia do professor: O cotidiano da escola. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Organização do trabalho pedagógico	60 horas/aula
EMENTA	
Organização e funções básicas das instituições formais de educação básica. A relação entre organização social e a organização do trabalho pedagógico. Natureza e especificidade das funções no trabalho pedagógico. Formas alternativas de organização do trabalho pedagógico. A profissionalização do magistério e suas implicações. A avaliação dos processos e resultados. Avaliação externas e seu impacto na organização do trabalho pedagógico.	
OBJETIVO	
Estudo e análise dos procedimentos sistematizados e das atividades desenvolvidas nos espaços escolares e não escolares, objetivando o domínio de instrumentos didáticos através do trabalho com projetos e análise de projetos político-pedagógico.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. 2 ed., SP: Cortez, 2002. VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo, Libertad, 2002. FREITAS, Luiz Carlos de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas, SP: Papirus, 1995 Médias, 1989.	
Complementar	
VIEIRA, Sofia Lerche. Gestão da escola: desafios a enfrentar. São Paulo: DP&A, 2002 PERRENOUD, Philippe. Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar. Porto: Porto Editora, 1995. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 4 ed., GO: Alternativa, 2001.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Teorias do Currículo	60 horas/aula
EMENTA	
A historicidade do currículo: epistemologia. O conceito do currículo escolar, a história das disciplinas escolares e as tendências curriculares no Brasil. Relação do currículo com a cultura e a sociedade. A política do conhecimento oficial e currículo escolar como política cultural; a cultura popular e a pedagogia radical crítica. Os parâmetros Curriculares como referência para o Currículo Nacional. O currículo nas modalidades da educação infantil, fundamental e outras modalidades da educação não formal.	
OBJETIVO	
Compreender a dinâmica sócio-cultural e educacional a partir de uma visão multirreferencial das diversas acepções críticas e pós críticas do currículo escolar, no sentido de possibilitar aos discentes condições de analisar o trabalho pedagógico, seus propósitos e práticas curriculares, bem como refletirem sobre suas ações como profissionais da educação.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
BARRETTO, Elba Siqueira de Sá (Org.). Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. MOREIRA, Antonio Flávio. Currículos e programas no Brasil. 4 ed., Campinas, Papirus, 1999. nio Flavio. GARCIA, Regina Leite. Currículo na contemporaneidade. SP: Cortez, 2003. OLIVEIRA, Maria Rita N. S. (Org.) Currículo: políticas e práticas. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1999. SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1999.	
Complementar	
MOREIRA, Antonio Flávio. Currículo: políticas e práticas. 2 ed., Campinas, SP: Papirus, 2000. MOREIRA, Antonio Flavio. PACHECO, José Augusto. GARCIA, Regina Leite. Currículo: pensar, sentir e diferir. SP: Cortez, 2003. SILVA, Tomaz Tadeu da & MOREIRA, Antonio Flávio.(Orgs.).Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais.Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. SILVA, Tomaz Tadeu da. Teorias do currículo: uma introdução crítica. Porto, Portugal: Porto Editora, 2000. DOLL Jr. William E. Currículo: uma perspectiva pós-moderna. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Avaliação da educação básica	60 horas/aula
EMENTA	
Noções gerais sobre a avaliação:informal e formal. A função ideológica da avaliação no sistema educacional. A avaliação nas diferentes concepções pedagógicas. Metaavaliação dos processos de ensino e da aprendizagem em sala de aula. Propostas alternativas de avaliação da aprendizagem. Avaliação Institucional: Saeb e Enade.	
OBJETIVO	
Discutir e analisar a fundamentação teórica da avaliação, bem como compreender o processo de construção do conhecimento, elaboração e transferência da aprendizagem,	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. 4 ed., Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2002. HOFFMAN, Jussara. Avaliação emancipatória. São Paulo, SP: Cortez, 1998. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 7 ed., São Paulo, SP: Cortez, 1998. _____. Avaliação educacional: para além do autoritarismo. São Paulo, SP: Cortez, 1998.	
Complementar	
ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. São Paulo, SP: Cortez, 1998. SAUL, Ana Maria. Avaliação emancipatória. 4 ed., São Paulo, SP: Cortez, 1999. SANTA'ANNA. Ilza Martins. Por que avaliar? como avaliar? 5 ed.,RJ: Vozes, 1999. VIANNA, Heraldo Marelím. Avaliação educacional. São Paulo, SP: IBRASA, 2000.	

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 26/2018)

EMENTARIO DO NUCLEO DE APROFUNDAMENTO	
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Projeto de Estágio	60 horas/aula
EMENTA	
Observação do trabalho pedagógico na docência e gestão escolar de forma articulada, em destaque das categorias do espaço e o tempo escolar. Observação da prática curricular como uma ação de orientação, acompanhamento e intervenção no cotidiano escolar, concretizando a integração entre a formação acadêmica e o exercício docente, ou seja, articulação entre a teoria e a prática pedagógica. Realização de atividades inerentes ao estágio: planejamento, registro, análise (avaliação) e relatório das ações.	
OBJETIVO	
Estudo da prática de ensino como eixo articulador das dimensões teóricas e práticas do trabalho pedagógico observação e análise crítica da organização da escola quanto aos aspectos estruturais, funcionais e pedagógico, tempos e espaços escolares.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
FREITAS, Helena Costa Lopes de. Trabalho como princípio articulador na prática ensino e nos estágios. São Paulo: Papirus.	
KULLOK, Maisa Gomes Brandão. (Org.). Relação professor - aluno: contribuições à prática pedagógica. Maceió, AL: EDUFAL, 2002.	
KULLOK, Maisa Gomes Brandão. Formação de professores para o próximo milênio: novo locus? São Paulo, SP: Annablume, 2000.	
OLIVEIRA, Inês Barbosa de. ALVES, Nilda (Orgs.). Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes. 2 ed., Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2002.	
Complementar	
ZÓBOLI, Graziella. Práticas de ensino: subsídios para a atividade docente. 11 ed., SP: Ática, 2000. CAMPOS, Maria Malta. ROSEMBERG, F. FERREIRA, I. M. Creches e pré-escolas no Brasil. São Paulo, Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1993.	
ZÓBOLI, Graziella. Práticas de ensino: subsídios para a atividade docente. 11 ed., SP: Ática, 2000. SILVA, Isabel de Oliveira e. Profissionais da educação infantil: formação e construção de identidades. SP: Cortez, 2001.	
SOUZA, Regina Célia & BORGES, Maria F.S. Tognozi (Orgs.). A práxis na formação de educadores infantis. São Paulo: DP&A, 2002.	
KRAMER, Sonia. Direitos da criança e projeto político pedagógico de educação infantil. In: BAZÍLIO, L. e KRAMER, Sonia. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez: 2003.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Estágio da educação infantil (creche e pré-escola)	120 horas/aula
EMENTA	
Análise da relação teoria-prática no processo ensino-aprendizagem na educação infantil. Participação em atividades interdisciplinares. Análise do projeto pedagógico da escola de educação infantil com a proposição das do Referencial Curricular da Educação Infantil. Planejamento, execução, avaliação de atividades de docência na educação infantil. Participação em atividades interdisciplinares. Realização de atividades inerentes ao estágio: planejamento, registro, análise (avaliação) e relatório das ações.	
OBJETIVO	
Estudo da prática de ensino como eixo articulador das dimensões teóricas e práticas do trabalho	

pedagógico.Compreender a atuação do professor na educação infantil.
BIBLIOGRAFIA
Básica
FARIA F. Luciano M. (Org.). A infância e sua educação: materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
FREITAS, Helena Costa Lopes de. Trabalho como princípio articulador na prática ensino e nos estágios. 4ed.Campinas (SP): Papirus.
SILVA, Isabel de Oliveira e. Profissionais da educação infantil: formação e construção de identidades. SP: Cortez, 2001.
Complementar
SOUZA, Regina Célia & BORGES, Maria F.S. Tognozi (Orgs.). A práxis na formação de educadores infantis. São Paulo: DP&A, 2002.
BAZÍLIO, L. e KRAMER, Sonia. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez: 2003.
BAZÍLIO, L. e KRAMER, Sonia. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez: 2003.
BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. vols.I, II e III, Brasília: MEC-SEF,1998.
BRASIL. LDB 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.1996.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Estágio dos anos iniciais da educação fundamental	120 horas/aula
EMENTA	
Vivência de processos e procedimentos pedagógicos. Investigação e problematização da realidade da educação, a partir dos aportes teóricos da Pedagogia. Realização de atividades conhecimentos, habilidades e compromissos, inerentes ao estágio: planejamento, registro, análise(avaliação) e relatório das ações.	
OBJETIVO	
Estudo da prática de ensino como eixo articulador das dimensões teóricas e práticas do trabalho pedagógico.Compreender a atuação do professor nos anos iniciais do ensino fundamental	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
KULLOK, Maisa Gomes Brandão. (Org.). Relação professor - aluno: contribuições à prática pedagógica. Maceió, AL: EDUFAL, 2002.	
KULLOK, Maisa Gomes Brandão. Formação de professores para o próximo milênio: novo locus? São Paulo, SP: Annablume, 2000.	
PICONEZ,Stela C.Bertholo. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 11 ed.São Paulo: Papirus.2005	
Complementar	
BRASIL. LDB 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.1996.	
LERCHE, Sofia (Org.) Gestão da escola: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.	
BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. vols.I, II e III, Brasília: MEC-SEF,1998.	
BRASIL. Parâmetros Curriculares nacionais para o ensino fundamental. Brasília: MEC-SEF,1997.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Projeto de TCC	60 horas/aula
EMENTA	
Construção do projeto de pesquisa fundamentado nas discussões teóricas desenvolvidas no decorrer curso, nas investigações bibliográficas e articulado com as situações problema do cotidiano escolar. Seminários de apresentação do projeto.	
OBJETIVO	
Elaborar projeto de monografia incorporando os conhecimentos teórico-metodológicos trabalhados no decorrer do curso.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	

BOAVENTURA, Edivaldo. <i>Como ordenar as idéias</i> . 2 ed., São Paulo: Atica, 1990.
CERVO, A. Luiz e BERVIAN, Pedro A. <i>Metodologia Científica</i> . 3ª ed., SP: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
DEMO, Pedro. <i>Pesquisa e Conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas</i> . 3ª ed, Tempo Brasileiro, 1997.
_____. <i>Educar Pela Pesquisa</i> . 3ª ed. Campinas-SP: Autores Associados, 1998.
POPPER, Karl. <i>A Lógica da Pesquisa Científica</i> . 9ª ed, Rio de Janeiro: Cultrix, 2000.
Complementar
DEMO, Pedro. <i>Educar pela pesquisa</i> . Campinas, SP. Editores Associados, 1998.
GAMBOA, S.S.(org) <i>Pesquisa Educacional; quantidade-qualidade</i> . 2ed. SP: Cortez, 1997.
TELLES, João. "É pesquisa, é?: sobre pesquisa educacional, o professor e o professor pesquisador" PEC-UNESP-Campinas, 2001.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
TCC	60 horas/aula
EMENTA	
Produção dos instrumentos de pesquisa. Coleta e análise dos dados. Construção do relatório final e apresentação pública.	
OBJETIVO	
Propiciar domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos, além do desenvolvimento da capacidade de estabelecer diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS-ABNT. Rio de Janeiro. Apresentação de citações em documentos. Informação e documentação-trabalhos acadêmicos-Apresentação. Referências bibliográficas. Rio de Janeiro, 2006.	
AZANHA, J.M.P. Uma idéia de Pesquisa Educacional. SP: editora da universidade de São Paulo, 1992.	
DEMO, Pedro. <i>Educar pela pesquisa</i> . Campinas, SP. Editores Associados, 1998.	
GAMBOA, S.S.(org) <i>Pesquisa Educacional; quantidade-qualidade</i> . 2ed. SP: Cortez, 1997.	
TELLES, João. "É pesquisa, é?: sobre pesquisa educacional, o professor e o professor pesquisador" PEC-UNESP-Campinas, 2001.	
Complementar	
DEMO, Pedro. <i>Educar pela pesquisa</i> . Campinas, SP. Editores Associados, 1998.	
GAMBOA, S.S.(org) <i>Pesquisa Educacional; quantidade-qualidade</i> . 2ed. SP: Cortez, 1997.	
TELLES, João. "É pesquisa, é?: sobre pesquisa educacional, o professor e o professor pesquisador" PEC-UNESP-Campinas, 2001.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Seminário de Pesquisa I	60 horas/aula
EMENTA	
Introdução do aluno às linguagens de acesso às diferentes fontes de produção da pesquisa científica: trabalhar as ferramentas metodológicas de como se elaborar um trabalho científico. Teorias da Pesquisa. Tipos de Pesquisa: histórica, descritiva, experimental. Métodos e técnicas de coleta de dados quantitativos. Elaboração de projetos de pesquisa.	
OBJETIVO	
Propiciar ao aluno conhecimento das metodologias de coleta e análise de dados de pesquisas quantitativas e qualitativas e a elaboração de um projeto de investigação.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	

GARCIA, Regina e outros(Orgs). Para quem pesquisamos, para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais. São Paulo, SP: Cortez, 2001.
 LAVILLE, Christian. e JEAN Dionne. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre, Artmed e Editora UFMG, 1999.
 MACEDO, Roberto Sidnei. A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação. Salvador, Edufba, 2000.

Complementar

BAUER, Martin W. GASKELL, George. (Ed.) Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. 3 ed., São Paulo, SP: Vozes, 2004.
 BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. 22 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Seminário de Pesquisa II	60 horas/aula
EMENTA	
<p>Espaço de introdução do aluno às linguagens de acesso às diferentes fontes de produção da pesquisa educacional. Discussão sobre o papel do profissional da educação, frente aos desafios da realidade atual no campo da pesquisa educacional. Reflexão sobre os problemas contemporâneos da ciência, teorias e modos e linguagens da pesquisa. Introduzir o aluno no universo da pesquisa em educação, para que este possa apreender o processo de produção do conhecimento, ler, avaliar e criticar pesquisas e formular projetos. Contribuições da pesquisa qualitativa e quantitativa na produção de saberes. Organização da pesquisa nas instâncias de investigação. Elaboração de projeto de pesquisa.</p>	
OBJETIVO	
<p>O objetivo do curso é o de despertar o aluno para as especificidades da pesquisa educacional em diálogo com a tradição geral de pesquisa. Pretende-se, ainda, analisar e discutir diferentes orientações de pesquisa no interior desse campo, procurando identificar os limites e os alcances de cada uma delas. Ou seja, pretende-se que o aluno passe a refletir sobre algumas das principais características da investigação científica em geral e das investigações em educação, em particular, compreendendo o que pode vir a ser uma abordagem qualitativa de pesquisa. Nesse sentido, o curso deverá buscar uma reflexão sobre as investigações em educação, inserindo-as, paulatinamente, dentro do quadro da prática investigativa atual e as correntes que buscam conceituá-la. Dessa forma, o curso deve compor-se das seguintes unidades fundamentais: Conceituação, delimitação e significação do conhecimento científico; Aspectos fundamentais da investigação científica As possibilidades e os desafios das ciências humanas; Algumas abordagens da pesquisa em educação.</p>	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
<p>CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. COSTA, Marisa Vorraber (org). Caminhos Investigativos – novos olhares na pesquisa em educação. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002. DEMO, Pedro, Introdução à Metodologia da Ciência, São Paulo: Atlas, GATTI, Bernadete A. A construção da pesquisa em educação no Brasil. São Paulo: Plano, 2002. LUDKE, Menga. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986. PRESTES, M. L. de M. A pesquisa e a construção do conhecimento científico. São Paulo: Rêspel, 2005.</p>	
Complementar	
<p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A canção das sete cores – educando para paz. São Paulo: Contexto, 2005. CANDAU, Vera Maria (org). Cultura(s) e educação. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005. RODRIGUES, Maria Lúcia; NEVES, Noemia Pereira (Org.). Cultivando a Pesquisa – Reflexões Sobre a Investigação em Ciências Sociais e Humanas. Franca: Unesp, Fev./1998.</p>	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Seminário de Pesquisa III	60 horas/aula
EMENTA	
<p>Aprofundamento do processo de produção do conhecimento em educação, Discussão sobre a problematização e recortes dos objetos nas Ciências da Educação, do conhecimento e da complexidade das questões com as quais o pesquisador confronta-se no campo educacional. A disciplina, sob a forma de seminários, privilegiará uma</p>	

(Atualizado pela Resolução Consep nº 26/2018)

contribuição interdisciplinar. Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa.
OBJETIVO
Estudar questões metodológicas específicas da pesquisa de abordagem qualitativa no campo da educação. Também serão focalizados dois aspectos gerais, que constituem desafios comuns à pesquisa em educação, tanto nas abordagens qualitativas, quanto nas quantitativas, que são a formulação do problema em estudo e seu embasamento teórico. A discussão desses aspectos procurará contemplar diferentes perspectivas epistemológicas e suas implicações sobre a construção de conhecimento. A partir do eixo que envolve método, metodologia e procedimentos metodológicos serão trazidos para discussão diferentes modos de pesquisar e se ressaltará a importante relação entre o desenvolvimento de uma pesquisa e a elaboração de seu relato. Atenção especial será dedicada aos cuidados com o rigor esperado de toda modalidade de pesquisa.
BIBLIOGRAFIA
Básica
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Normatização da documentação no Brasil (PNB). RJ, IBBD.
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Temas transversais: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo. Secretaria da educação. Brasília: MEC/SEF, 1997.
RODRIGUES, Maria Lúcia; NEVES, Noemia Pereira (Org.). <i>Cultivando a Pesquisa – Reflexões Sobre a Investigação em Ciências Sociais e Humanas</i> . Franca: Unesp, Fev./1998.
Complementar
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A canção das sete cores – educando para paz. São Paulo: Contexto, 2005.
CANDAU, Vera Maria (org). Cultura(s) e educação. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.
CANIVEZ, P. Educar o cidadão?. Campinas: Papirus, 1991.
SILVA, T. T. e MOREIRA, A. F. Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 1995.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Educação e cultura afro-brasileira	60 horas/aula
EMENTA	
Discutir os conceitos de cultura, educação e diversidade, e a situação do negro no Brasil e a implantação da Lei 10.639/03. Análise crítica das discussões sobre identidade, diferença e reconhecimento. O papel da educação e das políticas públicas (ações afirmativas) na construção das identidades, da cidadania e do combate à discriminação racial, no contexto local e nacional.	
OBJETIVO	
O objetivo desta disciplina é contribuir com a valorização da presença africana na formação da identidade nacional. Para o prefeito, esta iniciativa vai gerar uma mudança de mentalidade, de comportamento e de pequenos gestos cotidianos capazes de influenciar a história de um povo. Ao implantar essa lei, a sociedade passa a ser convidada a olhar para a própria história, a reconhecer os erros e lacunas do passado e o tamanho do prejuízo que isso causa no presente	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Temas transversais: pluralidade cultural, orientação sexual. Secretaria da educação. Brasília: MEC/SEF, 1997.	
BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Lei 10.639 de 10 de março de 2004.	
BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: Programa Brasil Quilombola. Brasília: Abaré, 2004.	
BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. DF, Brasília, 2004.	
CUNHA JR, H. Africanidades brasileiras e pedagogias interétnica. In: <i>Gbàlã</i> . Aracaju: Saci, 1996.	
_____. Afrodescendência, pluriculturalismo e educação. In: Educação, Sociedade & Culturas, n. 10, Porto: Afrontamento. out. 98.	
Complementar	
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A canção das sete cores – educando para paz. São Paulo: Contexto, 2005.	
CANDAU, Vera Maria (org). Cultura(s) e educação. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.	
MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Cultural Palmares. Reflexões e propostas para uma agenda nacional anti-discriminatória e de promoção da igualdade. Brasília, 2001.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Educação Especial	60 horas/aula
EMENTA	
Conceitos e histórico da educação especial. Etiologia das deficiências, especificidades, necessidades e potencialidades de portadores de deficiência, condutas típicas e altas habilidades. Diferenças individuais, conceitos de normalidade e anormalidade. Pedagogia da inclusão. Legislação e políticas públicas em educação especial. Modalidades de atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais. Planejamento e avaliação em educação especial.	
OBJETIVO	
A disciplina objetiva a construção da leitura e da escrita. Desenvolvimento psicomotor, afetivo e cognitivo dos portadores de necessidades especiais. Possibilidades de aprendizagem. O atendimento educacional precoce por meio de alternativas psicopedagógicas de intervenção, prevenção e estimulação essencial entre zero e três anos.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
ARANTES, Valéria A. et alii. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. SP: Summus, 2006. BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola. RS: mediação, 2005. FACION, José Raimundo. Inclusão escolar e suas implicações. PR: IBPEX, 2005. FERNANDES, Eulália (Org.). Surdez e bilingüismo. RS: Mediação, 2005. GESUELI, Zilda M. et alii. Cidadania, surdez e linguagem. SP: Plexus, 2003. GOÉS, Maria Cecília R de. Linguagem, surdez e educação. SP: Autores Associados, 2002. GOÉS, Maria Cecília R de. LAPLANE, Adriane L F de (Orgs.). Políticas e práticas da educação inclusiva. SP: Autores Associados, 2004.	
Complementar	
JANNUZZI, Gilberta de M. A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI. SP: Autores Associados, 2002. QUADROS, Ronice M. KARNOPP, Lodenir B. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. RS: Artmed, 2003. MARINHO, Maria da Piedade. Construção de sentidos na escrita do aluno surdo. SP: Plexus, 2001. REILY, Lucia Helena. Escola inclusiva: linguagem e mediação. SP: Papirus, 2004.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Educação não-escolar	60 horas/aula
EMENTA	
Concepção de educação não-escolar. Estudo dos princípios, das políticas e das práticas educacionais formais para crianças, jovens e adultos (governamentais e não-governamentais) alternativas complementares à educação escolar. O caráter conservador, reformador ou transformador das diferentes experiências.	
OBJETIVO	
Objetiva analisar ações educacionais em ambientes não-escolar, tais como: programas formais para meninos e meninas de rua; assim como atividades educacionais formais desenvolvidas por outras instituições sociais; associações de classe, de gênero, de etnia, igrejas, sindicatos, etc .	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
PAIVA, Raquel. BARBALHO, Alexandre.(Orgs.). Comunicação e cultura das minorias.SP, Paulus, 2005. GOHN, Maria da Gloria. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4 ed, SP: Loyola, 2004. GOHN, Maria da Gloria. Educação não-formal e cultura política. 3 ed, SP: Cortez, 2001.	
Complementar	
RIBEIRO, Maria Luisa Santos. Educação escolar: que prática é essa?. SP: Autores Associados, 2001. GOHN, Maria da Gloria. O protagonismo da sociedade civil. SP: Cortez, 2005. GOHN, Maria da Gloria. Sem Terra, ONGs e cidadania. SP: Cortez, 1997.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Sociedade, cultura e educação	60 horas/aula
EMENTA	
Estudo dos fundamentos sócio-culturais contemporâneos da educação, destacando seus principais precursores e as experiências pedagógicas na sociedade contemporânea: sociedade em rede, sociedade do consumo, sociedade da informação e sociedade do espetáculo.	
OBJETIVO	
Compreender a inter-relação educação, cultura e sociedade na formação dos sujeitos sociais.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
FARIA F. Luciano M. (Org.). A infância e sua educação: materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.	
FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez/USF, 1997.	
FREITAS, Marcos Cezar e KUHLMANN JR., Moysés. (Orgs.) Os intelectuais na história da infância. São Paulo: Cortez, 2002.	
GHIRALDELLI JR. P. Infância, escola e modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.	
GONDRA, José G. (Org.). História, infância e escolarização. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2002.	
Complementar	
KOHAN, Walter O. Infância: entre educação e filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.	
KRAMER, Sonia. e LEITE, M. I. (Org). Infância e produção cultural. Campinas, SP: Papirus, 1998.	
KRAMER, Sonia. Pesquisando infância e educação: um encontro com Walter Benjamin. In: KRAMER, Sonia. e LEITE, M. I. (Org). Infância: fios e desafios da pesquisa. Campinas, SP: Papirus, 1996.	
KRAMER, Sônia. Por entre as pedras: arma e sonho na escola. São Paulo: Ática, 2002.	
KUHLMANN JR., Moysés. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane Marta T., FARIA FILHO, Luciano M. & VEIGA, Cynthia G. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autentica, 2000.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Psicologia do desenvolvimento	60 horas/aula
EMENTA	
História e eixos epistemológicos da psicologia. Abordagens comportamental, psicanalítica, e cognitivista do desenvolvimento da criança a fase adulta.	
OBJETIVO	
Compreender e caracterizar os fatores e princípios básicos do desenvolvimento humano e suas implicações no processo ensino-aprendizagem e na inclusão dos sujeitos sociais.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia e desenvolvimento humano. RJ: Vozes, 1997.	
DAVIS, Claudia. OLIVEIRA, Zilma de. Psicologia na educação. SP: Cortez, 1994.	
GALVÃO, Izabel. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 8 ed., RJ: Vozes, 2000.	
GROSSI, Esther P. & BORDIN, Jussara (Orgs). Construtivismo pós-piagetiano: um novo paradigma sobre aprendizagem. Petrópolis, Vozes, 1993.	
Complementar	
REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 10 ed; RJ: Vozes, 2000.	
COLL, César. O construtivismo na sala de aula. São Paulo: Ática, 1997.	
FURTH, Hans. Piaget na sala de aula. Rio de Janeiro, Forense, 1997.	
VIGOTSKI, LEONTIEV, LURIA etti al. Psicologia e pedagogia. São Paulo: Moraes, 1999.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
------------	---------------------

Infância, cultura e sociedade	60 horas/aula
EMENTA	
A concepção de infância. A construção histórica-social e cultural do conceito de de infância, família e sociedade. Trabalho infantil, estatuto da criança e do adolescente e infância no Brasil.	
OBJETIVO	
Compreender o papel do educador na construção da identidade social da criança	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
BONDIOLI, Anna & MONTOVANI, Susanna. Manual de educação infantil: de 0 a 3 anos. Porto Alegre: ArtMed, 1998.	
CRAIDY, Carmem Maria (Org.) O educar de todos os dias: convivendo com crianças de 0 a 6 anos. Caderno de Educação Infantil, Nº 5. Porto Alegre: Mediação, 1998.	
KRAMER, Sônia & LEITE, Maria Isabel & NUNES, Maria Fernanda. Infância e educação infantil. Campinas, SP: Papirus, 1999.	
Complementar	
FARIA, Ana Lúcia Goulart de. e PALHARES, Marina Silveira. (Orgs.). Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios. 2 ed., SP: Autores Associados, 2000.	
SILVA, Isabel de Oliveira e. Profissionais da educação infantil: formação e construção de identidades. SP: Cortez, 2001.	
OLIVEIRA, Zilma de M. Ramos(Org.) A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para discutir a educação infantil, 4 ed., SP: Cortez, 2001.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Arte e do Movimento	60 horas/aula
EMENTA	
Pressupostos teórico-metodológicos do ensino de arte e do movimento corporal. A construção do conhecimento no ensino de arte e do movimento corporal. Organização didático-pedagógica para o ensino de arte e do movimento corporal.	
OBJETIVO	
Compreender o conceito de arte e movimento e a sua aplicação pedagógica na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
BARBOSA, Ana Mae. SALES, Heloisa M. (Orgs.). O ensino da arte e sua história. SP: MAC/USP, 1990.	
CUNHA, Suzana Rangel Vieira da. (Org.). Cor, som e movimento: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Porto Alegre, RS: Mediação, 1999.	
FERRAZ, Maria Heloisa C de T. FUSARI, Maria F de Resende. Metodologia do ensino de arte. SP: Cortez, 2004.	
Complementar	
JAPIASSU, Ricardo. Metodologia do ensino de teatro. 2 ed., SP: Papirus, 2003.	
LOUREIRO, Alicia Maria Almeida. O ensino de música na escola fundamental. SP: Papirus, 2003.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Ética e Educação	60 horas/aula
Fundamentos conceituais da ética e da moral relativos a atuação do educador. Ética e tolerância. Utilitarismo ético. Ética do dever e da responsabilidade. Ética do discurso.	
OBJETIVO	
Discutir os princípios que fundamentam a ética enquanto ciência moral e sua repercussão em seguimentos da sociedade e especificamente quanto aos profissionais da educação.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
CHAUÍ, Marilena. <i>Convite à Filosofia</i> , 5ª ed., São Paulo: Ática, 1995.	

NOVAES, Adalto (org.). <i>Ética</i> . São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
VAZQUEZ, Adolfo. <i>Ética</i> . 13ª ed., São Paulo: Civilização Brasileira, 1992.
Complementar
DEMO, Pedro. <i>Pobreza Política</i> . Campinas-SP.: Autores Associados, 1994.
SROU, Robert Henry. <i>Poder, Cultura e Ética nas Organizações</i> . 5ª ed., Rio de Janeiro: Campus, 1998.
ROSENFELD, Denis. <i>A ética na política</i> . SP: Brasiliense, 1992.
WEBER, Max. <i>Ciência e política: duas vocações</i> . SP: Cultrix, 1993.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Arte e Educação	60 horas/aula
EMENTA	
Concepção de arte. História da arte. Cultura, arte e educação. Formas de expressão artística: música, cinema, artes plástica, teatro, etc. indústria cultural e mercantilização da arte. Produção artística regional.	
OBJETIVO	
Compreender a arte como expressão e manifestação cultural e o seu papel na educação.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
BARBOSA, Ana Mae. <i>Arte-educação no Brasil</i> . SP: Perspectiva, 2005.	
FERREIRA, Sueli. <i>O ensino das artes</i> . SP: Papirus, 2003.	
FUSARI, Maria F. Resende. FERRAZ, Maria Heloisa C de T. <i>Arte na educação escolar</i> . SP: Cortez, 1993.	
Complementar	
BARRETO, Débora. <i>Dança: ensino, sentidos e possibilidades na escola</i> . SP: Autores Associados, 2004.	
FERREIRA, Martins. <i>Como usar a música na sala de aula</i> . 3 ed., SP: Contexto, 2002.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Educação e Tecnologias	60 horas/aula
EMENTA	
Leituras da tecnologia aplicada a educação. A função social dos recursos tecnológicos. Processos educativos mediados pelas tecnologias. As tecnologias analógicas e digitais e suas implicações na educação. Gestão da comunicação e das mídias no ambiente escolar	
OBJETIVO	
Compreender o papel das Novas Tecnologias da Informação no processo Ensino e Aprendizagem.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
MORAN, José Manuel(org). <i>Novas tecnologias e mediação pedagógica</i> . Campinas: Papirus, 2000.	
ASSMANN, Hugo. <i>Redes Digitais e Metamorfose do Aprender</i> . Petrópolis-RJ: Vozes, 2005	
KENSKI, Vani Moreira. <i>Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância</i> . Campinas-SP: Papirus, 2003	
Complementar	
GOMES, Margarita Victoria. <i>Educação em rede</i> . São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2004	
LEVY, Pierre. <i>As tecnologias da inteligência</i> . Rio de Janeiro: Editora 34, 1993	
LEVY, Pierre. <i>A inteligência Coletiva</i> . São Paulo: Loyola, 2000	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Educação Ambiental	60 horas/aula
EMENTA	

Tendências da Educação Ambiental; ecologia e ambientalismo; legislações ambientais; educação ambiental e o currículo escolar; abordagens metodológicas em educação ambiental; Desenvolvimento ecologicamente sustentável; Educação ambiental e interdisciplinaridade; desenvolvimento de Projetos de Educação Ambiental nas escolas; Espaços formais e não-formais da Educação Ambiental; cultura e meio ambiente
OBJETIVO
Analisar o papel da educação ambiental na formação dos sujeitos sociais capaz de conservar a cultura e o ambiente ao qual esta inserido.
BIBLIOGRAFIA
Básica
CARDOSO, C.C. & ANTUNES W.A. Educação Ambiental : Do Sonho a Realidade. Brasília: Corbê. GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação, Campinas, SP: Papirus, 1995(Coleção magistério: Formação e trabalho pedagógico) SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental, São Paulo SP: Ed. Brasiliense, 1994.
Complementar
DIAS, G. F. Educação Ambiental. Princípios e práticas. São Paulo, 7ª ed. 2001. DIAS, G. F. Iniciação a temática ambiental. São Paulo: Gaia, 2002. CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. Educação ambiental não formal. Lei nº 9.795. 1999. PHILIPP JR., A.; PELICIONI, M. C. F. (Eds.). Educação ambiental e sustentabilidade. Barueri, SP: Mamole, 2004. REIGOTA, Marcos. Meio ambiente e representação social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Educação e Movimentos Sociais	60 horas/aula
EMENTA	
Movimentos sociais populares do campo. Desafios para uma escola do campo na ótica dos movimentos sociais populares de luta pela terra: Pedagogia da Terra, Escola Itinerante , Pedagogia da Alternância e Educação nas Comunidades Quilombolas.	
OBJETIVO	
Refletir sobre o papel dos movimentos sociais na educação a partir do contexto local, considerando o papel do estado na efetivação das políticas públicas.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
TERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria Nobre (coords.). Educação e Escola no Campo. Campinas/SP: Papirus, p. 15 - 42, 1993. CAVALHO, Horácio Martins de. O Campesinato no Século XXI. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005. DAMASCENO, Maria Nobre. A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. In: TERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria Nobre (coords.). Educação e Escola no Campo. Campinas/SP: Papirus, p. 53 - 74, 1993. FUNDEP. Coragem de Educar: uma proposta de Educação Popular para o meio rural. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. GUZMÁN, Eduardo Sevilla & MOLINA, Manuel González de. Sobre a evolução do conceito de campesinato. Brasília/DF: Via Campesina; São Paulo: Expressão Popular, 2005.	
Complementar	
ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli S. e MOLINA, Mônica Castagna (orgs.). Por Uma Educação do Campo. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Diversidade Cultural	60 horas/aula

EMENTA
Pesquisa sobre temas relativos aos conceitos de sociedade complexa, diversificada, desigual, multirracial e pluriétnica. Descontinuidades da modernidade e tensões sociais, políticas e culturais contemporâneas. A importância da cultura e a questão das identidades. Tradição, valores e ordem moral. Diversidade cultural e multiculturalismo. Globalização e cultura: conectividade, mediação e comunicação. Cidadania, expansão dos direitos (civís, sociais e políticos), movimentos sociais, ONGs e grupos minoritários.
OBJETIVO
Pesquisar temas relativos a diversidade cultural e multiculturalismo.
BIBLIOGRAFIA
Básica
Giddes, Anthony, As consequências da modernidade, Ed. Unesp, 1991; Harrinson L. E. & Huntington, S. P., A cultura importa, Record, 2002; Munanga, K. (Org.), Estratégias e políticas de combate à discriminação racial, Edusp/Estação Ciência, 1966; Queiroz, Renato, S., Não vi e não gostei: o fenômeno do preconceito, Ed. Moderna, 1995; Schwarcz, Lilian M. & Queiroz, R. S. (Orgs.), Raça e diversidade, Edusp/Estação Ciência, 1996.
Complementar

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Educação Rural	60 horas/aula
EMENTA	
Estudo da questão agrária no Brasil: desenvolvimento do capitalismo, ocupação da terra e modelos de agricultura; ocupação da terra na Amazônia Legal. Modelo de educação rural produzido a partir das diferentes formas de penetração e consolidação do capitalismo no Brasil e conseqüente expropriação da terra no contexto local.	
OBJETIVO	
Refletir o processo de ocupação agrária no Brasil e suas consequências no contexto local. Enfatizar a importância dos afro-descendentes na formação da sociedade local e sua contribuição social, cultural e econômica.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
PESSOA, Jadir de Moraes. A Revanche Camponesa. Goiânia: editora da UFG, 1999. CALZAVARA, Oswaldo et LIMA, Rodne de Oliveira (Orgs) Brasil Rural contemporâneo: estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão. Londrina: Edel, 2004 WOORTMANN, Ellen F. Significados da Terra. Brasília: Editora UnB, 2004.	
Complementar	
ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli S. e MOLINA, Mônica Castagna (orgs.). Por Uma Educação do Campo. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004. STÉDILE, João Pedro. A Questão Agrária Hoje. 2. ed. Poro Alegre: Ed. UFRGS, p. 94 - 104, 1994. (coord.) Vários Autores. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Brasília/DF: NEAD ? Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. THERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria Nobre (coords.). Educação e Escola no Campo. Campinas/SP: Papyrus, p. 15 - 42, 1993.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Literatura infanto-juvenil	60 horas/aula
EMENTA	
Literatura Infantil e o Texto Literário no processo de alfabetização. Contos tradicionais. Folclore infantil brasileiro. Poesia e narrativa de autores contemporâneos. Função da Literatura Infantil: doutrinação/substituição/emancipação. Classes Sociais e Literatura Infantil.	

OBJETIVO
Compreender o universo dos estudos sobre a Literatura Infantil, favorecendo a construção e reconstrução de conceitos a ser apropriados pela criança.
BIBLIOGRAFIA
Básica
BETTELHEM, Bruno. A psicanálise dos contos de fadas. 14 ed. RJ: Editora Paz e Terra, 2000, 366p. (Literatura e teoria literária)
COELHO, Nelly Novaes. A literatura infantil. 3ª ed. Refundida e ampl. SP: Quiron, 1984, 201p.
_____, Panorama histórico da literatura infantil/juvenil: das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo. 4 ed. Ver São Paulo: Ática, 1991, 288 p. (Fundamento 88)
CUNILA, Maria Antonieta A . Literatura Infantil: teoria e prática. SP: Ática, 1986, p. 48-50:93-99.
WARNER, Marina. Da fera à loira: sobre contos de fadas e seus narradores. SP: Companhia das letras, 1999, 542p.
Complementar
GRIMM, Irão. Contos de fadas. 2ªed. Trad. Celso M. Paciornick. Apres. Silvia Oberg. SP: Iluminuras, 287p.
MIRANDE, Jacqueline. Contos e lendas dos cavaleiros da Távola Redonda. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 178p.
MORAES, Vinicius de. A arca de noé. 16ªed. RJ: José Olympio Editora, 1986.
VERÍSSIMO, Érico. As aventuras de Tibicuera/Viagem à aurora do mundo. 17ª ed. / 8ªed. Porto Alegre: Globo, 1978, p.83-91.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Educação a Distância	60 horas/aula
EMENTA	
Educação a Distância e as Novas Tecnologias: Análise conceitual e contextualização.Perspectivas e desafios da Educação a Distância.Elementos do processo educativo em sistemas de EAD.Implicações ao planejamento e avaliação do processo educativo.	
OBJETIVO	
Estudar o papel da Educação a Distância no processo educacional	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
SARTORI, Ademilde Silveira. Educação Superior a distância. Tubarão-SC:Editora unisul,2005	
PTERS, Ottor. Didática do ensino a distância. São Leopoldo-RS: Editora unisinos,2001	
BELLONI, Maria Luiza.Educação á distância . Campinas-SP: Autores associados,2003	
,Complementar	
MORAN, José Manuel(org). Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2000.	
ASSMANN, Hugo. Redes Digitais e Metamorfose do Aprender. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005	
KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância. Campinas-SP: Papirus,2003	
GOMES, Margarita Victoria.Educação em rede. Sao Paulo: Instituto Paulo Freire,2004	
LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993	
LEVY, Pierre. A inteligência Coletiva. São Paulo: Loyola, 2000	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Psicologia do desenvolvimento	60 horas/aula
EMENTA	
Princípios de desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e psicomotor da criança até a fase adulta e suas implicações no processo ensino-aprendizagem .	
OBJETIVO	
Compreender princípios do desenvolvimento humano, enfatizando os aspectos cognitivos, sociais, emocionais e	

físico-motores e as suas implicações didático-pedagógicas.
BIBLIOGRAFIA
Básica
PAPALIA, Diane e OLD, Sally W. <i>Desenvolvimento Humano</i> . 7ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. CAMPOS, Dinah Martins de Souza. <i>Psicologia e desenvolvimento humano</i> . RJ: Vozes, 1997. DAVIS, Claudia. OLIVEIRA, Zilma de. <i>Psicologia na educação</i> . SP: Cortez, 1994. FURTH, Hans. <i>Piaget na sala de aula</i> . Rio de Janeiro, Forense, 1997.
Complementar
BEE, H. <i>A criança em desenvolvimento</i> . SP: Ed. Harbra. 1986. COLL, C. et. at. <i>Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia educativa</i> . Porto Alegre: Artmed, 1999. NEWCOMBE, Nora. <i>Desenvolvimento infantil – Abordagem MUSSEN</i> . Porto Alegre: Artmed, 1999.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Tópicos Especiais I	60 horas/aula
EMENTA	
Estudos integradores entre os conhecimentos relativos da realidade educacional, como subsídio a compreensão do campo profissional estabelecendo a relação entre teoria e prática.	
OBJETIVO	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
Complementar	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Tópicos Especiais II	60 horas/aula
EMENTA	
Estudos integradores entre os conhecimentos relativos da realidade educacional, como subsídio a compreensão do campo profissional estabelecendo a relação entre teoria e prática.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica	
Complementar	